



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RODGER RICHER DE SANTANA ROCHA

A UNE E A QUESTÃO RACIAL

CAMPINAS

2020

RODGER RICHER DE SANTANA ROCHA

A UNE E A QUESTÃO RACIAL

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Professora Doutora Luciana Ferreira Tatagiba.

ESTE ARQUIVO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO RODGER
RICHER DE SANTANA ROCHA E
ORIENTADA PELA PROFESSORA
DOUTORA LUCIANA FERREIRA
TATAGIBA.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

R399u Richer, Rodger, 1992-
A UNE e a questão racial / Rodger Richer de Santana Rocha. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Luciana Ferreira Tatagiba.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. União Nacional dos Estudantes (Brasil). 2. Movimentos estudantis. 3. Movimentos sociais. 4. Relações raciais. 5. Movimento Negro Unificado (Brasil). I. Tatagiba, Luciana Ferreira, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The UNE and the racial issue

Palavras-chave em inglês:

National Students Union (Brazil)

Student movements

Social movements

Race relations

Unified Black Movement (Brazil)

Área de concentração: Ciência Política

Títuloção: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Luciana Ferreira Tatagiba [Orientador]

Ana Claudia Chaves Teixeira

Flavia Mateus Rios

Data de defesa: 18-02-2020

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-0672-8241>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2866697617773667>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelas Professoras Doutoradas a seguir descritas, em sessão pública realizada em 18 de fevereiro de 2020, considerou o candidato Rodger Richer de Santana Rocha aprovado.

Profa. Dra. Luciana Ferreira Tatagiba (Presidente da Comissão Examinadora)

Profa. Dra. Flavia Mateus Rios

Profa. Dra. Ana Claudia Chaves Teixeira

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico esta dissertação à minha avó, Ildete Pereira Silva (in memorian), por me ensinar que nunca é tarde para estudar. Ela foi lavadeira do Abaeté, mãe de santo e iniciou a sua alfabetização por volta dos setenta anos de idade. Apesar de não alfabetizada à época, todos os seus sete filhos concluíram o nível médio e duas filhas conquistaram o nível superior. Ela sempre os estimulou a estudar e, quando pequeno, me passou a mensagem de que a educação é um dos caminhos para superar as desigualdades. Inspirado no seu exemplo, serei o primeiro mestre da família e tenho a certeza de que os céus estão em festa.

Aos meus pais, Ângela e Enock, por todo o apoio e amor incondicional; e à minha companheira e amiga, Amanda Pitta, pelo carinho e amor sempre constantes.

Aos Orixás Ogum Megê, Oxossi, Tempo, Xangô, Oxalá, Exu e Yemanjá, pelo direcionamento constante e acolhimento espiritual.

A todos aqueles que lutam em defesa de uma sociedade justa e democrática, livre do racismo e das desigualdades que se abatem sob a maioria da população brasileira.

Agradecimentos

A escrita de uma dissertação não é um processo fácil e muitas pessoas e instituições contribuíram para que isso fosse possível. Nesse sentido, primeiramente eu gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de mestrado concedida durante vinte e quatro meses, sem a qual seria impossível a realização deste estudo. Num momento em que a produção científica brasileira encontra-se em xeque, valorizar as nossas instituições de fomento é fundamental.

Agradeço à minha mãe, Angela Maria de Santana Rocha, por me forjar enquanto um sujeito que se reconhece como negro e luta para conquistar o seu espaço. Lembro-me como hoje o quanto as conversas que tivemos me influenciaram a seguir na carreira acadêmica, pois o fato de ela ter sido a primeira da família a se formar numa faculdade enchia os meus olhos de esperança e me despertou o interesse em seguir o seu caminho. Ao meu pai, Enock Rocha Sobrinho, por despertar em mim a sensibilidade do artista e a ética dos justos. O meu pai contribuiu muito para o ser humano que sou hoje, ensinando-me que devemos ser honestos e dedicados em tudo que fazemos. Em nome dos meus pais, estendo os agradecimentos à toda minha família.

Com grande carinho e amor, agradeço à minha companheira de vida, Amanda Pitta, por todo o apoio concedido durante o momento em que eu estive em Barão Geraldo. Apesar da distância de Salvador, sempre nos mantivemos próximos e zelando pelo amor que nutrimos um pelo outro. Foram quase dois anos distantes, mas a presença de Amanda é constante até mesmo na minha produção intelectual. Sempre conversamos sobre os movimentos negros e a política, e de alguma maneira essas reflexões coletivas amadureceram muitos dos argumentos que apresento neste trabalho.

À professora Luciana Ferreira Tatagiba, pelas valiosas orientações e conversas relativas ao andamento desta dissertação. A agradeço igualmente pelos diálogos feitos durante as disciplinas *Seminário Avançado em Ciência Política II* e *Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil*, os quais contribuíram para o aprofundamento teórico e bibliográfico do presente estudo.

À professora Ana Cláudia Teixeira, pelos importantes comentários à minha pesquisa durante o exame de qualificação; além das boas conversas feitas durante a disciplina *Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil*, da qual fui PED.

À professora Flávia Rios, pelos relevantes apontamentos feitos durante o exame de qualificação e pela oportunidade de eu poder participar do segundo *Seminário sobre Raça e Política* na Universidade Federal Fluminense (UFF), cujas contribuições dos comentadores e do público colaboraram sobremaneira para os resultados desta pesquisa.

Em nome das professoras Ana Cláudia Teixeira, Luciana Tatagiba e do professor Wagner Romão, agradeço aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC), pelos diálogos sempre frutíferos.

Às minhas tias Bete e Célia Santana, pelas boas energias emanadas de Salvador e pelas conversas sempre regadas a muitas risadas.

À toda a família Pitta pelo carinho e amor constante: Rejane, Márcia, Carla, Cristiane, Dona Zelita, Eduardo, Del, Daiane, Henrique e Vinícius.

Aos amigos Matheus Costa de Oliveira, Flávio Franco, Élide Franco, Wander Gibaut, Larissa Fontana, Guilherme Renan, Jornada Barbosa, Carla Vreche, Marina Fernandes, Carol Bonomi, Alexandra Ramos, Val, Luís Gustavo, Luís Henrique, Rendel Porto, Vitor Matheus, Diego Matheus, Wescrey Portes, pelas boas conversas e encontros, seja em Salvador, no Rio de Janeiro ou em Barão Geraldo. À André (*in memoriam*), por sempre ter me estimulado a seguir na vida acadêmica.

À Maria Victória ao Cláudio André, por terem contribuído para a construção da ideia inicial desta dissertação quando comecei a pesquisar sobre a questão racial na União Nacional dos Estudantes durante a graduação na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além de professores dos quais eu nutro uma profunda admiração, tornaram-se meus amigos e parceiros de reflexões intelectuais.

Aos meus colegas e aos professores do programa de pós-graduação em Ciência Política.

Ao professor Matheus de Jesus e à professora Jaciane Pimentel Milanezi, pelos comentários feitos à minha pesquisa durante o 43º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

À professora Mônica Dowbor, pelas contribuições realizadas ao meu trabalho durante o IV Encontro Internacional de Participação, Democracia e Políticas Públicas.

Ao Centro de Estudos e Memória da Juventude, por ter disponibilizado grande parte dos documentos consultados para a realização desta pesquisa.

Ao Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL), pela possibilidade de eu consultar documentos na pesquisa exploratória.

Aos entrevistados e interlocutores da pesquisa, sem os quais a realização desta dissertação jamais seria possível.

À todas as pessoas e instituições que direta ou indiretamente contribuíram para o resultado final desta dissertação, agradeço profundamente!

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como e porque a União Nacional dos Estudantes (UNE) incorpora no seu enquadramento discursivo e no seu repertório organizacional o combate ao racismo, no período de 1995 até 2016. Durante os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – 2003 a 2016 – foram construídas políticas públicas que ampliaram o acesso ao ensino superior, como o PROUNI, o REUNI, e a “Lei de Cotas”, possibilitando uma maior inserção de pessoas negras e com vulnerabilidade socioeconômica nesses espaços. Parte-se da hipótese de que essas políticas se apresentam como *oportunidades políticas* para o engajamento dos estudantes negros na direção da UNE, proporcionando uma maior incidência da questão racial nas suas ações e elaborações públicas. Elencou-se a UNE como *lócus* de análise em virtude da sua relevância no movimento estudantil nacional, na medida em que ela figura como a maior e mais antiga entidade representativa estudantil do Brasil. Compreendendo as universidades como um lugar de reprodução das elites, e o movimento estudantil possuindo tradicionalmente um perfil majoritariamente branco e oriundo dos segmentos médios, esta pesquisa pretende estudar em que medida o combate ao racismo aparece no interior da UNE e os conflitos e consensos que essa pauta provoca. Para tanto, vale-se de técnicas como a realização de entrevistas semiestruturadas com ex-dirigentes da UNE e da rede do movimento estudantil e da análise de documentos.

Palavras-chave: União Nacional dos Estudantes (Brasil); Movimentos estudantis; Movimentos sociais; Relações raciais; Movimento Negro Unificado (Brasil).

Abstract

This research has as its general objective to analyze how and why the National Union of Students (UNE) incorporates in its discursive framework and its organizational repertoire the fight against racism, in the period from 1995 to 2016. During the governments led by the Workers Party (PT) – 2003 to 2016 – public policies were developed that expanded access to higher education, such as PROUNI, REUNI, and the “Quota Law”, allowing a greater insertion of black people and those with socioeconomic vulnerability in these spaces. It starts from the hypothesis that these policies present themselves as political opportunities for the engagement of black students in the direction of UNE, providing a greater incidence of the racial issue in their actions and public elaborations. UNE was listed as a locus of analysis due to its relevance in the national student movement, as it appears as the largest and oldest student representative entity in Brazil. Understanding the universities as a breeding ground for the elites, and the student movement traditionally having a mostly white profile and coming from the middle segments, this research intends to study to what extent the fight against racism appears inside the UNE and the conflicts and consensus that this agenda causes. To this end, it uses techniques such as semi-structured interviews with former leaders of UNE and the student movement network and document analysis.

Keywords: National Students Union (Brazil); Student movements; Social movements; Race relations; Unified Black Movement (Brazil).

Lista de siglas

AE – Articulação de Esquerda

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais

CA – Centro Acadêmico

CEN – Coletivo de Entidades Negras

CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

CONEB – Conselho Nacional de Entidades de Base

CONEG – Conselho Nacional de Entidades Gerais

CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras

CONUNE – Congresso da UNE

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DS – Democracia Socialista

EME – Encontro de Mulheres Estudantes

ENJUNE – Encontro Nacional de Juventude Negra

ENUNE – Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE

EPS – Esquerda Popular e Socialista

ME – Movimento Estudantil

MNU – Movimento Negro Unificado

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

UEB – União dos Estudantes da Bahia

UEE – União Estadual dos Estudantes

UJS – União da Juventude Socialista

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEGRO – União dos Negros pela Igualdade

Lista de tabelas

Tabela 1..... 18

Tabela 2.....29

Tabela 3..... 41

Tabela 4.....62

Tabela 5.....64

Tabela 6.....65

Tabela 7.....67

Tabela 8.....69

Tabela 9.....70

Tabela 10.....72

Tabela 11.....73

Tabela 12.....87

Tabela 13.....95

Tabela 14.....100

Tabela 15.....101

Tabela 16.....102

Tabela 17.....109

Tabela 18.....117

Tabela 19.....127

Lista de imagens

Imagem 1.....	49
Imagem 2.....	53
Imagem 3.....	58
Imagem 4.....	81
Imagem 5.....	83
Imagem 6.....	84
Imagem 7.....	85
Imagem 8.....	88
Imagem 9.....	89
Imagem 10.....	91
Imagem 11.....	93
Imagem 12.....	94
Imagem 13.....	99
Imagem 14.....	100
Imagem 15.....	107
Imagem 16.....	109
Imagem 17.....	111
Imagem 18.....	113
Imagem 19.....	115
Imagem 20.....	116
Imagem 21.....	117
Imagem 22.....	118
Imagem 23.....	120

Sumário

Introdução.....	16
Porque, afinal, estudar a UNE e a questão racial?.....	20
Políticas afirmativas e movimentos negros no Brasil.....	22
Estrutura da dissertação.....	23
Capítulo 1: considerações teóricas.....	25
1. <u>Raça e movimentos sociais: tentando preencher uma lacuna</u>	25
2. <u>Teorias dos movimentos sociais: nosso ponto de partida</u>	26
2.1. Teorias do Processo e do Confronto Político.....	27
2.2. Definindo o conceito de Estruturas de Oportunidades Políticas.....	29
2.3. Questionando os limites das EOPs.....	30
2.4. Repertórios.....	33
2.5. Interação estratégica e repertórios organizacionais.....	35
2.6. Enquadramentos interpretativos.....	36
2.7. Identidade coletiva nos movimentos sociais.....	37
3. <u>As raízes antropológicas dos conceitos de raça e racismo</u>	39
3.1. Como trabalhar raça e racismo nas Ciências Sociais.....	40
3.2. As diferentes formas de racismo.....	41
(*) Considerações metodológicas.....	43
1. Trabalhando os documentos.....	43
2. Analisando as entrevistas.....	44
3. Considerações a respeito do engajamento do pesquisador.....	45
Capítulo 2: movimento negro, UNE e políticas afirmativas.....	47
1. <u>Marchas do Centenário da Abolição e a criação da Fundação Cultural Palmares</u>	47
2. <u>Quando a luta negra entra no planalto: a Marcha Zumbi dos Palmares de 1995</u>	48
3. <u>Oportunidades políticas em âmbito internacional: a Conferência de Durban e os seus efeitos no Brasil</u>	50
4. <u>A institucionalização da “igualdade racial” no governo federal</u>	50
5. <u>As origens das ações afirmativas no Brasil: uma reconstrução histórica e uma definição conceitual</u>	51
5.1. Ação afirmativa no ensino superior privado: analisando o PROUNI.....	56
5.2. Os efeitos das ações afirmativas nas universidades: uma análise estatística.....	57
6. <u>Uma breve conclusão</u>	59
Capítulo 3: entendendo a UNE, o movimento estudantil e a sua interação com partidos e organizações do movimento negro.....	61
1. <u>Entendendo a dinâmica da UNE no ME</u>	62
1.1. Espaços deliberativos.....	63

1.2.Espaços consultivos e de articulação setorial.....	64
2. <u>A UNE: uma grande encruzilhada</u>	66
2.1.Partidos em movimento.....	67
2.2.Organizações negras e o movimento estudantil.....	70
2.3. Os campos políticos da UNE.....	71
3. <u>Em torno de uma “autonomia relativa”</u>	73
 Capítulo 4: a UNE e a questão racial	78
1. <u>1995: ano da Marcha Zumbi dos Palmares e da eleição do primeiro presidente negro da UNE</u>	78
2. <u>O surgimento da Diretoria de “Assuntos Antirracistas”</u>	81
3. <u>Uma BIENAL enegrecida</u>	83
4. <u>Inovação no repertório organizacional da UNE: o surgimento do ENUNE</u>	86
5. <u>O 2º ENUNE: a luta pela consolidação das ações afirmativas na educação</u>	90
6. <u>3º ENUNE: a luta por cotas raciais na agenda pública nacional</u>	91
6.1.Quando a pauta racial ganha destaque: as especificidades da gestão 2009-2011.....	97
6.2.Cartilha de combate ao racismo: uma ferramenta de pressão e convencimento.....	98
7. <u>Gestão 2011-2013: a realização da plenária dos negros e negras no CONUNE</u>	106
8. <u>4º ENUNE: o Genocídio da Juventude Negra na agenda da UNE</u>	107
9. <u>A gestão 2015-2017 e a massificação do ENUNE</u>	113
10. <u>Um EME enegrecido e uma contradição colocada</u>	119
11. <u>Quando a primeira mulher negra assume a presidência da UNE</u>	122
 Considerações finais	124
 Referências	130
 Anexos	137
Anexo 1.....	137
Anexo 2.....	140
Anexo 3.....	143
Anexo 4.....	146
Anexo 5.....	152
Anexo 6.....	156
Anexo 7.....	159
Anexo 8.....	160
Anexo 9.....	166

Introdução

Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE) é a mais antiga entidade de representação discente universitária do Brasil. Ao longo da sua história, diversos grupos políticos, como as juventudes partidárias, assumiram a sua direção. O seu maior cargo é a presidência, que até a década de 1980 foi ocupada exclusivamente por homens não negros. A partir dessa data, ela foi liderada durante algumas gestões por mulheres não negras. Apenas em 1995 um homem negro a presidiu¹. Vinte e um anos depois, em 2016, uma mulher negra assumiu a presidência interinamente durante 3 meses, quando a então presidenta disputou a prefeitura de Santos, em São Paulo. Esses dados apontam para a pouca participação dos negros nos principais cargos de direção da UNE. Ao longo de 82 anos de existência, pessoas negras assumiram o seu maior cargo apenas por 2 anos e 3 meses.

Objetivando reparar as desigualdades raciais, em 1999 a UNE cria a Diretoria de Combate ao Racismo e em 2007 passa a organizar os Encontros de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE²), incorporando o enfrentamento ao racismo na sua agenda. Nos anos 2000 a UNE também inicia a construção dos Encontros de Mulheres Estudantes (EME), em 2005; e dos Encontros de Estudantes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBTs), em 2015 – contribuindo para a pluralização da participação discente nos seus fóruns. Essas mudanças provocam alguns deslocamentos em relação à *identidade coletiva* (MELUCCI, 1996) do movimento estudantil, que passa a questionar a ideia de “estudante universal” e a abarcar uma série de demandas de grupos específicos: como as estudantes mulheres, os estudantes LGBTs e os estudantes negros. Desde então, estudante passa a ser dito no plural.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral responder *quando, como e porque* a União Nacional dos Estudantes (UNE) incorpora no seu *enquadramento* discursivo e no seu *repertório organizacional* o combate ao racismo, no período de 1995 até 2016³.

¹ Os nomes dos presidentes da UNE e a sua classificação racial e de gênero encontram-se nos anexos desta dissertação.

² Evento nacional consultivo onde participam, sobretudo, estudantes negros; cujo principal objetivo é ampliar a discussão sobre a questão racial na própria entidade. Neles, há uma intensa participação de organizações políticas vinculadas aos partidos políticos, em especial os de esquerda, além de organizações do movimento negro tradicional.

³ Escolhi o período 1995-2016, pois foi em 1995 o momento em que se elege o primeiro presidente negro da UNE, vinculado ao Partido Comunista do Brasil; e em 2016 quando se realiza o maior ENUNE da história, mobilizando mais de duas mil pessoas em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, além do fato de a então vice-presidenta, (mulher negra vinculada a uma corrente do Partido dos Trabalhadores, a Democracia Socialista) ter assumido interinamente a presidência da UNE nesse ano. Ainda que não tenha sido eleita em Congresso e tenha permanecido na presidência apenas durante as eleições de 2016, a sua indicação representa um ponto de ascensão da pauta racial na UNE.

Especificamente, busco reconstruir o processo político em que a pauta racial emerge no interior da UNE, tendo em vista contribuir para o estudo das relações raciais nos movimentos sociais.

Sendo o Brasil um país onde as relações raciais são extremamente desiguais, fruto de uma herança da tardia abolição da escravidão, ainda hoje é nítido perceber a sub-representação dessa população na política institucional e nas direções das organizações de movimentos sociais. Em relação à vulnerabilidade, é a população negra aquela que encontra-se majoritariamente em situação de desigualdade e exclusão. No Brasil, jovens negros são os que mais sofrem com a violência e as desigualdades. Em 2012, as armas de fogo vitimaram 289.846 negros e 10.632 brancos (WAISEFIZ, 2015). Jovens negros também são os mais encarcerados. De acordo com o *Mapa do Encarceramento* (2015), nesse mesmo ano as pessoas negras correspondiam a 60,8% da população prisional. Dessas, 50,8% eram jovens. Nas universidades, há pouca presença de pretos e pardos tanto como estudantes quanto como professores em comparação com a sua proporção no país. Para se ter uma ideia do percentual de pretos e pardos no Brasil, Feres Jr e Daflon (2015, p. 97-98) observam que esses “(...) somam mais de 51% dos brasileiros, segundo o Censo 2010 do IBGE”. Nas diversas esferas da vida social, é a população negra a mais afetada pelas desigualdades e vulnerabilidades.

Contudo, há algumas iniciativas que caminham no sentido de superar as desigualdades, em especial no âmbito educacional. Fruto da ação e influência dos movimentos negros na construção das políticas afirmativas no país desde a redemocratização (LIMA, 2010), durante os governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (2003 a 2016), foram elaboradas políticas públicas que ampliaram o acesso ao ensino superior – como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI⁴), o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI⁵), e a “Lei de Cotas⁶”. Tais políticas possibilitaram uma maior

⁴ Criado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, o ProUni é o programa do Ministério da Educação que prevê bolsas de estudo parciais e integrais de 50% das instituições de ensino particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, para discentes do Brasil sem formação acadêmica. Para mais informações: <http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo>. Acesso em: 16.08.2017.

⁵ O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Entre as suas ações, o programa prevê o aumento de vagas nos cursos de graduação, combate à evasão acadêmica, criação de cursos noturnos, etc., cujo objetivo é minimizar as desigualdades sociais no Brasil. Para mais informações: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 16.08.2017.

⁶ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Para mais informações: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em: 16.08.2017.

Antes dessa lei, já existiam iniciativas tanto nas universidades federais quanto estaduais. Desde 2003 o Brasil dispõe de universidades que adotam as políticas afirmativas, como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro

inserção de pessoas oriundas dos segmentos sociais mais vulneráveis socioeconomicamente nesses espaços, como a população negra.

Compreendendo as universidades como um lugar de reprodução das elites (PORTANTIERO, 1978; TÜNNERMANN BERNHEIM, 1998; FREITAS NETO, 2011) e das classes médias, é importante analisar os desdobramentos dessas políticas na transformação do perfil discente universitário. Mais precisamente, compreender como os estudantes negros inseridos nas Organizações de Movimentos Sociais (OMS) (MCCARTHY e ZALD, 1977) aproveitaram esse momento para mobilizar a discussão acerca do combate ao racismo e obter um maior engajamento dos discentes negros nas entidades de representação do movimento estudantil.

Elegi a UNE como *locus* de análise, pois ela figura como a principal e maior entidade representativa estudantil no Brasil. Ela está estruturada em todos os Estados da Federação e é composta por uma variedade de partidos políticos, coletivos discentes e OMSs que disputam os seus rumos – como os ativismos negros, agrários, feministas, etc. Ela carrega consigo um vasto histórico de lutas, atuando não apenas em defesa da educação, mas em torno dos temas que afetam a política nacional e internacional (MÍLLAN, 2012; POERNER, 2004).

É importante ressaltar que a UNE realizou o seu primeiro ENUNE em 2007, justamente em um momento onde o Brasil passou a adotar políticas relevantes para a democratização do acesso ao ensino superior. Entre 2007 até 2016, a entidade construiu mais seis edições do encontro. O quadro abaixo ilustra a mobilização desses eventos e o contexto político em que estavam inseridos:

Tabela 1 – mobilização e contexto político dos ENUNES

Data	Evento	Número aproximado de participantes	Governo
2007	I ENUNE	100	Lula
2009	II ENUNE	200	Lula
2011	III ENUNE	400	Dilma
2015	IV ENUNE	600	Dilma
2016	V ENUNE	2000	Temer

(UERJ) (FERES JR. e DAFLON, 2015). A partir dessa data, a Universidade de Brasília (UnB) (2004), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2005) (SANTOS, 2012), entre tantas outras universidades passam a adotar a política de cotas raciais via aprovação nos seus Conselhos Universitários.

Fonte: projeto do 5º ENUNE e observação participante no 4º, 5º e 6º ENUNE.

Chama a atenção o crescimento exponencial dos participantes nos ENUNEs ao longo dos anos, especialmente em 2016. Ademais, nota-se uma preocupação cada vez maior com a questão racial nas resoluções aprovadas nos recentes Congressos da UNE (CONUNE⁷) e um balanço positivo das políticas que democratizaram o ensino superior. Nesse sentido, esta pesquisa indaga: qual o momento político em que a pauta racial emerge com mais força na UNE? Como a entidade em questão absorveu o combate ao racismo nas suas formulações e ações? Quais foram os atores relevantes para levar as questões raciais para a UNE?

Para analisar o processo de ampliação da pauta racial na UNE, mobilizo as categorias do campo de estudos dos movimentos sociais. Inicialmente trabalho alguns conceitos inseridos nas Teorias do Processo e do Confronto Político, adaptando-os para o caso em questão, que não necessariamente busca analisar as performances públicas conflitivas da UNE com o Estado. Assim, mobilizo os conceitos de *repertório organizacional* (CLEMENS, 2010), *enquadramento interpretativo* e *Estruturas de Oportunidades Políticas* (EOP) a fim de compreender quando, como e por qual motivo a pauta racial aparece na UNE. Com o objetivo de revelar o quanto a questão racial é importante para orientar as ações, abordo o conceito de *identidade coletiva* de Melucci (1996) e mobilizo perspectivas que considerem a formação das ideias de *raça* e *racismo* na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 2003; ALMEIDA, 2018). Por último, também incorporo noções que levam em consideração o caráter estratégico das ações coletivas, como a de *players* e *arenas* (JASPER, MORAN, TRAMONTANO, 2015); e emprego o conceito de *campo multiorganizacional* (KLANDERMANS e MEYER, 2006) para mapear as organizações internas à UNE e que interagem com ela.

Objetivando responder às questões supracitadas e, sobretudo, compreender *quando, como e porque* a UNE incorpora o combate ao racismo entre as suas pautas, este trabalho parte de três hipótese complementares:

⁷ Segundo o art. 7º da seção I do seu estatuto, o CONUNE é a instância máxima de deliberação da UNE, sendo composto por delegados votantes eleitos em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do país que realizaram essa eleição. De acordo com o art. 10º, compete ao congresso “discutir e votar teses, recomendações e propostas apresentadas por qualquer dos seus membros”. A votação para a eleição da diretoria é proporcional ao número de votos, e a chapa que recebe a maioria dos votos indica o maior número de diretores. A resolução final do Congresso reflete a correlação de forças que disputam a entidade, sendo as forças majoritárias as que definem o teor das resoluções. Disponível em: <<https://une.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Estatuto-UNE.pdf>>. Acesso em: 22.09.2019.

- 1) As Políticas Afirmativas e Educacionais – como o PROUNI, o REUNI e a “Lei de Cotas” – abriram inéditas *oportunidades políticas* para o engajamento dos negros no movimento estudantil, em específico na UNE;
- 2) Tais *oportunidades* foram aproveitadas pela intersecção entre organizações do movimento estudantil-negro-partido político, servindo como um *mecanismo* para engajar negros e as suas pautas na UNE;
- 3) Essa intersecção contribuiu para levar *repertórios e enquadramentos* adotados pelo movimento negro para a UNE, como a auto organização e a discussão sobre o Combate ao Racismo.

Esta pesquisa vale-se da metodologia qualitativa por meio de técnicas como entrevistas semi-estruturadas com ex-lideranças da UNE, bem como com lideranças intermediárias que compõem a rede do movimento estudantil – como Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), Centros Acadêmicos (CAs) e Entidades Estaduais dos Estudantes (UEEs). Também foram feitas análises de documentos, como as revistas da UNE (*Movimento*), site da entidade, resoluções dos Congressos da UNE (CONUNEs) e dos ENUNEs, com o objetivo de responder as mencionadas perguntas da pesquisa e testar as minhas hipóteses.

Porque, afinal, estudar a UNE e a questão racial?

De acordo com Poerner (2004), a UNE sempre exerceu papel importante na política nacional. Na década de 1940, foi uma das protagonistas da campanha “O Petróleo é Nosso”; nos anos 1960, resistiu à Ditadura Militar; na década de 1970, participou ativamente das “Diretas Já”; nos anos 2000, reivindicou políticas de democratização do acesso ao ensino superior.

O que distingue a UNE das demais organizações estudantis na América Latina é a pluralidade de opiniões e grupos políticos que a constituem. Internamente, várias forças políticas disputam os seus rumos no decurso da história: desde grupos socialistas, marxistas, comunistas, até os liberais e católicos da Ação Popular (MILLÁN, 2012). Também se observa que ela é construída por diversas organizações que se vinculam aos partidos políticos, sobretudo os localizados na esquerda – como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o PT, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), etc. –, figurando como uma entidade que estabelece o diálogo com o sistema partidário, além de coordenar ações nas ruas e universidades.

A fim de contextualizar a diversidade do Movimento Estudantil (ME), cabe destacar que ele não se resume apenas às entidades estudantis. Esse movimento abarca uma gama heterogênea de grupos, desde os declaradamente vinculados aos partidos políticos, até os que expressam interesses específicos, como os coletivos de mulheres estudantes, de estudantes negros, anarquistas, etc. Apesar dessa diversidade, o ME possui como eixo unificador a luta em defesa da educação (BRINGEL, 2009; MESQUITA, 2003).

Bringel (2009) entende que o movimento estudantil é um movimento social *sui generis*, dado o caráter transitório dos estudantes na universidade e, conseqüentemente, no próprio movimento. Entre suas características próprias, tradicionalmente, destacam-se a composição social de classes médias; um espectro ideológico que varia desde a esquerda mais radical até a socialdemocracia; e demandas que incorporam para além da política estudantil, temas amplos da política nacional.

Grande parte da literatura empregada para a elaboração desta dissertação considera que o movimento estudantil tanto no Brasil (BRINGEL, 2009; MESQUITA, 2003) como em outros países latino-americanos (PORTANTIERO, 1978; TÜNNERMANN BERNHEIM, 1998; FREITAS NETO, 2011) é constituído, sobretudo, pelas classes médias, na medida em que as universidades figuram como *locus* privilegiado de poder e ascensão social. Todavia, as mudanças no perfil discente universitário no ensino superior podem ser observadas na composição do ME, que passa a abarcar uma maior presença das camadas populares e de estudantes negros entre os seus quadros.

Nesse sentido, Mische (1997, p. 148) afirma que é importante analisar as relações que o movimento estudantil tradicional estabelece com certos grupos específicos, como as organizações do movimento negro:

A necessidade de tal análise está colocada pelo carácter majoritariamente branco e de classe média dos caras pintadas e das lideranças estudantis, apesar do presidente da UNE eleito em 199[5] ser negro e usar este fato como bandeira da entidade. A marginalização da questão racial na política estudantil foi salientada por universitários negros no Congresso da UNE de 1993 sob a bandeira: “A juventude negra não tem cara pintada.” As relações muitas vezes conflituosas entre esses setores, além de tentativas recentes de aproximação, apontam para uma reformulação (ainda em progresso) dessas relações, cujos parâmetros precisam ser melhor compreendidos.

A partir de pesquisas realizadas em revistas acadêmicas e no catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), notou-se que não há estudos que analisam de forma satisfatória a participação dos discentes negros na UNE e no movimento estudantil. Essa é uma lacuna empírica que esta dissertação busca preencher. Este, portanto, é um estudo inédito na Ciência Política brasileira.

Assim, o meu objetivo é compreender de que maneira os estudantes negros inseridos nas organizações estudantis e do movimento negro que disputaram a UNE aproveitaram a janela de *oportunidades políticas* aberta pelas políticas de ação afirmativa para levar a questão racial para a entidade. Diante disso, faz-se fundamental contextualizar a emergência das políticas afirmativas no Brasil, com o objetivo de estabelecer o elo entre a questão racial, a UNE, os Movimentos Negros e a ampliação do engajamento dos negros no ME.

Políticas afirmativas e movimentos negros no Brasil

Os avanços quanto às políticas afirmativas podem ser observados com maior intensidade a partir da década de 1980 (MOORE, 2007). Lima (2010) afirma que a Constituição de 1988 incorporou a criminalização do racismo (que, mais adiante, por meio da Lei 7716/1989, definiu o preconceito de cor ou de raça), a criação da Fundação Cultural Palmares⁸ e o reconhecimento de posse de terras para as comunidades quilombolas. Conforme a autora, essas ações podem ser consideradas como o resultado das pressões dos movimentos negros brasileiros.

A partir de meados dos anos noventa, fruto da aproximação do movimento negro com o Estado, a temática racial passa a compor com maior visibilidade a agenda do poder público federal (LIMA, 2010). Dois acontecimentos influenciaram nesse processo: a Marcha Zumbi dos Palmares⁹, em 1995 e a Conferência de Durban¹⁰, em 2001. Foi nesse contexto que o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) assumiu publicamente a existência

⁸ Conforme Moehlecke (2002), essa fundação, vinculada ao Ministério da Cultura, emerge com a finalidade de servir de apoio à ascensão social dos negros no Brasil.

⁹ Segundo Rios (2014), essa marcha contou com cerca de 30 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, reunindo movimentos negros organizados e centrais sindicais.

¹⁰ Realizada na África do Sul, essa Conferência é considerada um ponto de inflexão da questão racial na agenda do governo FHC. Feres Júnior, Daflon e Campos (2012, p. 402) afirmam que esse evento “(...) catalisou uma reflexão nacional sobre o racismo e o governo federal assinou então a Declaração de Durban, se comprometendo a criar políticas afirmativas que visassem a combater a discriminação racial (HTUN, 2004)”.

da discriminação racial no país e iniciou um debate no âmbito governamental para reparar esse problema (FERES JÚNIOR, DAFLON e CAMPOS, 2012).

Dentre as ações do governo FHC, destacam-se: a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Valorização da População Negra, em 1995; o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 1996; após Durban, o governo criou o PNDH II e lançou o Programa Nacional de Ações Afirmativas, em 2002 (LIMA, 2010). Todavia, essas ações foram tímidas e voltadas apenas para o reconhecimento das desigualdades raciais. Do ponto de vista prático, pouco foi feito para enfrentar o racismo.

Foi durante os governos Lula e Dilma que as políticas afirmativas foram institucionalizadas e intensificadas, a exemplo da criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (Lei 10.678 de 2003); da Lei 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história da África nas escolas; do PROUNI (2005); do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288 de 2010); e da “Lei de Cotas” em 2012 (LIMA, 2010; FERES JÚNIOR, DAFLON e CAMPOS, 2012).

Ao longo desses governos, como um resultado das políticas de promoção da igualdade racial, ocorreram importantes transformações do perfil discente universitário. Conforme Lima (2015, p. 29): “Em 1991 (...) a participação de estudantes pretos e pardos no ensino superior era insignificante: 1,0% e 1,5%”. Em 2010, porém, de acordo com dados do Censo Demográfico, essa autora observa que o número de pretos cresce 27,8% e o de pardos 30,4%. Esses dados apontam para uma mudança significativa no perfil dos estudantes universitários brasileiros. O ensino superior, portanto, transformou-se. Mas e o movimento estudantil e as suas entidades representativas? Essa é uma questão empírica que este trabalho vai investigar.

Estrutura da Dissertação

Perseguindo os objetivos propostos por esta dissertação, a seguir apresento a estrutura em que organizei os capítulos:

No **Capítulo 1** busco colocar em diálogo o campo de estudos de movimentos sociais e o campo de estudos das relações raciais, apresentando os conceitos centrais que estruturam este trabalho. Inserido nesse Capítulo, incorporei algumas **(*) Considerações Metodológicas** a fim de explicar a minha posição nesta pesquisa e como vou aplicar os conceitos e as técnicas na análise.

O **Capítulo 2**, por sua vez, apresenta os principais momentos dos movimentos negros no Brasil relativos às influências que eles exerceram na construção das ações afirmativas no país, dando ênfase naquelas direcionadas para o ensino superior. Nele, localizo quando a UNE se insere na discussão sobre cotas raciais nas universidades públicas e evidencio o seu posicionamento à época.

O **Capítulo 3** descreve como a UNE se organiza internamente e revela as distintas organizações estudantis, negras e partidárias que disputam os seus rumos. Nesse Capítulo, apresento a interação estratégica estabelecida entre essas organizações; as *múltiplas filiações* (MISCHE, 2009) estabelecidas entre as lideranças estudantis com distintos movimentos sociais; e revelo como essas relações podem ter contribuído para o aparecimento da questão racial na UNE, por meio da noção de “autonomia relativa”.

No **Capítulo 4**, descrevo quando, como e por qual motivo a questão racial entra na UNE, revelando os principais momentos em que essa pauta aparece com mais força. Trata-se de um Capítulo onde descrevo, com mais detalhe, o contexto político no qual a discussão sobre o combate ao racismo emerge na entidade, dando destaque para as transformações nos *repertórios organizacionais* da UNE com relação a essa pauta. Também torno evidente episódios concretos em que foram construídos consensos e conflitos em relação à questão racial.

Por último, faço breves considerações, retomando as hipóteses apresentadas nesta dissertação e avaliando em que medida a questão racial avançou na entidade. Também trago possibilidades de pesquisas a serem desenvolvidas futuramente.

Capítulo 1: considerações teóricas

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os principais instrumentos analíticos que guiaram a análise empírica desta dissertação. Ele almeja desenvolver os conceitos e as suas raízes teóricas para que a leitora possa compreender como cada conceito e teoria serão empregados nesta dissertação.

Foram mobilizadas, principalmente, teorias inseridas no campo de estudos dos movimentos sociais e algumas referências bibliográficas sobre os estudos das relações raciais. Por meio delas, será possível tornar mais complexa a análise das questões raciais na União Nacional dos Estudantes.

Antes de adentrarmos nas categorias analíticas e nas correntes teóricas, é necessário apresentar as brechas na literatura acerca dos movimentos sociais em relação ao campo de estudos sobre as relações raciais, a fim de situar qual contribuição teórica pretendo dar neste capítulo e nesta dissertação.

1. Raça e movimentos sociais: tentando preencher uma lacuna

Reconhecendo os limites das teorias dos movimentos sociais, McAdam, Tarrow e Tilly (2009) defendem a necessidade de estudar de maneira mais robusta os conflitos étnico raciais em diálogo com as suas formulações teóricas sobre os movimentos sociais. Ainda que seja uma exceção inserida nessas teorias, um estudo que contribuiu para preencher essa lacuna foi o livro *Political Process and the Development of Black Insurgency 1930-1970*, de McAdam (1982), que discute o processo de construção dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Todavia, como assinala Flávia Rios (2009), a primeira edição desse livro não realiza uma análise cultural do movimento negro:

Apesar de considerar a dimensão da solidariedade como fundamental para as explicações da emergência e sustentação do movimento, o autor só consegue apreender uma dimensão da solidariedade que é a da doação de recursos materiais (econômicos) e humanos; em sua análise, fica de fora qualquer tipo de explicação que envolva a identidade coletiva, uma vez esta se configura como um dado apriorístico (RIOS, 2009, p. 115).

Apenas na segunda edição do livro, publicada em 1999, McAdam direciona a sua atenção aos aspectos culturais. Entretanto, as elaborações sobre a cultura empreendida pela

Teoria do Processo Político (TPP) apresentam lacunas, pois abordam os aspectos culturais sob uma perspectiva instrumental (RIOS, 2009). Objetivando superar tais brechas, a autora citada argumenta:

Para casos como o brasileiro, onde a dimensão da cultura é crucial para entender a disputa por representação do movimento negro (HANCHARD, 2001), a teoria do processo político pode oferecer algumas lacunas, facilmente preenchidas por um certo ecletismo do pesquisador em aproveitar a vasta tradição de estudos nacionais nesta área (RIOS, 2009, p. 117).

Essa é uma brecha teórica na literatura com a qual a presente dissertação pretende dialogar. Perseguindo o propósito de preencher essa lacuna, este capítulo inicialmente apresenta alguns conceitos inseridos nas teorias dos movimentos sociais. Na sequência, exponho categorias analíticas que servem para compreender a questão racial. O que pretendo demonstrar é que tais categorias de análise inseridas no campo das relações raciais e nas teorias dos movimentos sociais, caso trabalhadas juntas, servem para compreender e aprofundar quando, como e porque a questão racial aparece na UNE.

2. Teorias dos movimentos sociais: nosso ponto de partida

Como a minha pesquisa se insere no campo de estudos da participação política e das ações coletivas, elegi como principal prisma teórico as teorias dos movimentos sociais. Em texto intitulado *As Teorias dos Movimentos sociais: um balanço do debate*, Alonso (2009) apresenta as principais teorias sobre os movimentos que emergem nos anos 1970, como a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e a Teoria do Processo Político (TPP). Para fins deste estudo, abordo, sobretudo, as influências teóricas da TNMS e da TPP – e a sua atualização posterior, intitulada Teoria do Confronto Político (TCP). Inicialmente apresento a TPP e a TCP.

Em que pese sejam utilizadas para analisar os protestos políticos, acredito que essas teorias nos fornecem uma contribuição singular para compreender o contexto político em que as ações coletivas emergem. Parto assim desse arcabouço teórico para compreender e reconstruir o ambiente político em que a UNE esteve inserida, dando destaque às inovações no seu *repertório organizacional* em diálogo com as *oportunidades políticas*. Ou seja, não utilizo essas teorias como “uma camisa de força”, mas adapto os seus conceitos chaves para analisar o

objeto proposto por esta dissertação: a saber, as formas de atuação da UNE contra o racismo, as suas narrativas e o contexto em que essas ações e discursos emergem.

Feitas essas ressalvas, desenvolvo abaixo os objetivos, as origens, o objeto de estudo e as influências das teorias que vou mobilizar. Em seguida, apresento as definições dos conceitos e como os adotarei na análise empírica.

2.1. Teorias do Processo e do Confronto Político

Alonso (2009) argumenta que a TPP evidencia as influências que o contexto político pode exercer nas ações coletivas, chamando a atenção para o “quando” da ação. Por meio do conceito de *Estruturas de Oportunidades Políticas* (EOP), essa abordagem advoga que a atuação dos movimentos sociais se dá considerando as oportunidades e restrições políticas presentes em uma dada conjuntura, que seriam interpretadas pelos atores. Tendo como principais expoentes Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow, essa teoria confere lugar de destaque ao conflito. Embora focalize as “estruturas mais amplas”, tal abordagem incorpora o elemento cultural à sua elaboração, por meio dos conceitos de *repertório* e de *frame*.

Charles Tilly (2010), precursor da TPP, elabora a sua teoria tendo como base elementos históricos para a análise dos movimentos, compreendendo-os como uma forma de atuação política contenciosa inventada em um determinado contexto histórico. A história entra em cena na sua abordagem “na medida em que explica porque os movimentos incorporam algumas características (...) que os distinguiriam de outras formas de política” (TILLY, 2010, p. 136).

Nesse sentido, para o autor citado, um movimento social se define pela conjunção entre campanhas, repertórios e demonstrações de Valor, Unidade, Números e Comprometimento (VUNC). Essa definição permite não confundir os movimentos com ações coletivas isoladas ou organizações de movimentos (como a UNE). Portanto, a sua abordagem ancora-se em uma perspectiva histórica, que permite situar os movimentos sociais como uma forma de ação política inscrita em seu contexto, incorporando formas de ação nos seus repertórios ao longo da sua existência.

Por sua vez, a TCP incorpora outros elementos até então não incluídos na abordagem anterior do processo político, como a análise das redes e a compreensão de que o movimento constrói-se mediante a síntese entre identidade e interesse, elaborando, desse modo, a conjunção entre a abordagem da mobilização de recursos e aquela com viés mais culturalista dos novos

movimentos sociais (MCADAM, TARROW, TILLY; 2009). Os principais conceitos da TCP são o de *repertório*, *enquadramento interpretativo*, *performances* e *Estruturas de Oportunidades Políticas* (EOP's). Eles são particularmente importantes para as análises empíricas dos movimentos sociais.

Já Tilly e Tarrow (2015), no livro *Contentious Politics*, preocupam-se em definir mais precisamente o objeto de estudo da TCP, argumentando que ela deve debruçar-se sobre as “ações contenciosas” – ou, em outros termos, os episódios de confronto violento¹¹. O texto elabora sobre as características peculiares aos movimentos sociais, definindo-os como desafiantes, sobretudo, aos governos¹². Os autores também argumentam que as principais restrições e incentivos para a ação política contenciosa residem nas EOP's, sendo a maioria delas localizadas em âmbito local e nacional.

Tarrow (2015), por seu turno, revela que o termo “política contenciosa” foi empregado pela primeira vez por Charles Tilly nos anos 1970 e que, com o passar do tempo, o seu uso entre os pesquisadores cresceu de maneira significativa devido à preocupação dos cientistas em compreender não apenas o movimento social propriamente dito, mas as formas de ações coletivas de confronto violento. Isso ocorreu, pois os estudiosos se viram diante de episódios marcantes no âmbito internacional, a exemplo do 11 de setembro, em 2001. Assim, a TCP tem como objeto de análise a interação contenciosa, conferindo lugar de relevo às relações que se estabelecem entre instituições políticas e movimentos sociais em diversos lugares do globo.

Muito embora a TPP – e, especialmente, a TCP – estejam orientadas principalmente para as performances públicas conflitivas, emprego parte dos conceitos dessas teorias para compreender os *repertórios organizacionais* da UNE – não necessariamente orientados pelo conflito com o Estado. O caso brasileiro apresenta uma complexidade quando se trata da relação estabelecida entre Estado e movimentos sociais. Nessa direção, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) evidenciaram que há *repertórios de interação* entre instituições estatais e movimentos sociais que se manifestam por meio do estabelecimento de consensos, e não apenas sob a lógica do confronto direto.

¹¹ Contudo, no caso do presente estudo, me preocupo com o repertório de uma organização específica não necessariamente vinculado ao conflito político.

¹² Este trabalho compreende que tal relação se manifesta direta ou indiretamente. Por exemplo, o movimento estudantil pode estabelecer dinâmicas conflitivas com as Reitorias das Universidades nas suas reivindicações em defesa das cotas raciais. Também pode estabelecer o diálogo e a colaboração.

Ou seja, é possível aplicar na análise os conceitos da TPP e da TCP para compreender em qual contexto emerge a questão racial na UNE, desde que feitas essas ressalvas teóricas. Dito isso, a seguir apresento os conceitos de Estruturas de Oportunidades Políticas (EOPs), repertórios e enquadramento interpretativo, a fim de demonstrar como os empregarei na minha análise.

2.2. Definindo o conceito de Estruturas de Oportunidades Políticas

McAdam (1982) contribui para refletir sobre o conceito de *Estruturas de Oportunidades Políticas* (EOPs), revelando as influências subjacentes à Teoria do Processo Político, como o marxismo e o “elitismo”. Para esse autor, os movimentos sociais buscam promover os interesses coletivos, sobretudo, dos grupos excluídos, por meio de ações não institucionalizadas, sendo desenvolvidas em resposta a um processo de interação entre grupos de movimentos e seu contexto político e social mais amplo. Quer dizer, ele considera que a insurgência ou, em outros termos, a ação contenciosa, é reflexo de fatores tanto internos quanto externos ao movimento, e que o contexto político pode oferecer tanto oportunidades quanto restrições à ação coletiva.

Tarrow (1997), por seu lado, advoga que o conceito de EOP ajuda a entender por qual motivo os movimentos em determinadas ocasiões adquirem uma capacidade de ação surpreendente e em outros não. Ele entende que existem quatro fatores importantes para compreender as mudanças nas EOP's que influenciam as ações coletivas:

(...) la apertura del acceso a la participación, los cambios en los alineamientos de los gobiernos, la disponibilidad de aliados influyentes y las divisiones entre las élites y en el seno de las mismas (TARROW, 1997, p. 156).

Em outro texto, McAdam (1999) preocupa-se em definir mais precisamente o conceito de EOP, devido à sua “plasticidade” e confusões quanto a sua aplicação teórica. Para ele, existem quatro pontos que são consenso entre os teóricos que o empregam, afirmando que as dimensões das oportunidades políticas compreendem:

Tabela 2

Dimensões das oportunidades políticas

1) O grau de abertura relativa do sistema político institucionalizado;
2) A estabilidade ou instabilidade dos alinhamentos entre as elites;
3) A presença ou ausência de aliados entre as elites;
4) A capacidade do estado e sua propensão à repressão.

Elaboração própria. Fonte: MCADAM, 1999.

É importante ressaltar que as *oportunidades políticas* podem emergir tanto em contextos de maior repressão, quanto democráticos. Nesse sentido, as oportunidades ou restrições políticas seriam sobretudo interpretadas pelos atores com pouco poder, sendo este um elemento fundamental para que um movimento social deflagre ações coletivas. Tal conceito deve ser empregado considerando o tempo e espaço – isto é, o contexto político –, em que os movimentos se encontram, conferindo, portanto, uma perspectiva não determinista na análise. Por conseguinte, ele apresenta características que devem ser compreendidas dentro do seu contexto empírico.

2.3. Questionando os limites das EOPs

Questionando o pressuposto de que os movimentos sociais são *outsiders* em relação ao Estado, Craig e Klandermans (1995) chamam a atenção para a necessidade de se compreender a interação desenvolvida entre ambos. Para eles, o Estado é, ao mesmo tempo, antagonista, alvo e patrocinador dos movimentos, bem como organizador do sistema político. Esses autores preocupam-se em entender o impacto das oportunidades políticas nos movimentos, isto é, a influência que o Estado e os sistemas de representação política exercem sobre eles. Assim, conforme esses autores o sucesso do movimento é sobretudo o resultado do ambiente político no qual ele está inserido, sendo este composto por partidos políticos e instituições políticas, como o Estado.

Por sua vez, Goldstone (2003) fala sobre a permeabilidade entre a política institucionalizada (como os partidos e o Estado), e não institucionalizada (como os movimentos sociais), revelando que ambas não são separadas por barreiras fixas. Antes da década de 1980 muitos pesquisadores consideravam os movimentos como estando “de costas” para a política institucional (GOLDSTONE, 2003). Todavia, o autor citado afirma que pesquisas empíricas demonstraram justamente o contrário, na medida em que os movimentos, partidos e eleições

interagem recorrentemente, como demonstrarei no Capítulo 3. Logo, políticas institucionais e movimentos, longe de representarem domínios separados que não dialogam entre si, são interligados em vários contextos.

Nessa mesma direção, Goldstone (2004) problematiza o conceito de EOP, por julgar que ele se tornou demasiadamente generalista para analisar por qual motivo um determinado movimento age politicamente. Criticando esse conceito, o autor esboça a noção de *Campos Relacionais Externos*, a partir do qual defende a necessidade de compreender o conjunto das relações que os movimentos estabelecem, destacando que os mecanismos presentes nas EOPs não determinam as mesmas causas para todos os contextos. Em direção similar, Klandermans e Meyer (2005) trabalham com o conceito de *campo multiorganizacional*, que se refere ao conjunto das interações que os movimentos estabelecem com partidos, conjunturas internacionais, contra-movimentos, públicos variados, diferentes atores estatais, ameaças, oportunidades, economia, etc. Para compreender melhor o conceito, mobilizo a citação abaixo do próprio Klandermans (1992, p. 92 *apud* SILVA, 2010, p. 6):

Organizações de movimentos, assim como quaisquer outras, estão inseridas em um campo multiorganizacional, que nós podemos definir como o número total de organizações com que a organização do movimento pode estabelecer determinados vínculos. Até recentemente, a literatura enfocou basicamente o suporte que uma organização de movimento recebe de setores do campo multiorganizacional e, surpreendentemente, abordou pouco o fato de que o campo multiorganizacional não precisa ser necessariamente apoiador do movimento. Opositores, de fato, sempre constituem uma parte do campo multiorganizacional de uma organização de movimento.

Logo, trabalharei com o conceito de *campo multiorganizacional* em diálogo com o de *oportunidades políticas*, na medida em que busco compreender e revelar empiricamente a complexa teia de relações no interior da qual a UNE atuou no período proposto por esta pesquisa.

Elegi abordar este conceito em diálogo com o de *oportunidades políticas*, pois ele está inserido numa abordagem relacional (na qual esta dissertação se baseia), porquanto busca compreender a relação entre o contexto político e a ação dos atores. Tal perspectiva entende

que a relação entre a “agência”¹³ e a “estrutura” não é determinada por estruturas rígidas, conferindo importância para a ação dos atores na conformação dos contextos políticos. Meyer (2004) colabora para essa construção argumentativa, na medida em que afirma que a principal contribuição da abordagem do processo político é que ela permite entender a ação dos movimentos sociais inseridos no seu contexto. Ou seja, que as ações dos ativistas não se dão no “vácuo”, mas estão imersas em um ambiente sócio-político mais amplo. Além disso, ele afirma que tal perspectiva constrói o elo entre a “agência” e a “estrutura”, na medida em que ator e contexto político condicionam-se mutuamente. Dessa maneira, as *oportunidades políticas* não são entendidas como externas aos agentes, mas interagem com eles constantemente, sendo o contexto e os movimentos sociais mutuamente constituídos.

Objetivando aprofundar essa compreensão, Abers, Silva e Tatagiba (2018) elaboram uma contribuição teórica valiosa para o estudo da relação que se desenvolve entre as políticas públicas e os movimentos sociais, problematizando os usos do conceito de *oportunidades políticas*. Ao identificar que a relação entre o contexto político e os movimentos sociais segue sub teorizada nas discussões sobre os casos brasileiros, essas autoras propõem um modelo analítico que aborda as *estruturas relacionais*¹⁴.

Talvez a contribuição principal desse texto seja compreender a “agência” e a “estrutura” para além da chave da externalidade. A citação abaixo é elucidativa nesse sentido:

(...) a mútua constituição não ocorre entre algo sólido e inanimado e um ator coletivo, e sim entre atores com acesso diferenciado a recursos institucionais. O “ambiente” em que os movimentos atuam não é externo a eles e sim um conjunto de outros atores com os quais eles interagem (ABERS, SILVA, TATAGIBA, 2018, p. 29)

Logo, o contexto político não é algo monolítico, estável e externo aos atores. Ele é conformado por *estruturas relacionais* que interagem com e são mutuamente condicionadas

¹³ Conforme Abers, Silva e Tatagiba (2018, p.26): “(...) agência tem a ver com a capacidade ou o poder de produzir efeitos na realidade”.

¹⁴ “(...) as estruturas relacionais que destacamos como sendo relevantes analiticamente são os regimes políticos e os subsistemas de política pública. Seguindo Tilly (2006, 2008), entendemos o regime como a configuração das relações entre os atores politicamente relevantes, a qual condiciona o acesso às discussões e decisões governamentais. Por subsistemas estamos nos referindo às configurações de poder específicas a cada setor de política pública, que conferem aos movimentos sociais diferentes condições de acesso a esses setores e influência sobre eles” (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018, p. 17).

pelos agentes. No caso do presente estudo, adoto essa perspectiva enquanto um princípio analítico, na medida em que os agentes influenciam as estruturas, e vice-versa.

Isso será demonstrado nesta dissertação ao longo dos capítulos seguintes, na medida em que os movimentos negros em meados da década de 1990 demandaram políticas afirmativas do Estado, e durante os governos petistas aproveitaram tais políticas para incluir com mais força a pauta racial na agenda da UNE. Ou seja, os movimentos negros criam *oportunidades políticas* e também as aproveitam. Esse “aproveitamento” e “criação” das oportunidades ocorre através de diferentes repertórios de ação.

2.4. Repertórios

O texto *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*, escrito por Angela Alonso (2012), contribui para a reflexão a respeito da definição do conceito de *repertório* conforme as formulações de Charles Tilly. Além da perspectiva estruturalista, a Teoria do Confronto Político incorpora o elemento cultural à sua elaboração por meio do conceito de repertório, uma vez que ele abarca um conjunto de performances de ações à disposição dos atores em determinado contexto histórico, cultural e social. A contribuição singular deste conceito reside no seu caráter “vazado”, isto é, um mesmo repertório pode ser usado tanto por grupos “A” ou “B”, possuidores ou desafiantes do poder, visto que os repertórios não são exclusivos a determinados atores, mas à estrutura do confronto político. Apesar de estarem inscritos na história e na cultura sob determinadas formas, os repertórios se repetem, jamais de forma idêntica, abarcando novos elementos produzidos pelos atores, abrindo espaço para o imprevisto.

Assim, pode-se pensar os repertórios como um catálogo de performances que os movimentos sociais podem adotar nas suas ações coletivas. É como um “cardápio” de formas de ação que os atores podem dispor em certos contextos.

De acordo com Tilly (2006), os repertórios são um conjunto de performances presentes em um determinado contexto. O autor citado preocupa-se em entender como os regimes políticos condicionam a emergência de certos repertórios. Embora Tilly busque elaborar uma teoria de largo alcance, ele entende que as especificidades de cada tempo e espaço devem ser consideradas ao se analisar os repertórios. Em suma, o conceito em questão apresenta tanto

nuances estruturalistas, quanto históricas e culturais, abrindo espaço para a agência, na medida em que incorpora a criatividade dos atores nas ações conflitivas.

Por sua vez, desfocando a análise no conflito e buscando evidenciar as possibilidades de construção de consensos, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) elaboram sobre os *repertórios de interação* entre Estado e sociedade durante a “era Lula”. Essas autoras adaptam a noção de repertório formulada por Tilly, na medida em que incorporam na análise uma dimensão da ação coletiva mais “tácita”, não necessariamente vinculada ao conflito político, mas preocupada com a interação entre os movimentos sociais e atores estatais por meio da “cooperação”. O texto contribui para se pensar o caso brasileiro, ao passo que a maioria das elaborações em torno da Teoria do Confronto Político centram-se nos casos norte-americanos e europeus, focalizando as performances públicas conflitivas. Assim, as autoras mencionadas estudam três esferas da política pública em âmbito federal – Segurança Pública, Desenvolvimento Agrário e Política Urbana –, para revelar como certos atores de fora da arena estatal interagem com sujeitos localizados dentro do Estado com vistas a atingir os seus objetivos, observando padrões e cunhando o conceito de *repertório de interação*, colaborando, portanto, para se pensar a heterogeneidade do Estado brasileiro.

Seguindo nesse mesmo caminho de adaptar a teoria, Clemens (2010) elabora sobre os *repertórios organizacionais* e a mudança institucional na política, tendo como recorte de análise o movimento de mulheres nos Estados Unidos entre os anos 1890 até 1920. Segundo ela, “o conjunto de modelos organizacionais cultural e empiricamente disponíveis pode ser pensado como um “repertório organizacional” (CLEMENS, 2010, p. 165). Ou seja, as organizações de movimentos podem se valer de formas institucionais disponíveis no contexto no qual elas estão inseridas, não as empregando, no entanto, como uma mera cópia, mas valendo-se de certa adaptação.

Esse conceito é particularmente importante para analisar como a pauta racial aparece na UNE. Ele assume um lugar de destaque nesta pesquisa, na medida em que pretendo evidenciar as formas de ação coletiva adotadas pela UNE para combater o racismo, como os Encontros de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNEs); campanhas públicas em defesa das cotas raciais; etc. Em diálogo com o conceito de *oportunidades políticas*, busco demonstrar que os repertórios da UNE transformam-se de acordo com o contexto político em que ela está inserida, sendo que a entidade pode construir repertórios que se assemelham ao de outros movimentos sociais, como o movimento negro. Logo, o conceito de *repertório organizacional* não será empregado

focalizando apenas o conflito, mas evidenciará as possibilidades de construção de consensos no interior da UNE em diálogo com o contexto político e a interpretação dos atores.

2.5. Interação estratégica e repertórios organizacionais

Para aprofundar a análise desta dissertação, é importante revelar referências que deem conta de compreender como se desenvolve a interação estratégica nos movimentos sociais, mediante os conceitos de *players* e *arenas* (JASPER, MORAN, TRAMONTANO, 2015), e de que forma ela condiciona a adoção de certas performances presentes no *repertório organizacional* da UNE. Essa perspectiva permite pensar a ação dos movimentos de maneira mais complexa, considerando a racionalidade dos atores ao escolher quais formas de atuação são as mais adequadas em certos contextos. Também permite revelar a heterogeneidade das Organizações de Movimentos Sociais, a exemplo da própria União Nacional dos Estudantes, que é tanto uma *arena* de disputas entre distintas organizações que a compõe, quanto um ator coletivo que se apresenta unificado em determinadas ações públicas.

Nesse sentido, Alimi (2015) contribui para entender como determinados repertórios são escolhidos e transformados no decorrer de uma determinada interação entre atores. Segundo ela, os episódios de disputas apresentam como características, em geral, a interação entre os movimentos e as forças de segurança, movimentos e autoridades e entre o próprio movimento. A interação que se manifesta em diversas *arenas* condiciona a emergência de certos *repertórios*, sendo esses selecionados pelos atores considerando tal interação. Ou seja, a racionalidade estratégica é um elemento fundamental que deve ser levado em consideração na análise das ações coletivas dos movimentos sociais.

No Capítulo 2, demonstrarei os distintos *players* que disputam a UNE enquanto uma *arena*, revelando as principais organizações (estudantis, negras e partidos) que buscaram influenciar os rumos dessa entidade e em que medida elas se entrelaçaram para transformar os *repertórios organizacionais* da UNE, incorporando o combate ao racismo.

As estratégias e formas de ação dos agentes resultam das suas interpretações em diálogo com o contexto político. Enquadrar interpretativamente a realidade social é condição para a construção da ação coletiva e, por isso, uma dimensão importante do trabalho das organizações de movimentos sociais. Assim, o conceito de *enquadramento interpretativo* assume importância para as análises que vou desenvolver nesta dissertação.

2.6. Enquadramentos interpretativos

Compreender como os movimentos sociais produzem significados para a ação é de extrema importância para a sua análise. Os movimentos valem-se da cultura como um instrumento para produzir engajamento, mobilizando as suas bases para a ação. Assim, faz-se fundamental entender de maneira mais aprofundada como os movimentos produzem significados para agir coletivamente.

Nesse sentido, Silva, Cotanda e Pereira (2017, p. 159) buscam respostas ao seguinte questionamento: “quais as contribuições e implicações da incorporação da abordagem de Goffman – e, particularmente, do seu conceito de enquadramento interpretativo – para o estudo da ação coletiva e, mais especificamente, dos movimentos sociais”? Perseguindo esse objetivo, esses autores constroem uma “genealogia” da noção de *enquadramento* ou, em outros termos, *molduras interpretativas*, evidenciando as influências que ele recebeu, como do interacionismo de Erving Goffman, além de revelar a sua aplicação aos estudos dos movimentos sociais, bem como as suas possibilidades de aprimoramentos futuros.

Segundo os autores mencionados, foi Sidney Tarrow um dos precursores no uso da noção de *enquadramento interpretativo* na Teoria do Processo Político (TPP) ao longo da década de 1990. Esta noção considera tanto a perspectiva estratégica, fortemente influenciada pela Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) norte-americana, quanto a perspectiva cultural, inspirada pela abordagem europeia da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

É importante destacar que o conceito de *enquadramento interpretativo*, em linhas gerais, refere-se às motivações que os atores adquirem para agir, sendo essas oriundas tanto das “estruturas mais amplas”, quanto da própria agência dos atores. Dessa forma, os movimentos sociais são produtores e consumidores de significados, sendo influenciados pelas estruturas e, ao mesmo tempo, tendo a possibilidade de influenciá-las simbolicamente. Tal conceito apresenta um viés instrumental e estratégico da cultura, pois por meio dele pode-se construir a ideia de “nós” e “eles” numa interação conflitiva, conferindo sentidos para a ação dos movimentos ao enquadrar a realidade social.

Segundo Tarrow (2009, p. 143), a noção de enquadramento interpretativo “refere-se a como os movimentos sociais constroem significados para a ação”. Os quadros interpretativos produzem valores e motivações para a ação coletiva dos movimentos sociais, ao enquadrar

situações sociais consideradas injustas (como o racismo), responsabilizar “outros” (os racistas) e propor soluções (ações afirmativas).

No intuito de aprofundar a discussão sobre essa noção, Benfort e Snow (2000), no texto *Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment*, constroem uma revisão bibliográfica em torno do conceito de *enquadramento interpretativo*, revelando que o seu estudo no campo dos movimentos sociais cresceu consideravelmente desde a década de 1980. A discussão sobre a produção de significados mobilizadores e contra mobilizadores, por conseguinte, passou a assumir um lugar importante. Tais autores afirmam que os quadros de ação coletiva são um conjunto de significados e crenças orientados para a ação, que motivam e conferem legitimidade às atividades e ações de uma Organização de Movimento Social (OMS). É importante ressaltar que a atividade de enquadramento é um processo dinâmico e contínuo, que não se dá no “vácuo”, mas opera em diálogo com as *Estruturas de Oportunidades Políticas* (EOPs), as oportunidades e restrições culturais e os públicos-alvo aos quais estes quadros se dirigem (BENFORT e SNOW, 2000). A construção dos *frames* será demonstrada no Capítulo 4, principalmente no momento em que as cotas raciais estavam sendo discutidas no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para além de uma perspectiva estratégica, a cultura é mobilizada pelos movimentos sociais sob outras perspectivas, como a construção de *identidades coletivas* nos movimentos, conforme demonstro a seguir.

2.7. Identidade coletiva nos movimentos sociais

A TNMS possui como os seus principais formuladores Touraine, Melucci e Habermas (ALONSO, 2009). A sua característica distintiva reside no fato de que ela enfatiza o elemento cultural na análise dos movimentos, e cunha o termo novos movimentos sociais àqueles que motivam-se para agir coletivamente tendo como orientação perspectivas pós-materiais, isto é, noções que estão para além dos conflitos de classe propriamente ditos, mas relacionam-se a questões ambientais, geracionais, étnicas, feministas, entre outros (ALONSO, 2009). Os conflitos, portanto, aparecem sob uma outra ordem. Uma contribuição singular dessa teoria é a construção do conceito de *identidade coletiva*.

Melucci (1996) aborda o conceito de identidade sob uma perspectiva processual, compreendendo as suas permanências e transformações ao longo do tempo, em diálogo com o

campo de oportunidades e restrições em que a ação dos movimentos se insere. Logo, as identidades coletivas não devem ser tomadas como “pré-definidas”, mas enquanto o resultado de um processo de interação entre atores que se comunicam, se influenciam de forma mútua e tomam decisões (MELLUCI, 1996). O referido autor também advoga que a identidade coletiva não é totalmente negociável do ponto de vista dos interesses, na medida em que a participação em uma ação coletiva não reduz-se ao mero cálculo racional entre custos e benefícios (como defende a perspectiva da escolha racional, presente em de Olson (1999) e na TMR), mas sempre envolve emoções que servem como motivações para que os atores engajem-se coletivamente.

A identidade em Melucci (1989) é um elemento essencial de construção da solidariedade nos movimentos sociais. Segundo esse autor: “[a] solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma *identidade coletiva* (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como parte de uma mesma coletividade)” (MELUCCI, 1989, p. 57). Ou seja, a identidade coletiva é construída a partir da relação interativa entre os atores. Não é algo intrínseco à essência dos agentes, mas construída nas relações realmente existentes. A compreensão dos processos de construção da identidade coletiva nos movimentos sociais, portanto, é essencial.

Por sua vez, Snow (2013) afirma que os anos 1970 foram marcados pelo crescimento do interesse acadêmico sobre as identidades nas ações coletivas, ao passo que neste contexto emerge com mais força os “movimentos identitários”. Figura como um elemento central para esses movimentos o questionamento de estereótipos dominantes, como refletido no termo *Black is Beautiful* (SNOW, 2013). É relevante destacar que, segundo o autor citado, a construção da identidade insere-se em um campo relacional onde se encontram diferentes atores (protagonistas, antagonistas e públicos), possibilitando a construção da noção de um “nós” e “eles” nesta interação. Ou seja, a construção da identidade coletiva se dá a partir da interação entre diferentes atores.

Já Polleta e Jasper (2001), no texto *Collective identity and social movements*, realizam uma discussão sobre a noção de identidade nos movimentos sociais, examinando o seu papel em quatro fases do protesto político: a elaboração de reivindicações coletivas; o recrutamento em movimentos sociais; a tomada de decisão tática e estratégica; e os resultados do movimento. Conforme esses autores, a noção de identidade é fluida e relacional, ao passo que emerge das interações dos atores com diferentes públicos (mídia, aliados, oponentes, autoridades, etc.).

No caso da presente dissertação, busco compreender o processo de transformação da *identidade coletiva* da UNE construído a partir da intersecção entre os movimentos negros, as organizações estudantis e os partidos políticos. Na medida em que a identidade de uma OMS é construída e negociada por meio de interações entre diferentes atores e oportunidades políticas, demonstrarei como a entidade em questão incorpora a questão racial nas suas formulações, ações e quadros dirigentes.

No entanto, antes é necessário definir como trabalharei os conceitos de raça e racismo em diálogo com as formulações e conceitos inseridos no campo de pesquisas movimentos sociais, tendo em vista que a leitora compreenda como mobilizo os termos “questão racial”, “raça” e “racismo” nesta dissertação.

3. As raízes antropológicas dos conceitos de raça e racismo

Os termos “raça” e “racismo” foram marcantes durante o século XIX, momento em que emergem teorias antropológicas a fim de compreender e classificar as diferentes “raças” humanas. Com o objetivo de evidenciar como se deu esse processo, me atenho à obra *Igualdad de las razas humanas: antropología positiva*, escrita pelo haitiano Joseph Anténor Firmin (1850-1911). Em que pese seja até então pouco discutida na academia, creio que ela seja de grande valia para a compreensão das origens do “racismo científico” no mundo.

Nesse sentido, tal obra apresenta um caminho interessante para refletir sobre o racismo no contexto internacional, representando um divisor de águas nas Ciências Sociais, sobretudo na Antropologia. Vindo ao público em 1885, o livro se apresenta como uma espécie de resposta às “ideias força” que vigoravam no campo da antropologia do século XIX, propagadas principalmente pelas teses do escritor francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), por meio do livro *Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas*, publicado originalmente em Paris entre os anos de 1853 e 1855. Gobineau, tal como prevê o título do seu livro, defendia a existência das desigualdades entre as raças humanas sob um ponto de vista biológico. Esta ideia foi fonte inspiradora do colonialismo na segunda metade do século XIX, e do fascismo na primeira metade do século XX.

É nítido perceber a influência da obra *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, no pensamento dos antropólogos da época, na medida em que a teoria da evolução das espécies, localizada no âmbito da biologia, fora “assimilada” pela maioria dos antropólogos do século

XIX como uma forma de estabelecer divisões e hierarquizações entre as raças humanas. Firmin (2013) possui como principal objetivo refutar a ideia de que as raças humanas são desiguais do ponto de vista biológico, intelectual e moral, negando que elas estão dispostas numa escala hierárquica que vai desde a mais evoluída à menos evoluída, compreendidas em três grandes grupos – negros, amarelos e brancos.

A obra em questão apresenta dados importantes para compreender os argumentos que pavimentaram o terreno sob o qual o racismo científico emergiu no século XIX, bem como para entender que a ideia de inferioridade entre as raças humanas foi um dos argumentos legitimadores para a expansão colonial por meio do racismo. O estudo das relações raciais, portanto, é fundamental, na medida em que:

Puede señalarse en el transcurso de la historia contemporánea que todas las acciones internacionales que han conducido a los pueblos a enfrentarse en inmensos campos de batalla, en guerras horribles y exterminadoras, provienen en su mayor parte de las rivalidades raciales (FIRMIN, 2013, p. 470 e 471).

Contudo, resta uma pergunta: como trabalhar os conceitos de raça e racismo na contemporaneidade? Sob qual perspectiva o campo das relações raciais tem tratado essas duas categorias? Como elas serão mobilizadas nesta dissertação?

3.1. Como trabalhar raça e racismo nas Ciências Sociais

Perseguindo o propósito de explicar como os conceitos de raça e racismo são aplicados na contemporaneidade, Guimarães (2003, p. 95) argumenta que o termo “raça” “[...] tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia”. Como demonstrado em linhas precedentes, transpor noções do campo da biologia para a análise social pode incorrer em sérios problemas, conforme a citação abaixo:

Todos sabemos que o que chamamos de racismo não existiria sem essa ideia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou um certo racismo doutrinário (GUIMARÃES, 2003, p. 96).

Em oposição a essa perspectiva, Guimarães (2003) afirma que as raças são, do ponto de vista científico, uma construção social e, por conseguinte, devem ser analisadas por um campo da própria sociologia ou das ciências sociais. Em direção similar, Munanga (2015) afirma que as “raças” branca, negra e amarela são conceitos “biologicamente inoperantes, mas política e socialmente muito significativos”. Nesse sentido, emprego o conceito de raça sob uma perspectiva sociológica, esquivando-me de vieses essencialistas e a-históricos.

Por sua vez, Almeida (2018) contribui para se pensar a “raça” sob uma perspectiva relacional e histórica. Para ele, as identidades raciais são construídas na interação com os demais atores, instituições e estruturas sociais. Objetivando adensar a análise do racismo e da raça na sociedade brasileira, esse autor elabora definições conceituais que merecem ser destacadas.

3.2. As diferentes formas de racismo

Silvio Almeida, no livro *O que é racismo estrutural?*, nos apresenta importantes definições conceituais do racismo, na medida em que o categoriza sob três diferentes perspectivas, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3

Tipos de racismo	Definição
1) Individual	Conforme Almeida (2018, p. 28): “(...) sob esse ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo”.
2) Institucional	“Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018, p. 29)
3) Estrutural	De acordo com Almeida (2018, p. 36): “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista”.

Elaboração própria. Fonte: Almeida (2018).

Ao desagregar as formas de racismo em três níveis (individual, institucional e estrutural), Almeida (2018) argumenta que essas diferentes maneiras de racismo se manifestam de formas variadas, mas podemos afirmar que há algo que as assemelha: ambas estão entrelaçadas na estrutura social, fonte reprodutora das desigualdades raciais. Assim, se a estrutura social ainda é racista, parte das instituições sociais e políticas vão reproduzir essa lógica e, igualmente, os indivíduos. O racismo, portanto, é compreendido como um *mecanismo* que provoca a desigualdade sócio-racial.

Nesta pesquisa, interessa-nos o conceito de *racismo institucional*, na medida em que ele pode ser empregado para analisar casos concretos em organizações de movimentos sociais, como a UNE. Márcia Lima (2010, p. 90-91) contribui para aprofundar esse conceito, ao afirmar que:

São considerados racismo institucional ou discriminação indireta os mecanismos discriminatórios que operam nas instituições sociais, dissimulados por meio de procedimentos corriqueiros instaurados no cotidiano organizacional e irredutíveis à prática individual.

Ou seja, por meio dele, é possível compreender os obstáculos institucionais para a ascensão da pauta e da presença negra na UNE. Isto é, os *mecanismos* que operaram para reproduzir as desigualdades raciais nessa entidade.

Este capítulo, portanto, buscou apresentar as principais categorias que guiarão a análise dos dados. Tais conceitos estarão presentes ao longo desta dissertação. No capítulo seguinte, por sua vez, analisarei os principais momentos dos movimentos negros brasileiros na construção das ações afirmativas no país e situarei onde a UNE se localizou nesse processo. Contudo, antes acredito ser necessário realizar algumas considerações metodológicas, evidenciando como vou operacionalizar os conceitos abordados neste capítulo em diálogo com os dados coletados.

(*) Considerações metodológicas

Tendo em vista explicar *quando, como e porque* o combate ao racismo aparece no *enquadramento discursivo* e no *repertório organizacional* da UNE e quais conflitos e consensos emergem a partir dessa inserção, nesta pesquisa adoto técnicas situadas no âmbito da metodologia qualitativa (BAUER e AARTS, 2013): como análise de documentos (CELLARD, 2014) e entrevistas semi-estruturadas (GASKELL, 2013, POUPART, 2014). Demonstrarei a seguir como empreguei essas técnicas na minha pesquisa.

1. Trabalhando os documentos

Analisei documentos produzidos pela UNE e por organizações que a constroem de 1995 a 2016, com o objetivo de identificar os temas e demandas que ganharam proeminência no período e em que medida a pauta do enfrentamento ao racismo aparece. Por meio deles, também demonstrarei quais foram os atores relevantes para trazer a questão racial para a entidade e mapearei o campo *multiorganizacional* no qual ela atuou.

Perseguindo esse propósito, realizei uma criteriosa análise dos documentos publicados no período proposto por este estudo. Entre eles, destaco: 1) resoluções dos Congressos da UNE (CONUNEs); 2) teses e cadernos de teses das organizações que participaram destes Congressos; 3) resoluções dos Encontros de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNEs); 4) revistas da UNE; 5) notícias e artigos veiculados no site da UNE; e 6) notícias sobre a UNE consideradas relevantes em jornais. A relação das fontes documentais encontram-se nos anexos.

A análise desses documentos possibilitou que eu identificasse tanto os *repertórios organizacionais* da UNE quanto os seus *enquadramentos discursivos* relativos ao combate ao racismo; e também me trouxe elementos para compreender e reconstruir o contexto político mais amplo em que essa entidade estava situada, revelando as *oportunidades políticas* e o *campo multiorganizacional* que a UNE interagiu.

Como a sede da UNE não dispõe de todos os documentos impressos de forma sistematizada, além de não possuir uma quantidade satisfatória de arquivos digitalizados no seu site, me vali de diferentes estratégias para a coleta dos dados: 1) consultei o meu acervo pessoal, que dispõe de uma quantidade razoável de documentos impressos e digitalizados relacionados ao movimento estudantil e à UNE; 2) também consultei o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) situado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – que dispõe de coleções sobre a

UNE e o movimento estudantil; bem como 3) acessei importantes documentos no Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ¹⁵).

2. Analisando as entrevistas

Por sua vez, realizei entrevistas com ex-lideranças da UNE e da rede do movimento estudantil¹⁶ que atuaram no período entre 1995 até 2016. Ao todo, entrevistei 9 pessoas, que foram selecionadas com base nos seguintes critérios: 1) ex-diretores de combate ao racismo da UNE; 2) membros de diferentes organizações estudantis; 3) membros de distintas organizações do movimento negro; 4) integrantes de diferentes correntes partidárias ou partidos políticos; 5) pessoas que participaram de eventos e ações voltadas para a pauta racial na entidade; e 6) lideranças que participaram de diferentes campos políticos que compõem a UNE. A tabela contendo a relação e o perfil dos entrevistados encontra-se nos anexos deste trabalho.

É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas com base em um roteiro previamente elaborado (que encontra-se nos anexos), construído a fim de explorar algumas questões que norteiam esta pesquisa. Para que as entrevistas fossem realizadas, esta dissertação foi aprovada no Comitê de Ética da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e todos os interlocutores concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que em uma das suas diretrizes garante o anonimato dos entrevistados. Para assegurar o anonimato dessas pessoas, apresento as suas falas na dissertação sem revelar as suas identidades. Por exemplo, quando me refiro às suas falas, escrevo “segundo um entrevistado” ou “segundo uma entrevistada”. As entrevistas foram gravadas e transcritas pelo próprio autor, e analisadas posteriormente em diálogo com o roteiro e o problema de pesquisa proposto por esta dissertação.

O que se pretende apreender das entrevistas são as motivações que levaram os atores a agir. Além disso, elas me auxiliaram no preenchimento das lacunas de informações dos documentos.

Entendendo que as ex-lideranças entrevistadas, em geral, possuem variados vínculos com partidos políticos, organizações estudantis e dos movimento negros, ao analisar as entrevistas foi possível identificar os *enquadramentos interpretativos* desses atores

¹⁵ É importante destacar que esse Centro detém uma vasta quantidade de documentos impressos da UNE. A partir da consulta do seu acervo, tive acesso à documentos que foram essenciais para a escrita desta dissertação.

¹⁶ A rede do movimento estudantil é composta por CAs, DAs, DCEs, UEEs e Executivas de Curso.

considerando tal relação em diferentes contextos. Dessa forma, pude observar a percepção de cada ator em diálogo com as organizações às quais eles estão vinculados, o que me permitiu revelar as influências que essas organizações exerceram tanto para incentivar quanto para constranger a incidência do combate ao racismo na UNE, bem como as suas interconexões.

Portanto, a análise das entrevistas e dos documentos foram fundamentais para a compreensão dos sentidos das ações dos atores, possibilitando revelar os seus *enquadramentos* discursivos; o *repertório organizacional* da UNE – enfatizando ações voltadas ao combate ao racismo –; e o contexto político e social mais amplo no qual a entidade em questão estava situada, traduzido pelo conceito de *oportunidades políticas*. Também possibilitou compreender como se dão os processos de construção das *identidades coletivas* no seio da própria UNE; a atuação em termos de táticas e estratégias, investigando as *arenas* nas quais os jogadores atuam; além de perceber os conflitos e consensos internos à própria UNE. Ademais, foi possível construir um mapeamento do *campo multiorganizacional* da UNE, e identificar aquelas organizações que incentivaram o aparecimento da pauta racial no seu interior.

Por último, é importante salientar que, por meio das entrevistas e análises documentais, foi possível reconstruir a memória da participação dos estudantes negros no movimento estudantil universitário. Uma das dificuldades encontradas para a realização desta pesquisa foi justamente a ausência de acervo documental especificamente voltado para esse tema. Nesse sentido, além da contribuição teórica e empírica, esta pesquisa colabora para a sistematização de documentos e narrativas essenciais para a memória do movimento de estudantes negros na UNE.

3. Considerações a respeito do engajamento do pesquisador

Julgo importante revelar sob qual “lugar” eu falo nesta pesquisa. Em conversas como a professora Luciana Tatagiba e membros do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC), muito se falou sobre a necessidade de o pesquisador evidenciar a sua posição no campo da pesquisa, revelando se participou ou não do movimento social que pretende estudar e qual a sua relação atual com ele.

Esse empreendimento se justifica, pois torna o texto o mais franco possível e alerta a leitora quais são os possíveis pressupostos do autor da obra. Contudo, isso não significa dizer, por exemplo, que um ex-militante de um determinado movimento não possa estudá-lo de uma maneira objetiva. O que pretendo revelar por meio deste exercício é o meu histórico de militância no movimento estudantil e no movimento negro, de forma que a leitora tenha ciência de como esse engajamento prévio pode ter me auxiliado no acesso às fontes da pesquisa, além de tornar evidente os seus limites.

Sou autodeclarado negro e fui militante do movimento estudantil de 2011 até meados de 2017. Nele, atuei como representante estudantil no DCE da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2011-2013) e na Diretoria de Combate ao Racismo da UNE (2015-2017). Também fui atuante no movimento negro, me organizando no Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER) e no Movimento Negro Unificado (MNU); e representei a UNE no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) (2015-2016).

Assim, considero que disponho de uma ampla rede de relações tanto no ME quanto no movimento negro, o que, certamente, contribuiu para o acesso às fontes desta pesquisa (como documentos e diálogo com os entrevistados). É importante ressaltar que estou consciente dos desafios que essa proximidade com o objeto apresenta, mas me mantive atento no sentido de garantir a objetividade na realização da pesquisa e na apresentação dos seus resultados.

Capítulo 2: movimento negro, UNE e políticas afirmativas

Este capítulo emerge com o objetivo de apresentar os principais momentos históricos dos movimentos negros no Brasil e as suas influências para a construção das ações afirmativas, além de buscar localizar o momento em que a UNE se insere na discussão sobre cotas raciais nas universidades públicas. É possível afirmar que os movimentos negros podem ser analisados à luz da perspectiva teórica da *Construção Democrática* na América Latina (DAGNINO, 2004).

Influenciada pelas elaborações de Gramsci e dos seus intérpretes latino-americanos, Dagnino (2004) amplia a compreensão da política para além do aspecto institucional, abarcando na sua análise uma dimensão cultural. Logo, a construção da democracia não se reduz apenas à implementação de legislações e políticas que enfrentem o racismo. Trata-se, também, de uma construção no seio da própria sociedade civil, terreno sob o qual a política cultural se manifesta.

Nesse sentido, a política empreendida pelos movimentos negros brasileiros pode ser inserida nessa perspectiva, na medida em que tais movimentos buscam romper com padrões culturais que marginalizam a população negra tanto nos espaços institucionais quanto na própria representação da sociedade¹⁷. A ação política do movimento negro, por conseguinte, tem potencial democratizante na sociedade brasileira.

A fim de ilustrar as ações desses movimentos e os seus efeitos na construção da democracia, nos tópicos subsequentes destaco os seus principais momentos históricos, revelando em que medida eles conseguiram influenciar a agenda pública nacional a fim de “democratizar a democracia” – como quando reivindicaram a inclusão de pessoas negras no ensino superior.

1. Marchas do Centenário da Abolição e a criação da Fundação Cultural Palmares

Flávia Rios (2012) preocupa-se em compreender os protestos públicos do movimento negro, separando-os das práticas coletivas internas às organizações negras. Nesse sentido, ela analisa alguns momentos históricos que merecem atenção.

¹⁷ Por exemplo, quando questionam-se padrões de beleza dominantes; a intolerância religiosa que se abate sobre as religiões de matriz africana (como o Candomblé e a Umbanda); e a estigmatização do negro como potencial criminoso.

Entre eles, a autora cita as Marchas do Centenário da Abolição, que ocorreram em diversas cidades brasileiras em 1988. Essas marchas emergem denunciando o fato de que no Brasil não houve uma “abolição real” (RIOS, 2012), na medida em que, mesmo após a abolição formal, a população negra permanecia em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Tais marchas tratavam-se de ações públicas que questionavam a “falsa abolição” e almejavam trocar a data comemorativa do 13 de maio para o 20 de novembro, pois advogavam que a abolição não foi uma obra assinada em “caneta de ouro” pela princesa Isabel (RIOS, 2012), mas resultado da ação dos próprios negros escravizados. A escolha da nova data é justificada pelo fato de ser o dia da morte de Zumbi dos Palmares, liderança importante que fez oposição à escravidão. A mudança seria uma homenagem ao líder de Palmares.

Reflexo desses protestos, em 1988 cria-se a Fundação Cultural Palmares, cuja finalidade era servir como um mecanismo para a superação das desigualdades raciais que se abatem sobre a população negra. Nesse sentido, de acordo com Moehlecke (2002, p. 204):

[...] em 1988, motivado pelas manifestações por ocasião do Centenário da Abolição, [o governo brasileiro] cria a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, a qual teria a função de servir de apoio à ascensão social da população negra.

Conforme Leitão e Silva (2017), esse foi o primeiro órgão federal especificamente criado com o objetivo de tratar dos assuntos da população negra. Nos anos subsequentes, a Fundação se tornou um relevante instrumento de interlocução entre os movimentos negros e o Estado.

2. Quando a luta negra entra no planalto: a Marcha Zumbi dos Palmares de 1995

Como um reflexo das mobilizações negras da década anterior, foi em meados dos anos 1990 que os movimentos negros assumem uma maior aproximação com o Estado (LEITÃO e SILVA, 2017; LIMA, 2010). Um fato que contribuiu nesse processo foi a realização da Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi.

Ela ocorreu em 20 de novembro 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), e reuniu mais de trinta mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (RIOS, 2012). A marcha foi composta tanto pelas organizações do movimento negro quanto por

partidos políticos e centrais sindicais. Flávia Rios (2012) observa que, naquele contexto, o elo entre o movimento negro e sindical contribuiu para a mobilização da marcha, com a participação de aproximadamente 5 mil trabalhadores sindicalizados no protesto.



Imagem 1 – Foto da Marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em 1995. Disponível em: <<https://www.institutolula.org/dia-20-de-novembro-viva-zumbi-e-a-consciencia-negra>>. Acesso em: 20.01.2020.

Essa mobilização também teve efeitos em outros movimentos sociais, como o estudantil. No mesmo ano da sua realização foi eleito o primeiro presidente negro da UNE, Orlando Silva do PC do B. Por conseguinte, o protesto negro nacional em 1995 abriu *oportunidades políticas* para a indicação de um estudante negro para o principal cargo da entidade. É importante ressaltar que essa indicação não se deu “automaticamente”, como uma espécie de causalidade direta. Ela foi aproveitada pela organização que Orlando fazia parte, a União da Juventude Socialista (UJS), justamente pelo fato de a pauta racial estar em ebulição naquele momento, como demonstrarei no Capítulo 4.

Por sua vez, a fim de ilustrar como se deu a aproximação entre os movimentos negros e o Estado, Rios (2012, p. 61) afirma:

Diferentemente de antes, a marcha representava um ritual que culminaria com o encontro entre o presidente da República e a comitiva nacional do movimento. Nesse encontro, alguns de seus ministros, como Paulo Renato e Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, se fizeram presentes, quando os

ativistas entregaram um documento formal no qual apresentavam suas reivindicações, “denunciando o racismo, defendendo a inclusão dos negros na sociedade brasileira e apresentando propostas concretas de políticas públicas” (Marcha Zumbi, 1995a).

Esse diálogo rendeu alguns resultados, como a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Valorização da População Negra, em 1995; e o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 1996 (LIMA, 2010). Essas respostas do Estado se intensificaram a partir de 2001, após a Conferência de Durban.

3. Oportunidades políticas em âmbito internacional: a Conferência de Durban e os seus efeitos no Brasil

A realização da *Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância*, realizada em Durban, na África do Sul, representou um ponto de inflexão da questão racial na agenda do governo (LIMA, 2010). Nesse sentido, Feres Júnior, Daflon e Campos (2012, p. 402) afirmam que esse evento “(...) catalisou uma reflexão nacional sobre o racismo e o governo federal assinou então a Declaração de Durban, se comprometendo a criar políticas afirmativas que visassem a combater a discriminação racial (HTUN, 2004)”.

O compromisso firmado resultou em diversas iniciativas. Após Durban, o governo criou o PNDH II e lançou o Programa Nacional de Ações Afirmativas, em 2002 (LIMA, 2010). FHC também adotou ações afirmativas em alguns dos seus Ministérios, como o da Justiça, Desenvolvimento Agrário e Relações Exteriores (FERES JR e DAFLON, 2015). Todavia, essas ações foram tímidas e voltadas apenas para o reconhecimento das desigualdades raciais. Do ponto de vista prático, pouco foi feito para enfrentar o racismo.

4. A institucionalização da “igualdade racial” no governo federal

É a partir do Governo Luís Inácio Lula da Silva que se observam iniciativas mais concretas para enfrentar as desigualdades raciais. Por meio da Lei 10.678, criou-se a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 21 de março de 2003. Posteriormente, em 2008, a SEPPIR é transformada em Ministério. Certamente esse fato representou uma

inflexão política em relação ao tratamento da questão racial pelo Estado brasileiro (LIMA, 2010).

Como parte integrante da Secretaria foi criado o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR¹⁸), órgão colegiado e consultivo elaborado a fim de propor políticas de promoção da igualdade racial em âmbito nacional (LIMA, 2010). Diversas entidades do movimento negro e a própria UNE estiveram entre os quadros do Conselho, demonstrando que ele também serviu para articular as organizações da própria sociedade civil em torno dessa pauta. A construção das Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR)¹⁹, realizadas desde 2005, também são uma marca desse governo.

Além dessas, é possível observar outras relevantes iniciativas de promoção da igualdade racial, como a criação da Lei 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história da África nas escolas; do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), em 2005; do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288 de 2010); e da “Lei de Cotas” em 2012 (LIMA, 2010; FERES JÚNIOR, DAFLON e CAMPOS, 2012).

Como o foco deste capítulo recai sob as “ações afirmativas” no ensino superior, é importante revelar as suas raízes históricas e as suas definições conceituais.

5. As origens das ações afirmativas no Brasil: uma reconstrução histórica e uma definição conceitual

As ações afirmativas²⁰ são medidas que visam reparar as seculares desigualdades raciais presentes no país. Em que pese sejam comumente associadas aos Estados Unidos, a sua origem

¹⁸ De acordo com o site do IPEA: “O CNPIR é um órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O CNPIR foi criado pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, com alterações feitas pelo Decreto nº 6.509, de 16 de julho de 2008, os quais dispõem sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho”. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/136-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/272-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial>>. Acesso em: 20.06.2019.

¹⁹ Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/i-conferencia-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial>>. Acesso em: 10.01.2020.

²⁰ Ainda que a Índia tenha sido o país precursor na adoção de cotas, o uso do termo *ação afirmativa* no Brasil tem fortes influências estadunidenses. Nesse sentido, conforme Santos (2012, p. 404): “O uso recente da expressão ação afirmativa é resultado da influência estadunidense no debate das ações afirmativas direcionadas para a população negra. Apesar de o governo Franklin Roosevelt, no ano de 1941, e o governo Lyndon Johnson, em 1964, terem criado mecanismos legais para impedir a discriminação racial a negros na seleção e recrutamento para o serviço público, a expressão passou a ser um designativo de referência a ações voltadas para igualdade de oportunidades com a pressão do movimento dos direitos civis dos negros. No ano de 1961, o presidente John F.

geográfica advém da Índia durante a década de 1950, quando a Constituição do país estabeleceu cotas, por exemplo, para os *dalits* no emprego público, nas legislaturas e no ensino superior (FERES JR e DAFLON, 2015). Nessa mesma direção, Santos (2012) nos traz mais elementos para compreender como se deu o processo de criação das ações afirmativas no contexto indiano:

A reserva de vagas foi aplicada aos intocáveis (*dalits*), minorias religiosas, tribos e castas que estavam entre os intocáveis e os *djiva*. O argumento foi que um “tratamento especial” deveria ser dado para os *dalits* e determinados grupos, já que não havia representação proporcional ao seu percentual na população da Índia. Os *dalits* eram 17% da população e, em 1950, ocupavam 1% dos postos graduados do país. Durante o processo de colonização esses grupos foram marginalizados nas estruturas de poder e no acesso à educação. Desde 1948, o sistema de cotas consta na Constituição do país e se estende aos órgãos legislativos, ao serviço público e às instituições de ensino (SANTOS, 2012, p. 402).

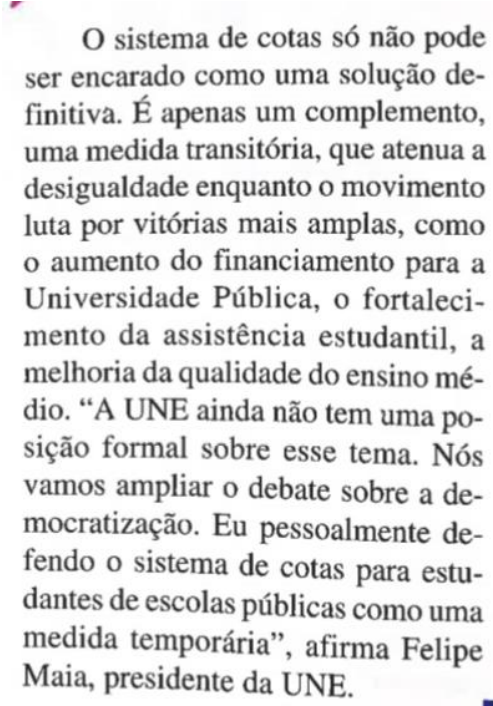
No caso brasileiro, o país só passou a encarar com maior seriedade o debate em torno das ações afirmativas após assinar a Declaração de Durban, em 2001 (FERES JR e DAFLON, 2015; LIMA, 2010) – conforme visto em linhas precedentes. Nesse contexto, a adoção de cotas raciais na admissão às universidades públicas brasileiras ocorreu anos depois em comparação com a Índia, em 2003. Por meio da Lei Estadual nº 4.151, se estabeleceu cotas para estudantes negros nas universidades públicas do Rio de Janeiro, como na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (FERES JR e DAFLON, 2015). Sancionada pelo então governador Anthony Garotinho, essa lei:

[...] estabelecia a reserva de 50% das vagas das universidades públicas do Estado para alunos que tivessem cursado integralmente os níveis fundamental e médio de ensino em instituições da rede pública. No ano seguinte, em novembro de 2001, foi aprovada a lei que instituía a reserva de 40% das vagas das universidades estaduais para a população negra (LIMA, 2015, p. 36).

Nesse período, havia diversas polêmicas quanto a adoção das cotas raciais nas universidades públicas, desde aquelas que afirmavam que as “cotas raciais” diminuiriam a qualidade do ensino superior até as que advogavam que elas iam solapar o caráter meritocrático dessas instituições (FERES JR e DAFLON, 2015; SANTOS, 2012). A própria UNE não tinha

Kennedy instala a Comissão por Oportunidades Iguais de Emprego, e, a partir desse período, a expressão ação afirmativa passa a ser publicizada e popularizada”.

posição fechada no início da década 2000. De acordo com a matéria publicada na *Revista Movimento*, intitulada *Cota: caminho para a democratização?*, a entidade revela a sua postura à época:



O sistema de cotas só não pode ser encarado como uma solução definitiva. É apenas um complemento, uma medida transitória, que atenua a desigualdade enquanto o movimento luta por vitórias mais amplas, como o aumento do financiamento para a Universidade Pública, o fortalecimento da assistência estudantil, a melhoria da qualidade do ensino médio. “A UNE ainda não tem uma posição formal sobre esse tema. Nós vamos ampliar o debate sobre a democratização. Eu pessoalmente defendo o sistema de cotas para estudantes de escolas públicas como uma medida temporária”, afirma Felipe Maia, presidente da UNE.

Imagem 2 – Posição da UNE sobre as cotas raciais. *Revista Movimento* nº 7, publicada em maio de 2003. Fonte: acervo pessoal.

Com o passar dos anos, especialmente após a realização dos Encontros de Negros, Negras e Cotistas da UNE, a entidade passa a assumir publicamente a defesa das cotas raciais. Contudo, no início da década ela ainda encontrava-se “em cima do muro”, mais afeita às cotas sociais – talvez pelo fato de a sua direção majoritária reivindicar uma perspectiva mais classista, conforme uma entrevistada²¹ que acompanhou esse processo. Na época em que as cotas raciais foram aprovadas, essa entrevistada foi representante estudantil do Conselho Universitário e acompanhou a votação que decidiu pelas cotas raciais na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Segundo ela, esse foi o momento mais rico que ela participou do movimento estudantil e o período em que tal movimento passou a assumir com mais força a necessidade de “entrelaçar” as suas agendas com os movimentos negros – reorientando, ainda que com limites,

²¹ Entrevista realizada em 2019 com uma filiada ao PC do B e ex-diretora da UNE.

as pautas mais “universalistas” em defesa de mais verbas para a educação para aquelas mais “particularistas”, como a defesa das cotas com recorte racial.

A fala de um entrevistado que compôs a gestão da UNE entre 2009 a 2011 é elucidativa quanto a transformação das posições da UNE em relação às cotas raciais. Quando perguntado se a UNE foi uma das organizações protagonistas na aprovação das cotas raciais, ele afirma:

A leitura que eu faço é que a UNE se omitiu dessa discussão ao longo do seu processo de conformação. Isto é, enquanto os Coletivos Negros, ainda que incipientes, existentes nas universidades públicas, principalmente naquelas que já tinham adotado cotas, como a UERJ... e que por isso já havia estudantes negros no seu interior... militavam em torno dessa agenda... a UNE caminhava por outros trajetos. Essa agenda não tinha incidência, ressonância na UNE até 2005, ganhando folego em 2007-2008... e vindo a despontar com muito vigor em 2009-2010, mas antes não. Eu não faço essa leitura de que a UNE se entendia como comprometida com essa questão. Na verdade foi um processo de convencimento que foi fruto dessa mesma militância que no primeiro momento se auto organizava como coletivos de base nas suas universidades²².

Parte dessas polêmicas e controvérsias em torno dessa política serão retomadas nos capítulos subsequentes.

Após a UERJ, outras universidades públicas adotaram cotas via aprovação nos seus respectivos Conselhos Universitários (CONSUNI), como a Universidade de Brasília (UnB)²³ e, como já dito, UFBA²⁴, em 2004. A citação abaixo é ilustrativa nesse sentido:

Ao longo dos anos subsequentes leis estaduais e resoluções de conselhos universitários disseminaram medidas similares em universidades estaduais por todo o país, ao passo que programas federais como o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) proporcionaram incentivos para que as instituições federais de nível superior adotassem essas políticas (FERES JR e DAFLON, 2015, p. 97-98).

²² Entrevista realizada em 2019.

²³ A medida foi aprovada em 2003 e entrou em vigor em 2004. Disponível em: <<https://www.noticias.unb.br/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>>. Acesso em: 10.01.2020.

²⁴ De acordo com matéria do portal UFBA: “Em julho de 2004, a política de ações afirmativas foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e publicada na resolução nº01/04. No final do mesmo ano, saíria o edital para o vestibular de 2005, o primeiro que trouxe a opção de reserva de vagas para alunos pretos e pardos que estudaram em escola pública”. Disponível em: <<https://portal.ufba.br/ufba-em-pauta/acoes-afirmativas-15-anos-das-cotas-ao-sucesso-profissionais-contam-suas-historias>>. Acesso em: 10.01.2020.

Apesar de não serem implementadas por iniciativa do governo federal, entende-se que o surgimento dessas políticas dialoga com o novo contexto político no qual o Brasil se viu inserido. Por exemplo, conforme Márcia Lima (2015), o governo federal contribuiu com a adoção de ações afirmativas nas universidades por meio do REUNI, implementado em 2007. Segundo ela:

Daflon et al. (2013) em artigo que trata sobre o processo de adoção de políticas de Ações Afirmativas até 2012, apontam que embora as universidades estaduais tenham sido pioneiras no processo de adoção das Ações Afirmativas, as universidades federais aumentaram gradativamente sua participação, principalmente após a criação do REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) instituído em abril de 2007. Este programa tinha como meta, dentre suas diretrizes, que as universidades participantes do REUNI desenvolvessem mecanismos de inclusão. O resultado disto foi que em 2008 o número de universidades federais com alguma política de inclusão aumentou de forma significativa (LIMA, 2015, p. 28).

É importante ressaltar que as políticas afirmativas, como as cotas raciais, também provocaram reações contrárias por parte determinados grupos da sociedade, como o Partido Democratas (DEM). De acordo com matéria²⁵ publicada no site do Supremo Tribunal Federal (STF), esse partido ajuizou uma ação²⁶ em 2009 questionando os atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB que defendiam a reserva de vagas ofertadas pela instituição. Segundo a matéria:

O partido alegou que a política de cotas adotada na UnB feriria vários preceitos fundamentais da Constituição Federal, como os princípios da dignidade da pessoa humana, de repúdio ao racismo e da igualdade, entre outros, além de dispositivos que estabelecem o direito universal à educação.

Contudo, essa posição foi derrotada. No dia 26 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, em decisão unânime, a constitucionalidade das cotas raciais no Brasil.

²⁵ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>>. Acesso em: 10.01.2020.

²⁶ A saber, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, em 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>>. Acesso em: 10.01.2020.

Essa medida foi válida para todas as instituições privadas e públicas que optaram por aderir às ações afirmativas.

Como um reflexo dessa decisão do STF, foi no dia 29 de agosto desse mesmo ano que a política de ações afirmativas se institucionaliza e se federaliza. A partir da sanção da lei 12.711, popularmente conhecida como a “Lei de Cotas”, todas as universidades federais passaram a destinar, obrigatoriamente, 50% das suas vagas para estudantes oriundos das escolas públicas (FERES JR e DAFLON, 2015; LIMA, 2015). Em outubro desse mesmo ano:

[...] esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, que define as condições gerais de reservas de vagas, estabelece a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e a regra de transição para as instituições federais de educação superior. Segundo a lei, as vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta um percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado em auto-declaração dos potenciais beneficiários. Na época, esta lei afetou o processo seletivo de 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (LIMA, 2015, p. 28).

Ou seja, dentro do percentual destinados para os estudantes oriundos de escolas públicas, há sub cotas para pretos, pardos e indígenas (FERES JR e DAFLON, 2015; LIMA, 2015). Essa política foi responsável por profundas transformações no ensino superior, conforme retomarei nos tópicos subsequentes.

5.1. Ação afirmativa no ensino superior privado: analisando o PROUNI

Para além das cotas nas universidades públicas, existem outras iniciativas de democratização do ensino superior à população negra, como o PROUNI. Márcia Lima (2015) afirma que esse foi o programa de ação afirmativa implementado pelo governo federal de maior impacto do ponto de vista da inclusão dos negros no ensino superior. Amparada em informações do Ministério da Educação (MEC), Lima (2010) afirma que, desde a sua implementação até o processo seletivo do segundo semestre de 2009, esse programa atendeu aproximadamente 600 mil estudantes. Desses, 70% dispuseram de bolsas integrais.

Quanto aos objetivos do programa, a autora assinala que:

O ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e oficializado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida, isenções de tributos às instituições de ensino que dele participam. No momento de sua implantação, era o único programa de acesso à universidade que era da competência do governo federal, pois as instituições públicas federais tinham autonomia para decidir se adotavam ou não um programa de Ação Afirmativa (LIMA, 2015, p. 38).

Apesar do seu êxito do ponto de vista da inclusão dos negros no ensino superior, esse programa é também objeto de controvérsias e críticas por parte do movimento estudantil. Nesse sentido, uma entrevistada²⁷ beneficiária do PROUNI afirmou:

[...] eu tenho uma visão muito crítica ao PROUNI, porque apesar de ele ter sido revolucionário, ele foi uma escolha muito grande de conciliação. Eu me lembro dos anos que eu estudava muito sobre essa questão de ser estudante “prounista”, que um “prounista” numa universidade privada eram dois na pública. [...] O PROUNI foi a possibilidade de conciliação entre o setor privado de universidade e a entrada de jovens oriundos da classe trabalhadora.

A sua crítica não representa uma negação do PROUNI, mas aponta as suas deficiências. Entre elas, ela cita o fato de os estudantes negros oriundos desse programa estarem, em geral, nas universidades com menor qualidade de ensino, como as privadas. Há, no entanto, universidades particulares de excelência, como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instituição que essa entrevistada estudou. Contudo, a sua crítica consiste em identificar que a maioria dos estudantes negros encontram-se em instituições de menor prestígio e pagas. Trata-se, em suma, de um “apoio crítico” ao programa.

5.2. Os efeitos das ações afirmativas nas universidades: uma análise estatística

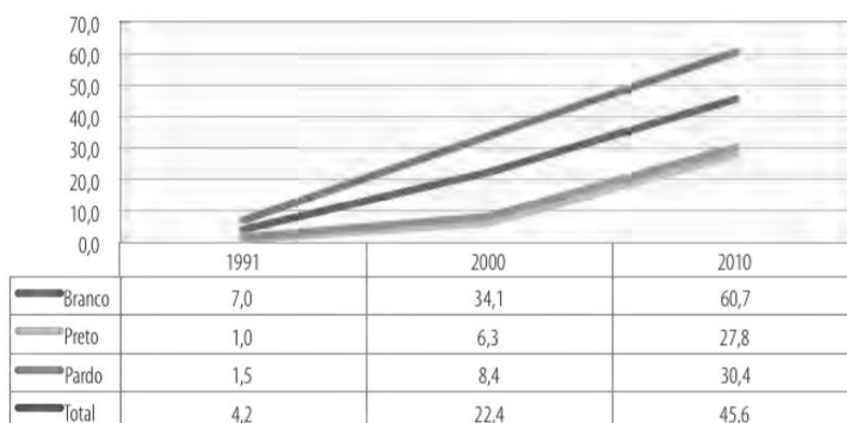
²⁷ Ela foi Diretora da UNE e é filiada ao PSOL. A entrevista foi realizada em 2019.

Após a adoção das ações afirmativas via cotas raciais nas universidades públicas e do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), é possível observar uma significativa transformação no perfil estudantil universitário. De acordo com Lima (2015, p. 32):

As taxas de escolarização dos estudantes de 18 a 24 anos que frequentam o nível superior são menores e mais desiguais se comparadas ao Ensino Médio. Em 1991, por exemplo, a participação de estudantes pretos e pardos no ensino superior era insignificante: 1,0% e 1,5%, respectivamente. Os estudantes brancos, apesar de também apresentarem uma participação pequena chegavam a 7%. Ao longo das duas últimas décadas, ocorreu um crescimento acentuado da taxa de participação dos estudantes dos grupos de raça/cor, mas ainda com diferenças marcantes. Embora entre 2000 e 2010, seja inequívoco o forte crescimento da participação dos estudantes pretos e pardos, ainda há distâncias que são resultados de um conjunto de fatores, dentre elas a situação de desigualdade nas etapas anteriores.

Para ilustrar essa transformação, mobilizo abaixo o gráfico que demonstra uma maior permeabilidade em termos de presença estudantil negra nas Instituições de Ensino Superior. Amparado nos dados do Censo Demográfico de 2010, observa-se o seguinte:

GRÁFICO 2. Taxa de escolarização líquida (18 a 24 anos). Ensino Superior por raça/cor. 1991-2010



Fonte: Censo Demográfico, 1991 a 2010.

Imagem 3 – ampliação da presença negra nas IES. Fonte: LIMA, 2015, p. 32.

Para além da transformação do perfil estudantil universitário, as políticas afirmativas provocaram outros efeitos, como mudanças de ordem *epistemológica* na universidade. Ao

entrevistar uma ex-dirigente da UNE que assumiu a gestão de 2007 até 2009 e foi uma das fundadoras do Núcleo de Consciência Negra da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2012, foi possível perceber tal mudança. Quando perguntada sobre os desdobramentos das cotas raciais nas universidades, ela responde:

Eu acho que ainda é pouco, né? Eu acho que ainda é pouco, mas que existem impactos na minha opinião tanto de ordem social, que mudou o perfil, como de ordem epistemológica, que é algo que a gente ainda não tem uma dimensão, mas que é nítido que os objetos de pesquisa, que as prioridades de pesquisa mudaram²⁸.

Nesse sentido, ela afirma que projetos de pesquisa que outrora jamais seriam propostos estão sendo realizados no interior das universidades, como um reflexo dessas políticas. A partir desses dados, não restam dúvidas que essas políticas transformaram o perfil do ensino superior universitário. Parte da literatura se dedicou a saber os seus efeitos na composição demográfica estudantil do ensino superior. Contudo, ainda restam lacunas quanto aos seus efeitos no engajamento político desses estudantes – sendo esta uma brecha que a presente dissertação busca contribuir para preencher.

6. Uma breve conclusão

Como observado acima, a partir de 1990, o Estado brasileiro passa a adotar com maior nitidez as ações afirmativas. No ensino superior, essas medidas datam do início da década de 2000, quando a UERJ inicia a implementação das cotas raciais. Em 2005, o governo Lula cria o PROUNI; e em 2007 cria o REUNI. No ano de 2012, Dilma sanciona a “Lei de Cotas”. A evolução dessa política, como assinalou Márcia Lima (2015), provocou profundas transformações no ensino superior. É importante destacar que essas medidas não se deram de maneira automática, mas foram obra de pressões dos movimentos negros desde os anos 1990.

Com essas políticas, as universidades passam a incorporar uma maior presença negra entre os estudantes. Contudo, é indispensável fazer alguns questionamentos a fim de superar lacunas na literatura: quais são os efeitos dessas políticas no movimento estudantil? Qual foi a contribuição desse movimento para a aprovação das ações afirmativas? O que a sua maior

²⁸ Entrevista realizada em 2019.

entidade representativa, a UNE, construiu durante e após a implementação dessas iniciativas? O Capítulo 4 se dedica a discorrer especificamente sobre esse processo. No entanto, antes é necessário entendermos como, de fato, a UNE se organiza, a fim de compreendermos melhor como se deu a inserção da pauta racial na entidade.

Capítulo 3: entendendo a UNE, o movimento estudantil e a sua interação com partidos e organizações do movimento negro

Compreender as dinâmicas organizativas do movimento estudantil, a princípio, é uma tarefa árdua e complexa para “marinheiros de primeira viagem”. Marcado pela existência de muitos coletivos, forças políticas, partidos, tendências de partidos, etc., uma primeira aproximação torna-se difícil. Lembro-me, como se fosse hoje, quando ingressei no movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2011, onde tive dificuldades em assimilar todas as siglas e nomes que representavam as forças políticas e as entidades estudantis. São tantos os códigos que demorei alguns meses para compreender em qual terreno eu estava pisando. De fato, entender o movimento estudantil que circula em torno da rede da UNE exige tempo, trabalho de campo e diálogo com interlocutores chaves, bem como, no meu caso em particular, experiência prática na militância.

Perseguindo o propósito de tornar mais inteligível a dinâmica do movimento estudantil universitário no Brasil, revisitei um caderno que utilizei quando entrei na militância. Nele, descrevi entre 2011 até 2013 algumas reuniões da organização que eu fiz parte, o Coletivo Kizomba, conversas “bilaterais²⁹” com outras organizações estudantis, resultados de eleições de Centros Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes da UFBA, mapeamento dos grupos políticos discentes, etc. Do ponto de vista metodológico, essa empreitada foi essencial para “desnaturalizar” e “estranhar” as dinâmicas da organização discente, na medida em que a minha atuação nesse movimento pode ter provocado certa simplificação dos seus processos organizativos. Creio que a leitura desse caderno, ainda que seja um documento pessoal esboçado quando iniciei a minha trajetória na política estudantil, me proporcionou relembrar os estranhamentos que tive no período e contribuiu para que eu os refletisse neste texto.

Assim, este capítulo almeja apresentar um panorama sobre como a UNE se estabelece dentro da rede do movimento estudantil, revelando as suas peculiaridades organizativas. Compreender como ela se estrutura é fundamental para analisar de que maneira os estudantes negros se organizaram no seu interior, revelando estratégias e obstáculos para a emergência do combate ao racismo na entidade. Para tanto, foram consultados documentos que explicam as

²⁹ Conversa estabelecida entre dirigentes de distintas organizações estudantis com a finalidade de estabelecer aproximações ou negociações de pautas ou espaços. Por exemplo, quando um grupo político conversa com outro para fechar uma chapa para a eleição de um Diretório Central dos Estudantes.

especificidades e funções das entidades de representação do movimento estudantil, tais como cartilhas³⁰, estatutos e definições do próprio site da UNE. Assim, o capítulo está estruturado esquematicamente, de maneira que a leitora possa compreender em linhas gerais as funções das entidades de representação do movimento estudantil, onde a UNE se localiza nessa rede e como a entidade em questão interage com outras organizações políticas e de movimentos sociais.

1. Entendendo a dinâmica da UNE no ME

Tal como os demais movimentos sociais (DIANI e BISON, 2010), o movimento estudantil organiza-se em rede. Essa rede é constituída por entidades estudantis ou não. No caso da UNE, ela se estrutura da seguinte forma: Centro Acadêmico (CA), Diretório Acadêmico (DA), Diretório Central dos Estudantes (DCE), União Estadual dos Estudantes (UEE), Executivas de Curso, União Nacional dos Estudantes (UNE), e o Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA) da UNE. A rede da UNE é aquela onde as entidades estudantis conectam-se entre si. Ela é alimentada mediante a realização de encontros e Congressos que mantêm viva a *identidade coletiva* do movimento estudantil organizado. Com o objetivo de demonstrar a diversidade e as funções dessas entidades, a tabela abaixo é elucidativa:

Tabela 4 – entidades estudantis e as suas funções na rede do movimento discente

Entidade	Função
CA ou DA	Representação discente do curso.
DCE	Representação discente da Universidade.
Executivas de Curso	Representação discente do curso em âmbito nacional.
UEE	Representação discente das universidades públicas e privadas de um determinado Estado.
UNE	Representação discente de todos os universitários do Brasil.
CUCA da UNE	Espaços de articulação entre os estudantes, cuja finalidade é organizar intervenções culturais nas universidades e faculdades.

Tabela elaborada pelo autor.

Fonte: Cartilha *MUDE O BRASIL: FORME UMA ENTIDADE E FORTALEÇA A REDE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL*, publicada pela Gestão da UNE (2015-2017) e consultada em acervo pessoal; e *DICIONÁRIO DO ME*, disponível em: <<https://une.org.br/dicionario-do-me/page/3/>>. Acesso em: 19.12.2019.

³⁰ Como o documento intitulado “Mude o Brasil: forme uma entidade e fortaleça a rede do movimento estudantil na sua universidade”, publicado pela gestão da UNE de 2015-2017. Fonte: arquivo pessoal.

A centralidade da UNE na rede das entidades estudantis se dá a partir dos CAs, DAs, DCEs, Executivas de Curso e UEEs que a reconhecem. Essa disputa ocorre por meio de eleições, onde chapas ligadas à UNE disputam as demais entidades estudantis, garantindo assim maior capilaridade nacional. Para além da UNE, há outras entidades nacionais de representação mais recentes e menores, como a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL³¹), 2009, e a União Nacional dos Estudantes Conservadores (UNECON³²), 2019; bem como as denominadas “entidades cartoriais”³³. Também existem outras iniciativas estudantis mais “autonomistas” que não necessariamente estabelecem relação direta com a UNE, como a realização do Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2016.

1.1. Espaços deliberativos

Do ponto de vista interno, a UNE possui uma dinâmica de organização bastante diversificada. Dispõe de espaços deliberativos e consultivos. Os espaços deliberativos são: Congresso da UNE (CONUNE), Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), reuniões da Diretoria e da Executiva, e o Conselho Fiscal. Eles são instâncias onde a entidade toma as suas decisões, sendo marcadas por disputas internas entre os diversos grupos que a compõem. A UNE, portanto, além de um ator coletivo, também é uma *arena*. As suas funções estão descritas abaixo:

³¹ Essa entidade foi fundada em decorrência das divergências entre segmentos que outrora construíram a UNE. Na avaliação deles, a UNE aproximou-se demasiadamente do governo federal petista, amortecendo as reivindicações discentes, sobretudo quanto a reforma universitária por meio do REUNI. Talvez o argumento legitimador da dissidência se assente nas divergências que esses setores tinham com a expansão universitária tal como ela estava desenhada pelo governo Lula. Atualmente, desde o último Congresso da UNE de 2015, algumas forças que construíam a ANEL retornaram aos seus fóruns. O partido que mais se destacou no processo de fundação da ANEL foi o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Para mais informações, ver: <<https://anelondrina.wordpress.com/e-fundada-a-anel/>> e <<https://www.pstu.org.br/anel-faz-sua-primeira-assembleia-nacional-em-setembro/>>. Acesso em: 19.06.2019.

³² Fundada em março de 2019, a UNECON busca construir uma oposição à UNE e se contrapor à “doutrinação de esquerda” nas universidades, segundo organizadores. Tendo como fundador o recém-eleito Deputado Estadual do Partido Social Liberal (PLS), Douglas Garcia, de 25 anos, a nova entidade promete fortalecer o pensamento conservador nas universidades e disputar terreno no movimento estudantil, cuja *identidade coletiva* associa-se historicamente à esquerda. Pode-se caracterizar essa organização como um *contra movimento*. Para mais informações: <<https://epoca.globo.com/como-foi-primeiro-encontro-dos-jovens-conservadores-que-querem-se-contrapor-une-23529036>>. Acesso em: 18.06.2019.

³³ São aquelas que existem tão somente para produzir carteirinhas de estudantes e obter lucros, sem nenhum compromisso com as demandas dos estudantes universitários.

Tabela 5 – Espaços deliberativos da UNE

Espaço deliberativo	Função
CONUNE	Instância máxima de deliberação da UNE, que se reúne a cada dois anos. Espaço onde delegados eleitos nas suas universidades votam na próxima diretoria e no programa político da entidade. A eleição dos delegados nas suas universidades se dá de maneira proporcional, bem como no Congresso.
CONEG	“Fórum deliberativo organizado anualmente pela UNE. O objetivo é reunir os representantes de DCEs, UEEs, federações e executivas de cursos de todo o Brasil. Normalmente, o CONEG é realizado para convocar as atividades da UNE, como o Congresso e a Bienal, ou aprovar uma pauta específica (...)” ³⁴ .
CONEB	Reúne Centros e Diretórios Acadêmicos para discutir a política da UNE e aprovar moções, resoluções e ações para a entidade.
Reuniões da Diretoria	A diretoria é eleita de forma proporcional para o mandato de dois anos. As suas reuniões decidem sobre temas gerais da UNE, como ações, atividades, etc. Dispõem de menor poder de decisão que as reuniões da executiva, pois reúne-se com menor frequência.
Reuniões da Executiva	Delibera sobre temas corriqueiros na UNE, como calendário, linha política dos eventos, moções, etc.
Conselho Fiscal	Esse é o órgão fiscalizador da UNE, cuja competência é analisar as contas e ações da entidade, de forma a garantir transparência na gestão dos seus recursos.

Tabela elaborada pelo autor.

Fonte: Estatuto da UNE de 2006; observação participante na gestão 2015-2017; Caderno de Teses do 46º CONUNE e acesso ao site da UNE. Disponível em: <<https://une.org.br/movimento-estudantil/foruns-e-congressos/>>. Acesso em: 18.12.2019.

1.2. Espaços consultivos e de articulação setorial

Por outro lado, os espaços consultivos e de articulação setorial buscam articular pautas específicas entre os estudantes universitários, ampliando o leque de atuação da UNE em determinados temas e segmentos. São eles: Encontro de Mulheres Estudantes (EME)³⁵,

³⁴ Disponível em: <<https://une.org.br/dicionario-do-me/page/2/>>. Acesso em: 23.12.2019.

³⁵ De acordo com o site da UNE: “O EME surgiu em 2005, por iniciativa da diretoria de mulheres da UNE, com o objetivo de ser um espaço de organização e fortalecimento do debate feminista na entidade, contribuindo no combate ao machismo e todas as formas de opressão sofridas dentro das universidades e no movimento estudantil”. Para mais informações: <<https://une.org.br/dicionario-do-me/eme-encontro-de-mulheres-estudantes-da-une/>>. Acesso em: 10.06.2019.

Encontro LGBT da UNE, Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE) e Bienal da UNE. A tabela abaixo ilustra em maiores detalhes as suas funções:

Tabela 6 – Espaços consultivos e de articulação setorial

Espaço consultivo	Função
EME	Encontro auto organizado por mulheres, fundado em 2005. A sua função é debater o machismo na universidade e propor mecanismos de superação das desigualdades de gênero na sociedade e na UNE.
Encontro LGBT	Encontro auto-organizado por pessoas LGBTs que emerge em 2015. O seu objetivo é debater a superação das assimetrias provocadas pelo preconceito em relação à sexualidade e gênero na sociedade e na UNE. Foi a partir do Coletivo Kizomba que esse encontro surgiu, quando essa organização estava conduzindo a Diretoria LGBT da entidade.
ENUNE	Encontros auto-organizados por estudantes negros que surgem em 2007. O seu objetivo é discutir o racismo na universidade e fora dela, propondo mecanismos de reparação. A primeira força política a coordenar ³⁶ o evento foi a Articulação de Esquerda (AE) do PT. Desde 2009, no entanto, esses encontros passaram a ser dirigidos por militantes da Democracia Socialista (DS), tendência interna do PT.
Bienal da UNE	Um dos maiores espaços da UNE. Vale-se da cultura como um elemento mobilizador dos estudantes. A sua primeira edição ocorreu em 1999, na cidade de Salvador, Bahia.

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Resolução do 1º ENUNE e matéria DICIONÁRIO DO ME, disponível em: <<https://une.org.br/dicionario-do-me/page/3/>>. Acesso em: 19.12.2019.

A partir da tabela acima descrita, observa-se que a UNE desde 2005 organiza eventos auto organizados direcionados para públicos específicos, como estudantes negros, mulheres e LGBTs. Além disso, eventos com propostas mais festivas, como as Bienais, ocorrem desde o final dos anos 1990. É curioso notar que, com exceção das Bienais, ambos se valem da tática da auto-organização, ou seja, apenas negros, mulheres ou LGBTs são responsáveis por coordenar os encontros e, portanto, decidir sobre a sua linha política. Todavia, cabe perguntar: o que os diferencia? Precisamente, qual a particularidade do ENUNE?

Perseguindo esse objetivo, esta pesquisa se interessa em compreender a dinâmica dos Encontros de Negros, Negras e Cotistas da UNE, buscando identificar as suas peculiaridades

³⁶ A força política que coordena é aquela que dirige o evento, ganhando mais visibilidade pública.

organizativas frente aos demais eventos consultivos e deliberativos; os principais atores responsáveis por sua organização; aliados importantes; antagonistas; interações com instituições políticas e demais movimentos sociais, como o movimento negro. O capítulo subsequente se debruçará mais detidamente sobre isso.

Antes de responder às questões, é importante compreender como a UNE estrutura-se internamente. Mais precisamente, quais são as forças políticas influentes no seu interior, tendo em vista evidenciar as principais disputas em torno da construção da pauta racial na entidade. Ou seja, quais são os atores (*players*) relevantes dentro dessa grande *arena* chamada UNE? É sobre esse tema que o próximo tópico se dedica.

2. A UNE: uma grande encruzilhada

É importante ressaltar que a UNE é composta por uma variedade de grupos, como partidos políticos, representados por suas juventudes, e Organizações de Movimentos Sociais diversas – voltadas para as discussões raciais, feministas, agrárias, da luta por moradia, etc. Essa interação ocorre, pois o movimento estudantil dispõe de atores *multifiliados*, conforme as formulações de Ann Mische no livro *Partisan Publics*, publicado em 2009. Ou seja, um ator pode estabelecer, simultaneamente, o diálogo com partidos, movimento feminista, movimento negro, associação de moradores, etc. Logo, a UNE é o resultado dessas *múltiplas filiações* entre as diversas organizações partidárias e de movimentos sociais. O cruzamento dessas trajetórias conforma a *identidade coletiva* do movimento estudantil contemporâneo, sobretudo a partir de 2005, momento em que se inicia a construção dos encontros setoriais, sendo o primeiro o EME (2005), seguido do ENUNE (2007) e do Encontro LGBT (2015).

Esta pesquisa parte do pressuposto de que essa *múltipla filiação* cria condições para que os *repertórios organizacionais* da UNE incorporem *enquadramentos simbólicos* e ações coletivas adotadas por outros movimentos sociais, como pelo movimento negro; valendo-se, para tanto, de certa adaptação. Retomando parte das hipóteses deste trabalho, nomeadamente a número 2 e 3³⁷, entende-se que a intersecção entre partidos, organizações do movimento

³⁷ A saber: “1. As *oportunidades políticas* abertas pelas políticas afirmativas e de democratização do ensino superior foram aproveitadas pela intersecção entre organizações do movimento estudantil-negro-partido político, servindo como um *mecanismo* para engajar negros e as suas pautas na UNE; 2. Essa intersecção contribuiu para levar *repertórios organizacionais* e *enquadramentos* adotados pelo movimento negro para a UNE, como a auto organização negra e a discussão sobre o Combate ao Racismo”.

estudantil e negro opera como um *mecanismo* que permite o aparecimento do combate ao racismo na direção política, nos discursos e práticas da UNE. Essa relação, portanto, serve como uma forma de potencializar a discussão em torno do combate ao racismo na UNE, sendo uma tática adotada pelos estudantes negros, como vamos revelar no capítulo seguinte.

Antes de mais nada, é preciso demonstrar a heterogeneidade realmente existente que constitui a UNE, sendo fundamental mapear, panoramicamente, quais são os partidos e coletivos estudantis que exercem maior influência na entidade.

2.1. Partidos em movimento

Uma característica marcante nos movimentos estudantis é a presença dos partidos políticos e de organizações a ele vinculadas. O movimento também, por meio de uma rede partidária, estabelece o diálogo com sindicatos, centrais sindicais, parlamentares, governos a nível federal e estadual, movimentos sociais, Reitorias de universidades, etc.

Considerar o papel dos partidos neste estudo é importante para compreender como são estruturadas as ações coletivas na UNE, na medida em que eles auxiliam com recursos organizacionais nas eleições para as suas entidades representativas, contribuem para formar novos militantes e dirigentes partidários, etc. Como aponta Meneguello, Mano e Gorski (2012), os partidos de esquerda e centro esquerda recrutam parcela dos seus dirigentes no movimento estudantil, sendo esse um elemento relevante a ser considerado.

Nos Congressos da UNE que participei – em 2013, 2015 e 2017 –, a presença das juventudes partidárias foi muito significativa. Como a UNE é composta por uma variedade de forças políticas, os seus espaços costumam ser bastante disputados. A presença dos partidos nas dinâmicas organizativas do movimento foi identificada a partir das entrevistas que realizei para esta dissertação. Abaixo, mobilizo alguns trechos das falas das militantes entrevistadas, de forma a atestar a inserção partidária na organização discente:

Tabela 7 – Participação dos partidos políticos na UNE

Entrevistado	Percepção sobre a participação dos partidos políticos na UNE
--------------	--

Estudante que construiu o primeiro ENUNE e é filiada ao PT.	“Cara, a UNE não funciona sem os partidos políticos”.
Ex-diretora da UNE e militante da Corrente <i>O Trabalho</i> ³⁸ , do PT.	“[...] eu acho que, na verdade, a UNE reflete um pouco a forma como os partidos políticos se organizam...”.
Ex-diretora da UNE e dirigente do Levante Popular da Juventude.	“Os dirigentes das organizações defendem a linha dos seus partidos...”.
Ex-Diretora da UNE e dirigente do RUA.	“A política que aparece no Congresso da UNE de oposição durante o período dos governos petistas é uma política também de um partido [...]. É uma política de um partido que rompeu, que não fazia mais parte do bloco histórico que levou o PT ao poder”.

Fonte: entrevistas realizadas para esta dissertação. Observação: não cito o período em que os entrevistados compuseram as gestões da UNE a fim de preservar as suas identidades.

A organização que predomina na entidade é a União da Juventude Socialista (UJS)³⁹, vinculada ao PC do B. Além dela, há tendências do PT, como a Democracia Socialista (DS), a Esquerda Popular e Socialista (EPS), Construindo um Novo Brasil (CNB), Articulação de Esquerda (AE), Militância Socialista (MS), entre outras. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e as suas tendências também estão presentes; bem como o Partido Socialista Brasileiro (PSB); o Partido Verde (PV); o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); o Partido Trabalhista Brasileiro (PDT); a Consulta Popular⁴⁰, etc. Com o objetivo de mapear preliminarmente as principais forças no ME contemporâneo, elaborei a tabela que segue abaixo. Nela, constam notas de roda pé que explicam a história dessas organizações.

³⁸ Segundo essa entrevistada: “Eu era da corrente *O Trabalho*, né? E a corrente o trabalho nos Congressos a gente sempre saía com chapa independente. Pelo que eu me lembro a gente chamava UNE É PRA LUTAR”. Isso demonstra qual campo político ela compôs na UNE à época.

³⁹ Fundada em 1984 na Assembleia Legislativa de São Paulo. Disponível em: <<https://ujs.org.br/sobre-a-ujs/nossa-historia/>>. Acesso em: 17.12.2019. De acordo com a Tese da Reconquistar a UNE apresentada no Caderno de Teses do 46º CONUNE, a UJS dirige a UNE desde 1991. Fonte: acervo pessoal.

⁴⁰ A Consulta Popular surgiu em 1997 influenciada pelo MST. Disponível em: <<https://www.consultapopular.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 17.12.2019. De acordo com entrevista realizada com uma militante da Consulta, observou-se que essa organização é um partido que não disputa eleições, tendo forte inserção no MST.

Tabela 8 – Relação entre partidos políticos, tendências e organizações do movimento estudantil

Partido	Tendência	Organização do Movimento Estudantil
PC do B	Não se aplica	UJS
Consulta Popular	Não se aplica.	Levante Popular da Juventude ⁴¹
PT	DS	Coletivo Kizomba ⁴²
	EPS	Coletivo Quilombo ⁴³
PSOL	Insurgência ⁴⁴	RUA ⁴⁵ – Juventude Anticapitalista

Tabela elaborada pelo autor.

(As fontes encontram-se nas notas de rodapé).

As juventudes partidárias se apresentam no movimento estudantil, muitas vezes, como “Coletivos”. O quadro acima não pretende reconstruir pormenorizadamente as forças políticas

⁴¹ De acordo com entrevista concedida pelo ex-Secretário Geral da UNE, Thiago Pará, para o Canal do Youtube “Rede TVT”, o Levante Popular da Juventude surge em 2006 no Rio Grande do Sul e se nacionaliza em 2012, estando organizado em 24 estados e no Distrito Federal. O objetivo do Levante é organizar jovens do campo e da periferia em todo o país, tendo forte vínculo com os movimentos de luta pela terra, como o MST. Acesso em: 17.02.2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ivnr09RM_Y>.

⁴² “Fundada em 1999, a Kizomba é um movimento organizado nacionalmente construindo uma nova cultura política orientada para a luta democrática, socialista, feminista, anti-racista e anti-lgbtfóbica. O nome Kizomba provém das festas tradicionais dos quilombos que resistiram bravamente à escravidão e o domínio dos colonizadores”. Disponível em: <<https://movkizomba.wordpress.com/?fbclid=IwAR014WpsaTVUWEog09-HnzQs2Y0MeVSk4UzDpTf-mHOwhFOheLnEUtQ6AU>>. Acesso em: 17.12.2019.

⁴³ A fala de um entrevistado é elucidativa quanto às origens do Coletivo Quilombo: “Eu sou filiado ao PT desde acho que junho de 2006. Então são 13 anos de filiação ao partido. Quando eu entrei no partido eu já entrei filiado a uma corrente, que era a Articulação de Esquerda (AE), onde a gente atuava na UNE a partir do campo da Reconquistar a UNE. Fiquei lá durante muitos anos, até a gente sair da AE... fundar uma nova organização e foi também quando a juventude da organização fundou um campo nacional do movimento estudantil que era a Quilombo. A gente tinha a Quilombo a nível estadual... essa organização participou também da aprovação das cotas em 2004 e desde a fundação da EPS virou um campo nacional e foi na verdade a minha saída do movimento estudantil. Então eu não atuei muito na Quilombo a nível nacional, muito mais assim de aproximação, de orientação, de muitas conversas entre os dirigentes jovens, mas já foi a minha saída quando a Quilombo virou um campo nacional que tem atuado na UNE até hoje”.

⁴⁴ De acordo com uma entrevistada vinculada ao RUA: “o RUA é uma ferramenta independente que tem vínculo com a Insurgência”. A entrevista foi realizada em 2019.

⁴⁵ O RUA surge “em janeiro de 2014 no I Acampamento das Juventudes Anticapitalistas realizado em Niterói/RJ e já reúne centenas de jovens em 21 estados do país, em universidades, escolas, bairros e periferias”. Disponível em: <<https://www.movimentorua.org/movimento>>. Acesso em: 17.12.2019.

que compõem a UNE, mas apresentar em linhas gerais as organizações mais influentes internamente em relação ao debate racial na entidade. O intuito é tornar evidente como opera a relação entre partidos, tendências de partidos e organizações estudantis na entidade. O capítulo seguinte se debruçará sobre as principais organizações que trouxeram a questão racial para a UNE.

2.2. Organizações negras e o movimento estudantil

Existem fortes vínculos entre os partidos políticos, coletivos e organizações estudantis e as organizações do movimento negro. A tabela abaixo evidencia quais são as principais organizações negras e como elas relacionam-se às tendências e juventudes partidárias que disputam a UNE:

Tabela 9 – Relação entre partidos políticos, tendências e organizações do movimento negro

Partido	Tendência	Organização do Movimento Negro
PC do B	Não se aplica	União de Negros pela Igualdade (UNEGRO ⁴⁶).
PT	DS	Coletivo Nacional de Juventude Negra (Enegrecer ⁴⁷) e Movimento Negro Unificado (MNU ⁴⁸).

⁴⁶ Entidade nacional fundada em 14 de julho de 1988, em Salvador, Bahia. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/unegro-30-anos-de-luta-pela-igualdade-racial-de-genero-e-de-classe/>>. Acesso em: 17.12.2019.

⁴⁷ O Coletivo Enegrecer surge enquanto um “espaço auto-organizativo dos jovens militantes negros e negras da Kizomba, corrente política que desde 1999 constrói e disputa os rumos da União Nacional dos Estudantes”. Em setembro de 2009, reunidos em Salvador, Bahia, os militantes do “Enegrecer Kizomba” decidiram pela ampliação da sua linha de atuação. Desde então, o Coletivo passou a atuar com mais força no Movimento Negro brasileiro. Disponível em: <<http://enegrecer.blogspot.com/2006/08/quem-somos.html>>. Acesso em: 17.12.2019.

⁴⁸ Segundo o seu site, o MNU é uma organização precursora da luta negra no país. Ela foi fundada em 18 de junho de 1978 e lançada publicamente em 7 de junho desse mesmo ano em um ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo durante o regime militar. Disponível em: <<https://mnu.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 17.12.2019.

	EPS	Coletivo de Entidades Negras (CEN ⁴⁹) e Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN ⁵⁰).
PSOL	Insurgência Socialista	MNU

Tabela elaborada pelo autor. As fontes encontram-se nas notas de rodapé. Selecionei essas organizações, pois elas foram apontadas como as principais pelos entrevistados. Nesse sentido, fiz um compilado elencando as suas relações com os partidos e tendências partidárias.

Essas organizações estão sempre presentes nas atividades da UNE que relacionam-se à temática racial, como mesas, encontros de estudantes negros, Congressos, etc. Esta pesquisa vai evidenciar, sobretudo, a relação que parte dessas organizações citadas estabelecem com partidos e coletivos estudantis, de forma a revelar quando, como e por qual motivo o combate ao racismo entra na UNE. A interação entre organizações estudantis, negras e partidos na UNE também envolve a construção de coalizões, como demonstro a seguir.

2.3. Os campos políticos da UNE

A UNE é uma entidade diversa, que abarca distintas organizações estudantis que advogam diferentes projetos. Uma das formas de organização interna da entidade é a conformação de campos políticos, isto é, uma coalizão de organizações que defendem uma certa orientação programática e prática para a entidade. Metodologicamente, é uma tarefa complexa reconstruir a conformação de todos os campos da UNE, pois os documentos encontram-se muito fragmentados devido à ausência de acervo organizado. Dessa maneira, abaixo ilustro algumas teses e campos específicos da UNE situados em um determinado contexto histórico, de forma que a leitora possa apreender como, de fato, a UNE se organiza.

⁴⁹ “Criado em 20 de abril de 2003, o CEN não tem fins lucrativos e congrega entidades e pessoas alinhadas com sua missão, estando presente em 17 estados brasileiros. Suas ações têm, como público-alvo, indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade, excluídos do mercado de trabalho, com baixa escolaridade e sem perspectivas de inserção social, além de povos e comunidades tradicionais, mulheres, LGBTs e juventude negra”. Disponível em: <<http://www.cenbrasil.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 17.12.2019.

⁵⁰ De acordo com o seu site, a CONEN, fundada em 1991, “consolidou-se como uma instância nacional e num espaço de construção da unidade na ação das centenas de entidades negras, presentes em todo o território nacional, que acompanham a sua orientação, respeitando a visão política de cada uma delas, as diferenças regionais e a realidade de vida da população negra onde estão localizadas”. Disponível em: <<http://www.conen.org.br/>>. Acesso em: 17.12.2019.

Tabela 10 – Exemplo de alguns campos políticos e teses da UNE

Campo/tese	Ano	Objetivos
Rompendo Amarras	1998	Esse campo “[...] surge a partir da necessidade de estabelecer para o movimento estudantil uma perspectiva diferenciada da lógica burocrática e conciliadora da direção majoritária da UNE, a UJS/Refazendo (ligada ao PCdoB)” ⁵¹ .
Campo Frente de Oposição de Esquerda (FOE)	2006	Reunir estudantes críticos à burocratização da UNE deflagrada por sua direção majoritária e lutar contra a Reforma Universitária do Governo Lula (REUNI) e contra o PROUNI. Pode-se afirmar que essa frente se portou como um campo de oposição de esquerda à direção majoritária na UNE.
Campo Popular	2013	O Levante Popular da Juventude foi a força que conduziu a construção desse campo, marcado pela aliança com o Coletivo Quilombo, o Movimento Mudança, a Juventude Revolução, a Reconquistar a UNE e o Coletivo O Estopim. De acordo com o seu site “A nossa atuação enquanto Campo Popular se fortaleceu neste último Congresso, explorando o vácuo político existente na entidade entre o adesismo acrítico às políticas educacionais do Governo Federal e o sectarismo que tem a oposição ao governo como princípio” ⁵² .
Campo Majoritário	Não se aplica	Campo conduzido pela UJS que aglutina outras organizações. Esse é o campo mais forte na UNE, indicando a maioria dos dirigentes da entidade e a presidência da UNE.

Fonte: Tese *NÓS NÃO VAMOS PAGAR NADA*, apresentada no 50º CONUNE.

O quadro acima, mais do que empreender uma exaustiva reconstrução historiográfica, buscou apresentar, panoramicamente, como ocorrem as articulações entre as organizações estudantis que compõem a UNE e as suas motivações para tal.

Apresentada a complexidade de relações que a entidade em questão constrói com partidos, distintos movimentos sociais, coletivos estudantis e movimentos negros, o próximo

⁵¹ Disponível em: <<https://anelondrina.wordpress.com/2011/06/20/rompendo-amarras-manifesto-ao-46%C2%BA-congresso-da-une-30-de-junho-a-04-de-julho-de-1999/>>. Acesso em: 18.12.2019.

⁵² Disponível em: <<https://levante.org.br/blog/?tag=campo-popular>>. Acesso em: 18.12.2019.

tópico se dedica a compreender a interação que a UNE estabelece com os partidos políticos e os movimentos negros. A partir da questão “você acha que existe uma autonomia entre os partidos e a UNE com relação à questão racial”?, as entrevistas com os interlocutores da pesquisa revelaram uma “categoria nativa” que merece atenção: a “autonomia relativa” com os partidos. Debruçar-se sobre ela é um exercício importante para compreender a transformação dos *repertórios organizacionais* da UNE no que tange ao combate ao racismo.

3. Em torno de uma “autonomia relativa”

Com o objetivo de evidenciar como o termo autonomia foi mobilizado por alguns entrevistados, a seguir apresento trechos das entrevistas que apontam para uma noção peculiar no que se refere a relação estabelecida entre as organizações do movimento estudantil, o partido e a agenda negra na União Nacional dos Estudantes. Dada a importância dessas falas para a construção da ideia de “autonomia relativa”, apresento trechos relativamente extensos, que evidenciam o contexto em que os entrevistados estavam inseridos:

Tabela 11 – Opinião dos entrevistados sobre a autonomia entre o movimento estudantil, o movimento negro e os partidos políticos

Entrevistado	Você acredita que existe uma autonomia entre as organizações políticas do movimento estudantil e os partidos políticos quanto a questão racial? Na sua opinião, quais são as potencialidades e os limites da relação com o partido político em relação à essa pauta?
Ex-diretora da UNE filiada ao PC do B. Ajudou na construção da 5ª Bienal da UNE, em 2007, cujo título era <i>BRASIL-ÁFRICA: UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO</i> .	<p>Eu vou pegar muito da minha experiência à época. Por exemplo, na organização da BIENAL da UNE nós tivemos autonomia na construção da programação. Claro que algumas polêmicas, como eu te disse, por exemplo, a homenagem a Abdias. Para alguns a gente estava homenageando uma liderança que defendia a diáspora e na época essa questão da diáspora não estava tão debatida teoricamente [...]. Tinha muita resistência. Achavam que era “pós modernista” esse conceito. Eu vou falar grosseiramente, né?</p> <p>Mas nós pautamos. Vamos trazer Abdias, vamos homenagear Abdias do Nascimento, porque ele era de</p>

	<p>outro partido, inclusive, né? Quando ele foi partidário, ele foi de outro partido e dentro do movimento negro, com as suas divergências, digamos assim, tinha um entendimento da importância da potencialidade dele enquanto um intelectual, mas existia uma divergência, por exemplo, do pensamento dele. Inclusive com o partido que eu faço parte, o PC do B, divergências teóricas na forma de Abdias pensar... mas nós homenageamos Abdias. Ele foi o nosso principal homenageado na BIENAL da UNE. Então existia uma <u>relativa autonomia</u>.</p> <p>Tipo, a discussão de cotas. Nós não fomos centralizados. A pauta central era a reserva de vagas... a UBES⁵³ estava defendendo a reserva de vagas, porque nós [aqui ela se refere à direção majoritária do seu partido] entendemos que a questão social sobrepõe a questão racial. Que primeiro vem a questão social, e muitos pensavam assim... alguns até hoje pensam assim, que a questão social sobrepõe e não se entrelaça. Porque hoje o debate interno que nós promovemos é esse. Os entrelaçamentos das categorias de raça, gênero e classe. Para eles existe uma sobreposição. Essa sobreposição é a questão social, a questão de classe. Por isso que o PC do B sempre foi muito questionado dentro do movimento negro.</p> <p>A UNEGRO ajuda a ir vencendo essas fronteiras, e a nossa atuação no movimento estudantil vem sendo influenciada também por essas opiniões da UNEGRO, do ponto de vista da questão racial. Mas ainda assim é muito difícil constituir essa relação. Como também na minha época essa não era uma questão do cotidiano. Ir para uma reunião da UNE para discutir a agenda dos jovens negros e negras não era uma agenda do cotidiano... então isso também tinha muitos embates, promovia muitas divergências, conflitos internos... e a gente ao mesmo tempo tinha autonomia para ir tocando isso.</p>
--	---

⁵³ União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

	<p>Então eu acho que a relação partido, movimento estudantil e a agenda racial elas têm <u>relativa autonomia</u> na sua construção, por não ser uma agenda central para o partido político... então eu sabia que a atuação da UNE, a agenda central era a educação. Isso vinha como uma agenda transversal... e quem fazia essa relação, se tivesse na agenda central, não era questionado por isso.</p>
<p>Ex-Diretora da UNE e militante do Coletivo Enegrecer.</p>	<p>Tem, até porque os partidos não estão nem aí pra raça. Então é pauta mesmo dos estudantes. Mas do ponto de vista da formulação, mas tem problema.</p> <p>[...]</p> <p>É difícil falar de autonomia quando se vive num sistema Capitalista. Essa autonomia sempre estará estrangida pelos limites do viver. [...] E os limites do viver esbarram nas condições materiais de fazer política.</p> <p>[...]</p> <p>Na verdade, tem autonomia pra fazer o debate. Muitas vezes pra fazer a denúncia. Você viu que o Iago⁵⁴ aí foi bem questionado publicamente. Vários setores da UJS, enquanto essa organização de massas que apesar de ter uma direção centralizada, tem uma enorme base social que constrói o movimento e que tem autonomia pra falar, por exemplo, publicamente, mas não tem autonomia, por exemplo, para bancar uma candidatura internamente pra disputar com uma candidatura de um campo majoritário.</p> <p>Então <u>essa autonomia ela é sempre relativa</u>, não só com relação aos estudantes negros como em relação aos jovens, né? Os partidos têm uma estrutura que é bem dura, geracional. Então essas autonomias são</p>

⁵⁴ Iago Montalvão é o atual presidente da UNE, na gestão 2019-2021. Diante da indicação de mais um estudante não negro para presidir a UNE, alguns militantes da UJS, sobretudo da Bahia, passaram a denunciar o fato de que a entidade em questão só teve um presidente negro eleito em Congresso, Orlando Silva, em 1995. Muitas das denúncias foram veiculadas no Facebook ou Twitter. Contudo, para preservar a imagem daqueles que denunciaram, optei por não divulgar as suas postagens nesta dissertação.

	sempre relativas a depender de qual for a estratégia da direção partidária.
Ex-coordenador geral do DCE da UFBA e militante da EPS.	<p>Uma <u>autonomia relativa</u>. Dependendo das organizações existe um tamanho maior dessa autonomia justamente a partir também da confiança política que as direções partidárias depositam nas suas próprias organizações de juventude, mas essa autonomia ela é restrita, ela não é completamente aberta. Inclusive porque ela precisa estar conectada com a estrutura do partido e com a elaboração mais geral do partido.</p> <p>Então algumas organizações partidárias, inclusive, não conseguiram compreender a importância do tamanho dessa autonomia. Ao mesmo tempo não há possibilidades de haver autonomia absoluta com relação à organização partidária por diversos motivos, inclusive esse motivo de que é a necessidade dessa pauta construída por essas organizações estarem conectadas com a elaboração mais geral do partido. Então precisa haver essa conexão. O que não pode haver é uma restrição do ponto de vista das decisões dessas organizações, porque isso também é o que vai fazer o partido amadurecer no seu percurso da pauta racial.</p>

Fonte: entrevistas feitas para esta dissertação, realizadas em 2019.

Logo, a noção de “relativa autonomia” ou “autonomia relativa” emerge do campo enquanto uma “categoria nativa”⁵⁵. Ela é importante para compreender como o movimento estudantil, o partido político e o movimento negro se “entrelaçam” e contribuem para a ampliação da discussão racial na UNE. A hipótese que sustento é que a intersecção entre essas três esferas opera como um *mecanismo* para a ampliação da presença e da pauta negra na entidade, em diálogo com as *oportunidades políticas* presentes em determinados contextos.

⁵⁵ “Um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Quando falamos de conceito nativo, ao contrário, é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo. Ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano. A verdade é que qualquer conceito, seja analítico, seja nativo, só faz sentido no contexto ou de uma teoria específica ou de um momento histórico específico” (GUIMARÃES, 2003, p. 95).

Se por um lado os militantes negros na UNE têm liberdade para construir a agenda racial, por outro os partidos políticos geralmente não priorizam essa pauta e fornecem poucos recursos organizacionais e financeiros para a sua consolidação. Trata-se de uma dilemática relação que merece um olhar mais pormenorizado. Nesse sentido, uma entrevistada⁵⁶ afirmou “eu acho que a UNE reflete um pouco a forma como os partidos políticos se organizam, que não é priorizando essa discussão”. Outro entrevistado⁵⁷ afirmou:

Eu acho que os partidos políticos de uma forma geral eles não debateram com muita prioridade as questões raciais. Esse debate está muito mais presente nas organizações do movimento negro do que dentro das próprias instituições partidárias.

Portanto, ao mesmo tempo em que há uma autonomia dos negros para debater as questões raciais no partido, há uma certa “despreocupação” com a agenda racial, e isso se reflete nas dinâmicas organizativas da UNE.

Assim, este capítulo buscou apresentar parte do *campo multi organizacional* que compõe e interage com a UNE e as suas interrelações de uma maneira mais ampla. O próximo capítulo vai apresentar como se deu o processo de construção da agenda negra na entidade em questão e em que medida os partidos, organizações estudantis e movimentos negros se encontraram e fortaleceram essa agenda. A pergunta que fica é a seguinte: essa relativa autonomia entre movimento negro, partidos e movimento estudantil contribuiu para a inserção da pauta racial na UNE? Como se deu esse processo? As próximas páginas buscam responder essas questões.

⁵⁶ Entrevista realizada em 2019. A entrevistada é filiada ao PT e foi militante da Corrente *O Trabalho*.

⁵⁷ Entrevista com o Ex-Diretor de Combate ao Racismo da UNE e militante do Enegrecer, realizada em 2019.

Capítulo 4: a UNE e a questão racial

“A luta negra extrapolou os limites que historicamente esteve confinada, mais uma prova de que não há lugar que a gente não possa estar⁵⁸”.

Este capítulo, de natureza mais descritiva, busca revelar os principais momentos e repertórios organizacionais da UNE em relação à pauta racial, entre 1995 e 2016. É possível identificar cinco marcos na construção da pauta racial na entidade: 1) 1995: indicação do primeiro presidente negro da UNE; 2) 1999: criação da Diretoria de Combate ao Racismo; 3) 2007: realização do primeiro Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE); 4) 2009-2012: discussão sobre a constitucionalidade da política de cotas no Supremo Tribunal Federal; e 5) 2016: realização do maior ENUNE da história, do Encontro de Mulheres Estudantes da UNE que priorizou a agenda das mulheres negras, e indicação da primeira mulher negra a presidir a UNE.

1. 1995: ano da Marcha Zumbi dos Palmares e da eleição do primeiro presidente negro da UNE

Em pleno contexto de aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil implementadas pelo Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a tese *SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM* apresentou, no 44º CONUNE, como candidato à presidência da UNE o baiano, autodeclarado negro, Orlando Silva, então militante da UJS e atualmente quadro político do PC do B.

Em um contexto pós-*impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, a tese do futuro presidente da UNE apresentou um balanço crítico ao governo FHC e à globalização. As preocupações estudantis do período estavam mais conectadas com as perspectivas econômicas.

O reconhecimento de que o movimento discente universitário apresentava um caráter elitista e a preocupação com as políticas sociais que promovam a inclusão dos menos favorecidos pode ser atestado por meio da leitura do fragmento abaixo:

⁵⁸ Fala de um entrevistado que compôs a Diretoria de Combate ao Racismo da UNE. A entrevista foi realizada em 2019.

Precisamos realizar uma reforma universitária que supere a elitização, não só na composição social do alunado, mas principalmente na produção que tem de deixar de ser apenas para a elite econômica e social do país, e passe a ser para a maioria do povo. Temos que vincular a produção das universidades às políticas sociais (Tese SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM, 1995, p. 5).

Além disso, essa tese demonstra um maior interesse em potencializar a discussão sobre raça e “preconceito” no interior da UNE (ainda que com menos força do que as gestões a partir dos anos 2000), apoiando eventos como o Seminário Nacional de Estudantes Negros (SENUN⁵⁹), conforme a citação que se segue:

A UNE deve apoiar e promover a realização do 2º Seminário Nacional de Universitários Negros, evento importante para o debate sobre o preconceito que vitima os estudantes negros e busca massacrar a nossa grande produção cultural (Tese SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM, 1995, p. 9).

Com o objetivo de entender as orientações políticas do primeiro presidente negro da UNE, a seguir mobilizo alguns dos argumentos que ele apresentou em uma entrevista intitulada *UMA UNE DIVERSA, PLURAL E COMBATIVA*, concedida para a edição especial de 80 anos da *Revista Movimento*⁶⁰.

Do ponto de vista dos protestos deflagrados pelos Movimentos Negros, 1995 foi um ano importante na história da luta contra o racismo no Brasil. De acordo com Flávia Rios (2012), nessa época ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares, reunindo cerca de trinta mil pessoas em Brasília em prol de uma sociedade que respeite os direitos da população negra. Nesse contexto, Orlando Silva, em entrevista à *Revista Movimento*, afirma que a sua indicação à presidência coincidiu com esse momento histórico:

⁵⁹ Evento organizado em 1993 na Faculdade de Arquitetura da UFBA, cujo objetivo foi debater a inserção das pessoas negras no Ensino Superior. “O I SENUN reuniu cerca de 800 participantes, foi considerado o mais importante evento do calendário afro brasileiro daquele ano, e um marco na luta pela instituição das cotas raciais no Ensino Superior”. Disponível em: <<https://www.stevebiko.org.br/single-post/2018/11/23/Militantes-negros-celebram-25-anos-do-Senun>>. Acesso em: 18.12.2019.

⁶⁰ Disponível em: <https://issuu.com/imprensaune/docs/revista_fechada_pagina_a_pagina>. Acesso em: 18.12.2019.

Houve uma feliz coincidência por aquele ano de 1995 ter sido a celebração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares. Foi um ano inteiro de celebração na minha terra, de mobilização, de lutas em torno dessa questão, chegando ao ponto de o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, reconhecer o dia 20 de novembro (depois de uma grande marcha que os movimentos negros proporcionaram em Brasília), reconhecendo Zumbi dos Palmares como herói nacional (REVISTA MOVIMENTO, 2017, p. 147).

No decorrer dessa mesma entrevista, ele afirma que o ambiente político de ebulição da pauta racial no país contribuiu de alguma maneira para a ampliação da discussão sobre a agenda negra nos movimentos sociais, figurando como uma abertura de *oportunidades políticas* para a sua indicação como presidente da UNE. Foi nesse momento em que ele iniciou um processo de diálogo com os movimentos negros nacionais:

Eu participei da preparação da Marcha Zumbi dos Palmares em vários estados. Isso de ser negro motivava os movimentos negros a abrirem uma interlocução com o movimento estudantil. Criou-se um ambiente, em 1995, de debate em torno dessa questão (REVISTA MOVIMENTO, 2017, p. 148).

A indicação de Orlando nesse momento causou certa crítica de parte dos movimentos negros, pois acusaram a sua corrente do movimento estudantil à época de oportunista, porquanto, segundo ele, “[...] era o ano de Zumbi dos Palmares e a minha corrente política apresentou uma candidatura negra” (REVISTA MOVIMENTO, 2017, p. 148).

Segundo uma entrevistada⁶¹, quando ela era diretora da UNE, parte das organizações negras encaravam a sua participação no movimento com certo “preconceito”, na medida em viam a UNE como uma “entidade branca e de classe média” e os seus dirigentes como “embranquecidos”. Talvez isso ajude a explicar por qual motivo Orlando Silva sofreu retaliações. Por sua vez, ele afirmou que isso era um equívoco, pois deveria ser valorizado o fato de, naquele ano, uma força política ter indicado uma pessoa negra para assumir o principal cargo da maior entidade estudantil do país.

⁶¹ Entrevista realizada em 2019.

Para ele, a sua presença na UNE foi positiva para o desenvolvimento da pauta racial na entidade, na medida em que na sua gestão houve um aprofundamento da discussão sobre cotas nas universidades, que naquela época era um tema polêmico.

Pela importância histórica da eleição de Orlando Silva para o maior cargo da UNE, esta pesquisa inicia a sua análise em 1995. Um outro acontecimento de extrema importância para o aprofundamento da pauta racial na entidade foi a criação de uma diretoria específica para debater o combate ao racismo na UNE, sendo os anos 1990 um período importante para a discussão racial na entidade. A próxima seção se dedica a esmiuçar as suas origens e objetivos.

2. O surgimento da Diretoria de “Assuntos Antirracistas”

Nas resoluções do 45º CONUNE, realizado em 1997, é possível identificar uma série de pautas voltadas para o combate às discriminações raciais. Um acontecimento importante foi a realização da Plenária dos Negros nesse Congresso, registrada na sua resolução final, que apontou importantes diretrizes para a consolidação da pauta racial na UNE. Dada a importância desse documento, esta pesquisa resolveu divulgá-lo abaixo na íntegra:

A plenária dos negros presentes ao 45o. Congresso da UNE elaborou proposta que foi incorporada às resoluções do Congresso, da seguinte forma:

- 1 -** Todo apoio à cultura afro-brasileira
- 2 -** desenvolvimento de uma política de cotas nas universidades, empresas, na TV e, principalmente, nos livros didáticos.
- 3 -** lutar pela criação de universidades populares que atendam as áreas mais carentes do Brasil, em consequência nas regiões de maior concentração de negros: Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, etc.
- 4 -** Que haja mulheres negras nas cotas de mulheres que participam da diretoria da UNE.
- 5 -** Que a UNE defenda o movimento negro diante da situação nacional e internacional.

- 6 - Elaborar e apresentar política educacional para a população afro-brasileira, revisão dos livros didáticos já editados, mostrando a imagem real do negro no Brasil.
- 7 - Encaminhar pesquisa para quantificar o número de negros matriculados no 1o., 2o. e 3o. graus e os motivos da evasão. Que a pesquisa identifique a situação sócio-econômica e cultural dos negros no Brasil.
- 8 - Que a UNE estimule os centros acadêmicos a prestarem serviços à comunidade carente e que estes serviços sejam gratuitos.
- 9 - Lutar contra a esterilização da mulher negra no Brasil.
- 10 - Que a UNE organize uma revista sobre a história do Movimento Negro na comunidade estudantil e na sociedade.
- 11 - Que o governo crie fundos à permanência do negro nas IES.
- 12 - Que se discuta a questão do negro nas reuniões periódicas da UNE.
- 14 - Que aumente as relações entre Brasil e Continente Africano, com fóruns de discussões sobre o Continente Africano e seus líderes.
- 15 - Que a UNE estreite relações entre o Brasil e movimento negro dos Estados Unidos.
- 16 - Que todas as universidades públicas e fundações tenham um centro de estudos de pré-vestibular para negros e carentes.
- 17 - Que a UNE incentive e crie meios de divulgação do negro no mercado de trabalho.
- 18** - Criar uma diretoria de assuntos anti-racistas, tendo na sua direção um negro, com toda a estrutura da UNE e que faça os encaminhamentos das resoluções aprovadas neste Congresso.

Imagem 4 – Encaminhamentos da plenária dos negros presentes no 45º CONUNE. Fonte: Resolução do 45º Congresso da UNE, disponível no acervo do Centro de Estudo e Memória da Juventude (CEMJ).

A relevância histórica desse documento reside, principalmente, no fato de que ele aponta, no tópico número 18, para a criação da Diretoria de Assuntos Antirracistas da UNE, cuja finalidade é dar andamento aos encaminhamentos aprovados no Congresso relativos ao enfrentamento ao racismo. Ocorrido em 1997, esse CONUNE entra para a história da entidade como aquele que sinalizou para a construção dessa diretoria e acenou para uma aliança mais sólida com o Movimento Negro brasileiro.

Por sua vez, em 1999 a UNE concretizou a proposta de criação de uma diretoria voltada para as discussões raciais. De acordo com a ata de posse do 46º CONUNE, Ademário Costa (vinculado à Articulação de Esquerda (AE), corrente interna do PT) foi o primeiro diretor de assuntos antirracistas da UNE, conforme segue abaixo:

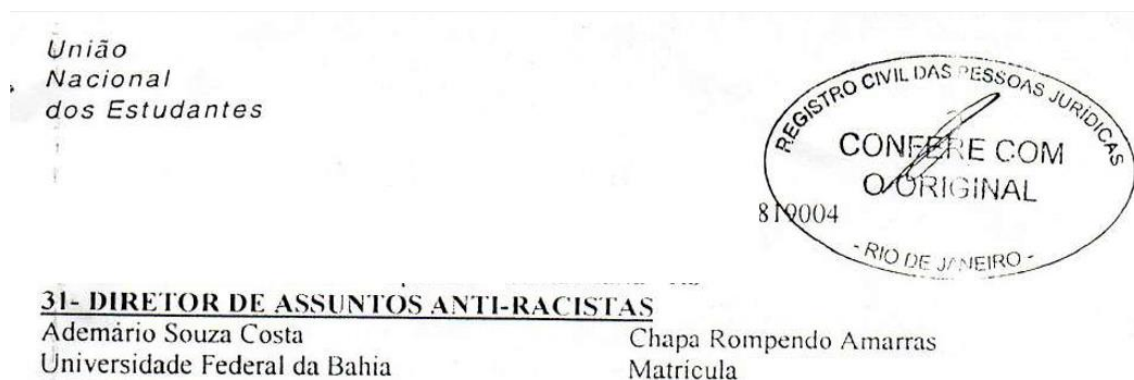


Imagem 5 – Ata de posse do 46º CONUNE Fonte: Ata de Posse do 46º CONUNE, consultado em acervo do CEMJ. Algumas informações foram retiradas dessa imagem, como o número de matrícula e demais dados pessoais do dirigente, de forma a preservar os seus dados pessoais.

Contudo, de acordo com uma entrevista realizada com o mesmo em pesquisas precedentes (RICHER, 2017), observou-se que houve uma mudança no nome da diretoria, que passou a se chamar Diretoria de Combate ao Racismo. Desde então, a importância dessa diretoria cresceu gradativamente na entidade, ao ponto de atingir o seu ápice na construção do 1º Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE.

Antes de esmiuçar as origens e propostas do 1º ENUNE, é importante discorrer sobre o enegrecimento da BIENAL de Arte, Ciência e Cultura da entidade, pois o ENUNE surge no mesmo ano desse evento, em 2007, e parte dos entrevistados apontou esse evento como algo importante para a questão racial na entidade.

3. Uma BIENAL enegrecida

Após a adoção das cotas raciais em algumas universidades públicas pela iniciativa dos seus respectivos Conselhos Universitários e depois da implementação do Programa Universidade Para Todos, a UNE realizou em 2007, no Rio de Janeiro (RJ), a 5ª *BIENAL DE ARTE, CIÊNCIA E CULTURA*, cujo mote foi *BRASIL-ÁFRICA: UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO*.



Imagem 6 – Divulgação da 5ª BIEANAL da UNE. Fonte: Site da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/004851.shtml>>. Acesso em: 20.12.2019.

De acordo com o documento *Balanço de Gestão em Revista (2007, 2008, 2009)*, esse evento reuniu cerca de oito mil estudantes na região da Lapa. A BIEANAL contou com uma agenda diversificada, tendo como convidados, por exemplo, o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil.

Houve também a homenagem a importantes personalidades da cultura afro-brasileira e do movimento negro, “como o escritor, artista plástico e ex-senador Abdias do Nascimento⁶²; a entidade religiosa Mãe Beata de Iemanjá; e os sambistas Martinho da Vila e Dona Ivone Lara” (BALANÇO DE GESTÃO EM REVISTA, p. 24).

⁶² Ele foi uma importante liderança do movimento negro, sendo o fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1940 (DOMINGUES, 2004). Para ilustrar a importância de Abdias em defesa das políticas afirmativas para a população negra, mobilizo a citação que se segue, onde a autora demonstra a sua postura de vanguarda enquanto Deputado Federal: “O então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, propõe uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação. Entre as ações figuram: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. O projeto não é aprovado pelo Congresso Nacional, mas as reivindicações continuam” (MOEHLECKE, 2002, p. 204).



Imagem 7 – Foto do homenageado Abdias do Nascimento. Fonte: Documento *BALANÇO DE GESTÃO EM REVISTA* (2005, 2006, 2007), consultado em acervo pessoal.

Na realização desta pesquisa, duas entrevistadas⁶³ afirmaram que essa edição da BIENAL foi importante para alavancar a pauta racial na UNE, elevando-a ao principal evento cultural da entidade, que sempre mobiliza muitos estudantes. Uma entrevistada que participou da gestão da UNE que construiu essa BIENAL advoga que tal evento foi um passo relevante para trazer a pauta racial na entidade. Ela era militante da UJS, organização ligada ao PC do B que indicou o presidente da UNE dessa gestão, Gustavo Petta, e comenta que a realização desse evento provocou uma série de reflexões tanto na entidade quanto na sua organização:

[...] hoje já se fala mais sobre a escravidão negra no Brasil do que há 15 anos atrás, dentro do PC do B. E a BIENAL da UNE eu acho que foi um marco importante pra minha corrente política. Organizar essa BIENAL e entender o que significa a diáspora negra, o porquê da homenagem ao Abdias; Zózimo, né? Que foi um cineasta. Dialogar com coletivos, também com o Candomblé, porque nós fizemos diversas homenagens e debates. Então a abertura da UNE foi muito bonita no Rio de Janeiro, e isso veio mais pela parte da juventude. Acho que isso ajuda também a impulsionar dentro do PC do B algumas opiniões sobre isso. Então a BIENAL foi muito importante. Acho que dialogando com o momento também da aprovação das cotas, das ações afirmativas, depois a BIENAL em homenagem à relação do Brasil... em homenagem não, né? Mas fazendo a liga entre o Brasil e o Continente Africano⁶⁴.

⁶³ Entrevistas realizadas em 2019.

⁶⁴ Trecho de entrevista realizada em 2019.

Ela diz que, apesar de a UNE ter realizado uma BIENAL com esse tema, a pauta racial ainda é muito limitada na entidade, não figurando como agenda central na própria organização. Para essa entrevistada, a temática racial está muito concentrada na Diretoria de Combate ao Racismo e nos Encontros de Negros, Negras e Cotistas – pelo fato de a UNE ter como mote principal a luta em defesa da educação. Portanto, não havia “entrelaçamentos” entre a agenda geral da educação e a pauta específica dos movimentos negros, em que pese a bandeira racial assuma eventualmente um lugar de maior destaque (como no evento citado).

Uma outra entrevistada⁶⁵ que também participou da construção dessa BIENAL considera que esse evento foi importante no que tange à questão racial na UNE e estava conectado com o contexto político à época. Contudo, tal atividade apresentou um caráter mais voltado para o âmbito cultural do que político.

Após essa BIENAL, nesse mesmo ano, a UNE inova o seu *repertório organizacional* ao inaugurar o primeiro Encontro de Negros e Negras da UNE, construído através do diálogo entre os movimentos negros, coletivos estudantis e partidos políticos.

4. Inovação no repertório organizacional da UNE: o surgimento do ENUNE

Ao realizar as entrevistas com uma ex-liderança da UNE, tive acesso a carta final do 1º. *ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES NEGROS E COTISTAS DA UNE*⁶⁶, cujo mote principal foi “*POR UMA UNIVERSIDADE SEM RACISMO!*”. Segundo matéria publicada no site da Fundação Cultural Palmares⁶⁷, tal encontro ocorreu na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) entre os dias 14 e 15 de abril de 2007. Pode-se supor que o mote do evento advenha da influência petista na sua construção, na medida em que o Programa de Governo de Lula em 2002 abarcou o documento *BRASIL SEM RACISMO*⁶⁸, apontando algumas diretrizes para a construção da igualdade racial.

De acordo com a resolução desse ENUNE, a discriminação racial afasta a população negra dos espaços de poder no Brasil, como o parlamento e as universidades. No âmbito

⁶⁵ Entrevista realizada em 2019.

⁶⁶ Tive acesso a esse documento através do diálogo com uma participante desse evento. Ela o achou no seu computador e me enviou por e-mail. O texto encontra-se nos anexos desta dissertação.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=1980>>. Acesso em: 22.12.2019.

⁶⁸ Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/brasilsemracismo.pdf>>. Acesso em: 11.01.2020.

educacional, o texto aponta que “as universidades brasileiras são o verdadeiro retrato da desigualdade racial”.

Por sua vez, essa resolução afirma que as políticas afirmativas provocaram uma transformação no perfil demográfico estudantil universitário, advogando que ele não mais será marcado “por uma maioria esmagadora de brancos e de classe média”.

Com o advento dessas políticas e da transformação demográfica dos estudantes nas universidades, segundo o documento, emergem novos desafios, como a adoção de políticas de permanência, a efetivação das políticas de assistência estudantil, a construção de currículos acadêmicos não eurocêtricos, dentre outros.

A carta se encerra afirmando que o ENUNE surge com o objetivo de se somar às outras iniciativas que buscam combater o racismo. Nesse sentido, foi lançado nesse encontro a Campanha *UNIVERSIDADE SEM RACISMO*, a fim de ampliar a discussão sobre as desigualdades raciais nas instituições de ensino superior e “desmascarar o racismo dissimulado sob o véu da democracia racial existente em nossas universidades”.

Dentre os encaminhamentos do 1º ENUNE, esta dissertação destaca:

Tabela 12 – Encaminhamentos do 1º ENUNE	
1)	O ENUNE será adicionado ao calendário oficial da UNE, sendo que essa entidade se comprometerá com a realização desse evento em todas as suas gestões.
2)	A UNE deverá se responsabilizar com o debate em torno das relações raciais nos seus fóruns, como o CONUNE, CONEB, CONEG, etc.
3)	A UNE deverá se comprometer com todas as lutas contra a intolerância religiosa que se abate sobre as religiões de matriz africana.
4)	Que a UNE se some na luta em prol da efetivação da Lei 10.639, garantindo o ensino da história da África nas escolas.
5)	Que a UNE fortaleça o intercâmbio cultural entre os estudantes africanos residentes no Brasil, bem como entre os brasileiros nas universidades.
6)	Que a UNE encampe a luta Contra a Redução da Maioridade Penal.
7)	Que a UNE participe do Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE).

Fonte: Resolução do 1º ENUNE.

Já o documento *BALANÇO DE GESTÃO EM REVISTA* apresenta uma leitura mais sintética sobre a realização do encontro, revelando as suas principais pautas e os desafios que enfrentou no período, conforme a ilustração abaixo:

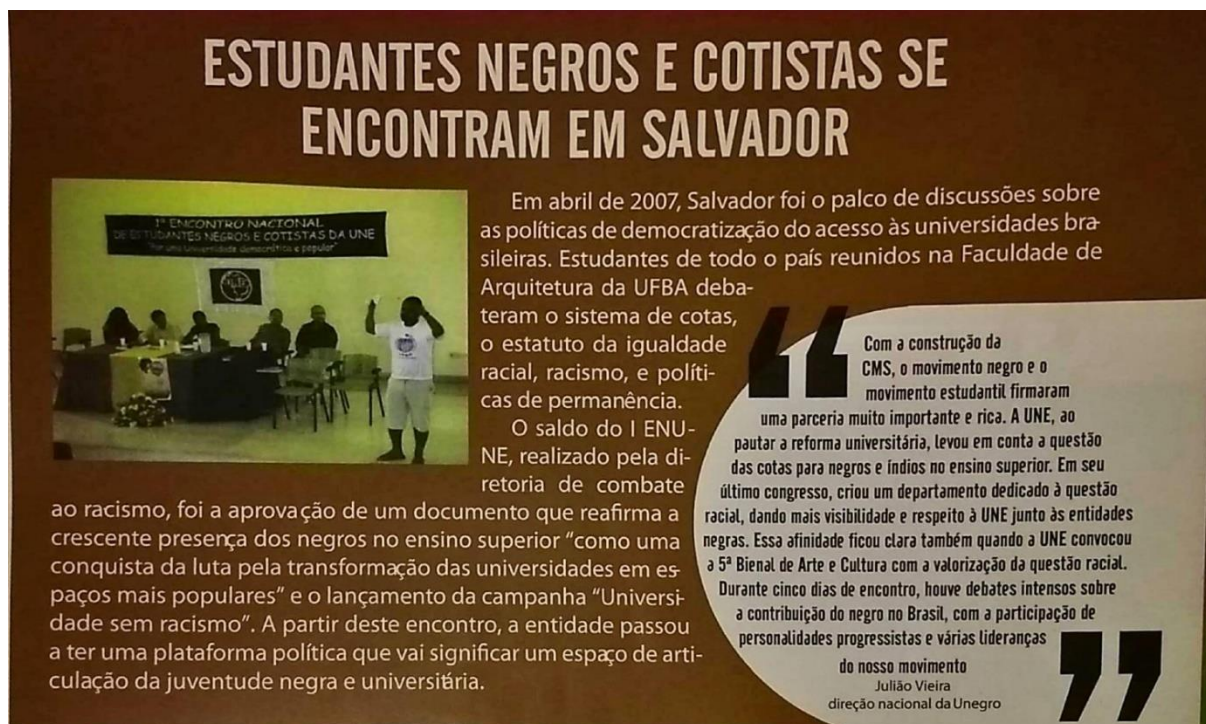


Imagem 8 – Matéria sobre o 1º ENUNE. Fonte: *BALANÇO DE GESTÃO EM REVISTA* (2007, 2008, 2009).

Com o tema *POR UMA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA E POPULAR*, de acordo com a então Diretora de Combate ao Racismo da UNE, Maiara Oliveira Alves⁶⁹, o principal objetivo desse ENUNE foi propor alternativas para a construção de uma universidade que fosse voltada para os interesses da população brasileira. Esse evento contou com aproximadamente cem estudantes, conforme o projeto do 5º ENUNE.

O 1º ENUNE ocorreu anteriormente à realização do primeiro Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), cujo mote foi *Novas perspectivas na militância étnico/racial*. O ENJUNE foi realizado na cidade de Lauro de Freitas, Bahia, entre os dias 27 a 29 de Julho de 2007. Conforme o seu relatório final:

⁶⁹ A fala de Maiara foi extraída de uma matéria publicada no site da Fundação Cultural Palmares, que encontra-se no link: <<http://www.palmares.gov.br/?p=1980>>. Acesso em: 11.01.2020.

Precedido de encontros estaduais, regionais e municipais, o ENJUNE reuniu em torno de 700 pessoas entre delegados, observadores, palestrantes, coordenadores estaduais e nacionais, apoios, convidados da sociedade civil organizada e governos (RELATÓRIO FINAL DO ENJUNE, 2007, p. 5).

De acordo com artigo escrito por Honerê Al-amin Oadq (2012): “Estima-se que durante os processos municipais, estaduais e nacional, foram mobilizados cerca de 10 mil jovens negros” (OADQ, 2012, p. 27). O principal objetivo do ENJUNE foi ampliar a articulação entre juventudes negras, debater as suas demandas específicas e apresentar uma sistematização desses debates em um documento final, cuja a finalidade foi servir de base para a formulação de políticas públicas. Reconhecendo a importância do ENJUNE, um entrevistado⁷⁰ que compôs a gestão da UNE entre 2009 até 2011 e acompanhou esse evento afirmou que “[...] as consequências desse encontro foram capazes de produzir uma opinião mais geral sobre qual o papel da juventude negra na luta política no país, nos tempos atuais”.



Imagem 9 – Logo do 1º ENJUNE. Fonte: Blog QUILOMBO NEWS. Disponível em: <<http://quilombosnews.blogspot.com/2007/05/encontro-nacional-da-juventude-negra.html>>. Acesso em: 22.12.2019.

Portanto, o 1º ENJUNE emerge justamente em um ambiente político fértil nacionalmente para a discussão sobre as demandas das juventudes negras, em específico dos estudantes universitários negros. O contexto à época estava marcado pela ascensão das políticas afirmativas em diversas universidades públicas e após a implementação do PROUNI,

⁷⁰ Entrevista realizada em 2019.

apontando que a transformação do perfil estudantil universitário e a discussão sobre tais políticas de alguma forma contribuiu para a realização desse evento. Após essa primeira edição, os encontros seguem sendo organizados, em geral, bianualmente⁷¹.

Conforme entrevistas realizadas para esta dissertação, a Diretora de Combate ao Racismo que liderou o ENUNE era vinculada à Articulação de Esquerda (AE), tendência interna do PT. Essa corrente foi a responsável por indicar o primeiro Diretor de Combate ao Racismo, Ademário Costa, em 1999. Todavia, o segundo ENUNE passou a ser coordenado por militantes negros do Coletivo Kizomba (que mais adiante fundaram o Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer, em 2009). A partir de então, esse Coletivo foi responsável por liderar todos os eventos.

5. O 2º ENUNE: a luta pela consolidação das ações afirmativas na educação

A partir dos acúmulos do primeiro evento, em 2009 ocorreu, nos dias 5 a 7 de junho, a sua segunda edição na Faculdade de Arquitetura da UFBA, reunindo, conforme o projeto do 5º ENUNE, cerca de duzentos estudantes negros do país para debater as ações afirmativas nas universidades públicas.

Segundo notícia publicada no blog da Diretoria de Combate ao Racismo⁷², intitulada *ENUNE 2009 – UNE promove 2º Encontro Nacional de estudantes Negros, Negras e Cotistas*, o evento foi um espaço importante “de debate e convergência sobre os impactos da adoção de Políticas de Ações Afirmativas para a população afrodescendente no ensino superior brasileiro”. A notícia também afirma que o II ENUNE buscou discutir o acesso e a permanência do estudante cotista no ensino superior. Para o então Diretor de Combate ao Racismo, Herlom Miguel, “[a]s ações de combate ao racismo precisam ser acompanhadas de uma série de outras medidas universalizantes para reformarem a educação secundária e universitária⁷³”. Essa fala revela que o evento expande o seu público para além do ensino superior, dialogando com estudantes negros secundaristas.

⁷¹ Com exceção da gestão 2013-2015, pois, segundo o coordenador do evento à época, a tesouraria da UNE alegou falta de recursos.

⁷² Disponível em: <<http://unecombateaoracismo.blogspot.com/2009/04/enune-une-promove-2-encontro-nacional.html>>. Acesso em: 15.06.2019.

⁷³ Disponível em: <<http://unecombateaoracismo.blogspot.com/2009/04/enune-une-promove-2-encontro-nacional.html>>. Acesso em: 15.06.2019.

A foto abaixo evidencia as pautas levantadas no encontro:



Imagem 10 – Foto de divulgação do II ENUNE na internet. Fonte: arquivo pessoal.

De acordo com um entrevistado⁷⁴ presente neste evento, a agenda das cotas raciais passou a assumir um papel estratégico para a UNE como um todo a partir dos resultados do II ENUNE, pois “foi uma agenda que foi tirada nessa gestão, nesse encontro... e que automaticamente, coisa de meses depois, ocorreu o Congresso da UNE e eu assumi a Diretoria de Combate ao Racismo, com uma tarefa de tocar essa agenda”.

O II ENUNE, portanto, consolida a realização do encontro bianualmente e estava muito preocupado com a discussão sobre a implementação e os impactos das ações afirmativas no âmbito do ensino superior. A edição subsequente aprofunda a discussão e recebe maior visibilidade.

6. 3º ENUNE: a luta por cotas raciais na agenda pública nacional

O 3º ENUNE ocorreu nos dias 20 a 22 de maio de 2011 na Faculdade de Arquitetura da UFBA, em um momento marcado pela discussão sobre a constitucionalidade da política de cotas nas universidades públicas. Com o mote *O Brasil após a expansão das políticas de ações afirmativas: perspectivas e desafios*, o evento contou com uma diversificada programação que

⁷⁴ Entrevista realizada em 2019.

buscou aprofundar o debate em torno da consolidação das ações afirmativas no país. Segundo um entrevistado⁷⁵, tal encontro contou com a participação de cerca de 400 discentes.

Por ser realizado em um período mais recente, do ponto de vista do acesso às fontes, foi possível encontrar mais informações desse evento na internet, como fotos e textos no blog da Diretoria de Combate ao Racismo – o que contribuiu para a coleta e a análise dos dados de uma maneira mais aprofundada.

Nesse sentido, tive acesso à resolução final do 3º ENUNE com maior facilidade, encontrando-a no blog da Diretoria em questão. Ao analisá-la, me chamou atenção o seu título: *COMBATE AO RACISMO: ESTA LUTA NOS UNE*⁷⁶. Tal *enquadramento* acena para a tentativa de construção de um consenso no interior da UNE em relação à pauta racial. Pela primeira vez essa frase aparece nos documentos redigidos pela Diretoria de Combate ao Racismo, sendo um *frame* que busca construir a narrativa de que o enfrentamento ao racismo é uma reivindicação comum às pessoas que participam da UNE, sejam elas negras ou não.

Contudo, o ex-Diretor de Combate ao Racismo dessa gestão afirmou que a construção desse “consenso” não foi nada fácil, sendo necessária muita pressão para que, de fato, a pauta racial entrasse com mais força na gestão que ele participou:

Esse mote surge da necessidade de entender que nós precisávamos pressionar a direção política da UNE. Para tanto, era necessário que nós unificássemos uma compreensão comum, num primeiro momento, dos estudantes negros e negras no interior das universidades brasileiras, públicas e privadas [...]. Então é importante destacar que não foi um processo simples, foi um processo nada fácil⁷⁷.

⁷⁵ Entrevista realizada em 2019.

⁷⁶ A carta pode ser acessada no blog da Diretoria de Combate ao Racismo, por meio do link: <<http://unecombatearacismo.blogspot.com/2011/05/resolucao-politica-do-iii-enune.html>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

⁷⁷ Entrevista realizada em 2019.



Imagem 11 – Foto de divulgação do evento na internet. Fonte: arquivo pessoal.

Em um momento político marcado pela discussão sobre a constitucionalidade da política de cotas raciais no Supremo Tribunal Federal (STF), esse encontro se viu inserido em um contexto marcado por intensos debates tanto na academia quanto na sociedade sobre as cotas raciais na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – sendo que a carta final refletiu muito sobre essa questão. Nesse sentido, dada a relevância da pauta no momento, as questões raciais estavam na ordem do dia na UNE como um todo e, conseqüentemente, a Diretoria de Combate ao Racismo ganhou mais destaque na entidade.

Com o advento das políticas afirmativas e as polêmicas que elas provocaram, a resolução final identificou a emergência de *contra mobilizações*⁷⁸, revelando o posicionamento contrário à política de cotas raciais por parte dos segmentos conservadores:

⁷⁸ De acordo com Klandermans e Meyer (2005), um *contra movimento* define-se como um movimento que se mobiliza contra outro movimento. Por sua vez, partindo da constatação um movimento social de relevância potencial poderá gerar uma oposição, Meyer e Staggenborg (1996) afirmam que um contra movimento define-se como um movimento que reivindica bandeiras contrárias aquelas defendidas pelo movimento ‘original’. Logo, movimentos e contra movimentos opõem-se mutuamente e interagem de maneira contínua, em diálogo com as Estruturas de Oportunidades Políticas que transformam-se em resposta às ações de ambos. Para Meyer e Staggenborg (1996), existem três condições que proporcionam a emergência de contra movimentos, quais sejam: 1) na medida em que o movimento mostra sinais de sucesso; 2) quando os interesses de determinadas populações encontram-se ameaçados por pautas do movimento; e 3) ao passo em que certos aliados políticos mostram-se disponíveis para auxiliar a mobilização de oposição.

No caso das manifestações contrárias às ações afirmativas, por não se tratar de uma oposição que gera um *contra movimento* estruturado em forma de uma organização, adapto o conceito de *contra movimento* e adoto o termo *contra mobilizações*, na medida em que representam posições fragmentadas que se opõem às cotas raciais, não assumindo a forma de um movimento social propriamente dito.

O avanço das políticas afirmativas no Brasil tem mobilizado também os setores conservadores da sociedade brasileira que iniciaram mais uma ofensiva contra o povo negro combatendo a democratização do ensino superior a partir da perspectiva de inclusão de estudantes negros e negras. A UNE repudia e combate ações como as conduzidas pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) e pelo partido Democratas (DEM) que alega a inconstitucionalidade das ações afirmativas adotadas pela UNB e UFRGS no Supremo Tribunal Federal e tentam mais uma vez suprimir a população negra do espaço da educação superior (RESOLUÇÃO DO 3º ENUNE, 2011, p. 1).

Esse trecho é extremamente relevante, pois mostra o quanto os setores conservadores já estavam mobilizados desde 2011. Como evidenciado na citação acima, o então Deputado Federal e atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, já se posicionava contrário às cotas raciais para negros nas universidades públicas. Atualmente, ele é identificado como um político conservador que aglutina outros grupos sociais na sua base, como a UNECON, entidade fundada por estudantes conservadores com o objetivo de ser oposição à UNE. A posição contra as cotas orienta parcela da agenda do atual governo federal e do partido que o presidente se elegeu – o Partido Social Liberal (PSL), que muitos dos seus parlamentares são contra as cotas raciais nas universidades públicas⁷⁹.



Imagem 12 – Foto do III ENUNE. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/une/5758474899/in/album-72157626679316341/>>. Acesso em: 23.12.2019.

⁷⁹ Para ilustrar essa agenda anti-cotas raciais, é importante levantar alguns fatos contemporâneos. Em março de 2019, foi apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 1443/2019, de autoria da Deputada Federal Dayane Pimentel (PSL-BA), que prevê a revogação da Lei 12.711/2012, a “Lei de Cotas”. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/deputada-do-partido-de-bolsonaro-propoe-lei-para-acabar-com-cotas-raciais.html>>. Acesso em: 23.12.2019. Em direção similar, Rodrigo Amorim (PSL-RJ) apresentou projeto de lei contra as cotas raciais nas universidades estaduais do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/deputado-que-quebrou-placa-de-marielle-quer-acabar-com-cotas-raciais-nas-universidades-do-rio-23650410>>. Acesso em: 23.12.2019.

O evento também debateu temas como a descolonização do conhecimento nas universidades e deu muita ênfase ao genocídio da juventude negra, além de ter aberto um guarda-chuva mais amplo, abarcando pautas que se relacionam às bandeiras do movimento negro. Tendo em vista ilustrar as pautas e propostas do encontro, mobilizo abaixo a tabela. Em seguida, falo sobre as agendas que considero mais importantes e as suas relações com outros movimentos sociais.

Tabela 13 – Propostas do 3º ENUNE	
1)	Construir uma campanha intitulada “AÇÕES AFIRMATIVAS POR INTEIRO”, a fim de reivindicar o aperfeiçoamento e a ampliação das políticas de acesso, permanência e pós-permanência dos estudantes assistidos pelas cotas raciais.
2)	Criação de OBSERVATÓRIOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) que possuam tais políticas.
3)	Organizar Circuitos Universitários de Arte e Cultura Negra, com o objetivo de dialogar com a auto-organização de jovens negros universitários e construir atividades culturais e artísticas conectadas com uma perspectiva afro centrada.
4)	Que a UNE desenvolva uma campanha contra a homofobia nas IES.
5)	Que a Diretoria de Combate ao Racismo da UNE e os estudantes negros se somem na campanha pela legalização do aborto, desenvolvida pela Diretoria de Mulheres da entidade; na medida em que a criminalização do aborto afeta principalmente as mulheres negras.
6)	Que a representação da UNE no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) defenda uma radical mudança na política de drogas vigente no período, objetivado o fim da violência associada ao tráfico de drogas e do encarceramento em massa que se abate sobre a juventude negra, considerando a redução de danos sociais e à saúde vinculado ao uso indiscriminado de drogas.
7)	30% de reserva de vagas para estudantes negros na direção da UNE, a ser aprovada no 52º CONUNE. Contudo, analisando o regimento do 53º, do 54º e do 55º CONUNE, observa-se que as cotas para negros inexistem ⁸⁰ , demonstrando que essa demanda não foi acolhida pela UNE em seu conjunto.

⁸⁰ A UNE dispõe 30 por cento de cotas para mulheres. De acordo com o regimento do 53º CONUNE, “Tanto na inscrição das chapas, quanto na indicação dos delegados através da proporcionalidade, é obrigatória a indicação de no mínimo 30% de mulheres”. Por sua vez, conforme o regimento do 54º Congresso dessa entidade: “Tanto na inscrição das chapas, quanto na indicação dos delegados através da proporcionalidade, é obrigatória a indicação

8) Que a UNE se some às lutas contra o Genocídio da juventude negra.
9) Que o movimento estudantil nacional junto aos movimentos negros, de juventudes e outras organizações populares articule no Brasil ações públicas de denúncia do Genocídio da juventude negra.
10) Convoca os estudantes negros para participar do 2º ENJUNE. Contudo, ele não ocorreu.
11) Realização de um ato contra o Genocídio da Juventude negra no 52º CONUNE.

Elaboração própria. Fonte: Resolução do 3º ENUNE.

Dentre as propostas apresentadas, destaco a número 6), que aponta para a necessidade de a UNE fazer uma reflexão mais aprofundada sobre a relação estabelecida entre a política de drogas de então e o encarceramento e extermínio da juventude negra. Ao conversar com um participante do evento à época⁸¹, notei que essa pauta se insere na resolução justamente pela presença de militantes antiproibicionistas no encontro.

Um deles, inclusive, quando era dirigente do DCE da UFBA entre 2009 a 2010, chegou a ser um dos fundadores do *Coletivo Ganja Livre*, grupo voltado para debater a descriminalização do uso de drogas na universidade e o antiproibicionismo. Em 2015 esse entrevistado também foi co-fundador da *Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)*⁸², revelando que a sua intervenção no movimento estudantil de alguma maneira contribuiu para a sua atuação em outros movimentos sociais.

Enquanto as edições anteriores do ENUNE se debruçaram, sobretudo, nas pautas estudantis, a 3ª edição, mais consolidada, ampliou o leque de pautas e incorporou a discussão sobre o antiproibicionismo e a guerra às drogas. Segundo o mesmo entrevistado:

de no mínimo 30% de mulheres, na tentativa de buscar a paridade de gênero”, e “A composição das chapas para a diretoria da UNE terão no mínimo a composição de 30% de mulheres”. Em termos comparativos, a pauta de mulheres se institucionalizou na UNE com mais “facilidade” do que as questões raciais. Portanto, se observa uma maior porosidade do ENUNE às pautas voltadas aos estudantes negros, mas os Congressos da UNE não são tão “permeáveis” às demandas que envolvem a partilha dos espaços de poder e decisão relacionados aos estudantes negros, mantendo o *status quo* sócio racial da entidade enquanto *instituição*. Essa é uma das facetas do *racismo institucional*.

⁸¹ Entrevista realizada em 2019.

⁸² “A Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas é uma organização da sociedade civil que atua, desde 2015, pela construção de uma agenda de justiça racial e econômica promovendo ações de advocacy em Direitos Humanos e propondo reformas na atual política de combate às drogas”. Disponível em: <<https://iniciativanegra.com.br/quem-somos/apresentacao>>. Acesso em: 23.12.2019.

Talvez o III encontro, mais consolidado, seja o momento em que a gente pôde abrir mais esse guarda chuva e pensar outras possibilidades que atingiam diretamente os estudantes, mas que não estavam necessariamente conectados com a pauta estudantil. A gente tinha visto essa possibilidade já que na lei que cria o CONAD, o Conselho Nacional de Drogas, tinha a cadeira da UNE... de a gente precisar qualificar isso, porque é uma pauta da sociedade brasileira não só a questão de raça como também a questão de drogas, já que as mesmas pessoas que não são envolvidas como comerciantes ou usuárias elas são afetadas pela opção brasileira do Estado pela guerra às drogas. Então ali a gente buscou dar um passo nesse processo de qualificar a intervenção no Conselho Nacional de Drogas, mas também de plantar as sementes dentro da própria UNE que pudesse ampliar a nossa visão sobre a questão das drogas, que é uma questão complexa, mas que convive com os jovens, convive com a universidade, convive com a sociedade, mas que a gente entendia naquele momento que precisava de uma qualificação, sobretudo do ponto de vista racial⁸³.

Também existiram outras aproximações com diversos movimentos sociais, como o feminista, reivindicando melhores condições para as mulheres negras que não têm recursos para pagar um aborto seguro – conforme o item 5) da resolução do 3º ENUNE.

Assim, fica nítido que a gestão 2009-2011 avançou muito em relação à questão racial não apenas na Diretoria de Combate ao Racismo ou no ENUNE, mas também na própria agenda geral da UNE e na interlocução com outros movimentos sociais. Por esse motivo, dedico um tópico específico para discorrer sobre principais ações dessa gestão e os seus embates externos e internos.

6.1. Quando a pauta racial ganha destaque: as especificidades da gestão 2009-2011

O Diretor de Combate ao Racismo dessa gestão afirmou que a pauta racial após a realização do segundo ENUNE ganhou mais destaque na própria UNE. Nesse sentido, ele diz:

Eu avalio de uma forma muito franca que o grande start se deu após 2009. Até 2008 nós estávamos ainda disputando junto com os militantes brancos a importância da agenda racial na agenda política da entidade⁸⁴.

⁸³ Entrevista realizada em 2019.

⁸⁴ Entrevista realizada em 2019.

Os embates no STF em torno na constitucionalidade das cotas raciais foram constantes e o então Diretor de Combate ao Racismo junto ao presidente da UNE tiveram a oportunidade de acompanhar os rumos desse debate na Suprema Corte. Para o dirigente da pasta de combate ao racismo da entidade à época, a aprovação da constitucionalidade das cotas raciais foi a principal agenda voltada para a educação no período.

Fruto desse ambiente político peculiar e fértil do ponto de vista da discussão sobre cotas raciais, emerge uma cartilha da UNE cujo título é *COMBATE AO RACISMO: ESSA LUTA NOS UNE*, com o objetivo de se somar na luta em prol do convencimento político da importância das cotas raciais. O tópico que se segue se dedica a apresentar esse documento.

6.2. Cartilha de combate ao racismo: uma ferramenta de pressão e convencimento

Um entrevistado afirmou que a construção dessa cartilha tinha o intuito de compartilhar os acúmulos em torno das ações afirmativas na entidade e promover o convencimento político internamente na UNE e externamente na própria sociedade. Publicada pela Diretoria de Combate ao Racismo, tal cartilha “é consequência de acúmulos outros, de acúmulos diferentes, acúmulos anteriores... ela não nasceu de si mesma e nem se encerrou de si mesma⁸⁵”. Ou seja, esse documento sistematizou diversas experiências e opiniões tanto do movimento estudantil quanto dos movimentos negros em relação às políticas afirmativas.

⁸⁵ Entrevista realizada em 2019.



Imagem 13 – Capa da Cartilha *Combate ao Racismo: Essa Luta nos UNE!*, publicada em 2011.

Fonte: arquivo pessoal.

Com o frame “COMBATE AO RACISMO: ESSA LUTA NOS UNE!”, a cartilha apresenta didaticamente as definições de racismo e das ações afirmativas como uma forma de “ensinar” os estudantes e os dirigentes da UNE sobre a importância de refletir sobre as práticas racistas e propor soluções para saná-las nas universidades – como as cotas raciais. Trata-se de um documento extenso, contendo vinte e duas páginas com uma variedade de temas.

Defendendo o direito às diferenças como um pilar relevante para a democratização do ensino superior, a cartilha em questão apresenta reflexões importantes para classificar as práticas racistas e os mecanismos institucionais de exclusão racial nas universidades, como o *racismo institucional* (ALMEIDA, 2018). Em uma linguagem esquemática e simples, esse documento define o que é racismo e explica como ele deve ser combatido na academia. A foto abaixo ilustra a robustez teórica da cartilha, que já em 2011 entendia as diversas formas de racismo⁸⁶:

⁸⁶ O livro *O que é Racismo Estrutural?*, de Silvio Almeida, contém uma reflexão mais aprofundada sobre o racismo individual e institucional. Ele foi publicado em 2018.

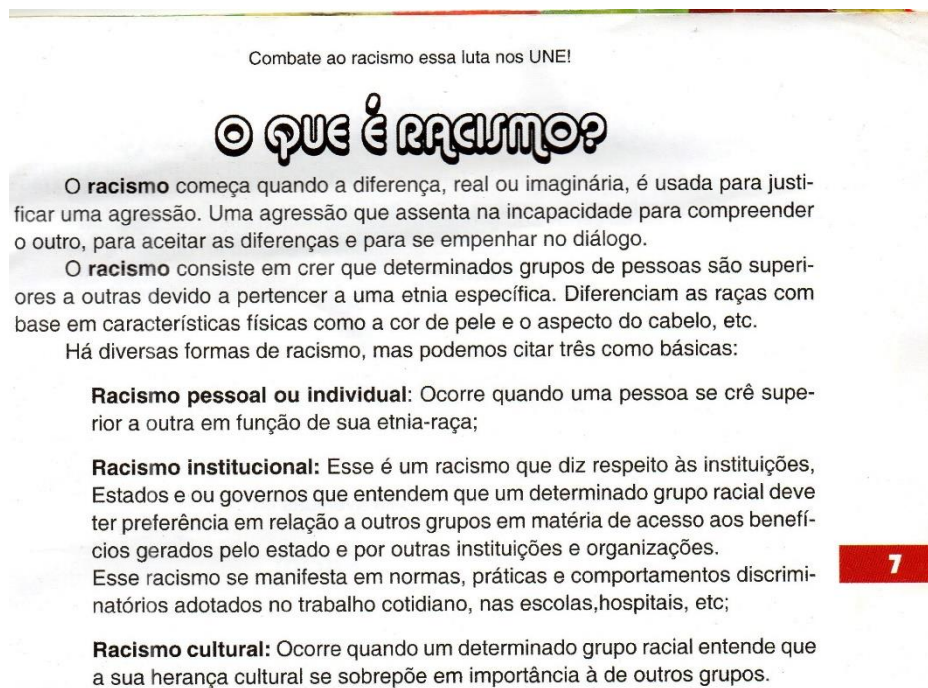


Imagem 14 – Definições do racismo. Fonte: Cartilha *COMBATE AO RACISMO: ESSA LUTA NOS UNE!*

Ela também traz recomendações sobre como proceder para combater o racismo. O tópico *ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DO RACISMO E DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NAS UNIVERSIDADES* aponta cinco eixos que merecem ser destacados:

Tabela 14 – Estratégias para o enfrentamento ao racismo nas universidades
1) Formação de coletivos de estudantes negros com o objetivo de discutir e apresentar à comunidade acadêmica os limites e desafios da questão racial.
2) Denunciar os casos de racismo nos serviços de ouvidoria das Instituições de Ensino Superior (IES).
3) Reivindicar que a representação estudantil dos órgãos colegiados das IES defenda a implementação de cotas étnico-raciais nos processos seletivos para a contratação de professores.
4) Promover campanhas de mobilização e conscientização contrárias ao racismo.
5) Implementar diretorias ou coordenadorias de combate ao racismo nos DAs, CAs e DCEs das universidades.

Fonte: Cartilha *COMBATE AO RACISMO: ESSA LUTA NOS UNE!*. Elaboração própria.

Ademais, o documento apresenta um tópico dedicado a evidenciar argumentos favoráveis às políticas afirmativas educacionais, cujo título é *POR QUE DEFENDEMOS COTAS RACIAIS?*. Por se tratarem de argumentos que estavam disputando a legitimidade das cotas na época, elaborei uma tabela elencando-os:

Tabela 15 – Motivos para defender as cotas raciais	
1)	Após o fim da escravização formal das pessoas negras em 1888, o Brasil instituiu cotas para a distribuição de terras com a finalidade de incentivar a chegada de imigrantes europeus. Contudo, nada foi feito para reparar as desigualdades sociais e garantir o direito à cidadania aos ex-escravizados e os seus descendentes.
2)	A discussão em torno das cotas raciais colocou na agenda pública nacional a denúncia de um ensino superior elitista, que exclui os negros dos seus quadros estudantis.
3)	O debate acerca das cotas raciais desmascarou o “mito da democracia racial” e evidenciou o racismo existente no país.
4)	Hoje (2011) existem mais de 70 IES que já adotam algum sistema de cotas étnico-raciais para garantir o acesso ao ensino superior.
5)	Em um território onde 51% da população é negra e apenas 2% encontram-se nas universidades públicas, as políticas afirmativas, como as cotas raciais, promovem a cidadania dessa população – que historicamente foi excluída da educação formal.
6)	A Constituição Federal prevê ações afirmativas como ferramentas de proteção social, cuja finalidade é “remediar e transformar o legado de um passado discriminatório”.
7)	A importância das cotas está para além da educação superior. Elas também têm impacto na inclusão dos negros no mercado de trabalho.

Elaboração própria. Fonte: Cartilha *COMBATE AO RACISMO: ESSA LUTA NOS UNE!*

Chama atenção a maturidade de tais argumentos, que revelam um acúmulo teórico e militante em torno da necessidade das cotas raciais enquanto uma ferramenta de reparação racial. Por fim, mobilizo um tópico da cartilha muito interessante, que reflete sobre os 10

*MITOS SOBRE AS COTAS RACIAIS*⁸⁷. Nele, ela faz a sistematização de argumentos contrários às cotas para, em seguida, refutá-los. Eles são extremamente relevantes para compreender o que estava em jogo no período, por isso dedico algumas páginas para revelar as suas contribuições. Vejamos:

Tabela 16 – argumentos contra e a favor das cotas raciais

Argumentos contra as cotas raciais	Argumentos favoráveis às cotas raciais
1) “As cotas ferem o princípio da igualdade, tal como definido no art. 5º da Constituição, pelo qual “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”. São, portanto, inconstitucionais” (p. 5).	“Na visão, entre outros juristas, dos Ministros do STF, Marco Aurélio Mello, Antonio Bandeira de Mello e Joaquim Barbosa Gomes, o princípio constitucional da igualdade, contido no art. 5º, refere-se à igualdade formal de todos os cidadãos perante a lei. A igualdade de fato é tão-somente um alvo a ser atingido, devendo ser promovida, garantindo a igualdade de oportunidades como manda o art. 3º da mesma Constituição Federal. As políticas de afirmação de direitos são, portanto, constitucionais e absolutamente necessárias” (p. 15).
2) “As cotas vão fazer da nossa sociedade uma sociedade racista” (p. 15).	“O Brasil está longe de ser uma democracia racial. No mercado de trabalho, na política, na educação, em todos os âmbitos, os negros e negras têm menos oportunidades e possibilidades que a população branca. O racismo no Brasil está imbricado nas instituições públicas e privadas. E age de forma silenciosa. As cotas não criam o racismo. Ele já existe. As cotas ajudam a colocar em debate sua perversa presença, funcionando como uma preventiva medida anti-racista” (p. 15).
3) As cotas vão favorecer os negros e discriminar ainda mais os brancos pobres (p. 16).	“Esta é, quiçá, uma das mais perversas falácias contra as cotas. O projeto atualmente tramitado na Câmara dos Deputados, PL 73/99, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, favorece aos alunos oriundos de escolas públicas, colocando como requisito

⁸⁷ Na verdade, ao analisar o documento, só havia 9 mitos. Talvez tenha tido um erro de redação na publicação da cartilha.

	<p>uma representatividade racial e étnica equivalente à existente na região onde está situada cada universidade. Trata-se de uma criativa proposta onde se combinam os critérios sociais, raciais e étnicos” (p. 16).</p> <p>É curioso notar que a atual “Lei de Cotas”, como defendido pelo projeto, combina critérios raciais, étnicos e sociais em conformidade com a proporcionalidade étnico-racial em cada região do país, baseando-se nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</p>
4) “As cotas baixam o nível acadêmico de nossas universidades” (p. 16).	<p>“Diversos estudos mostram que, nas universidades onde as cotas foram implementadas, não houve perda na qualidade do ensino. [...]. Universidades que adotaram cotas (como a UNEB, UNB, UFBA e UERJ) demonstraram que o desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas é o mesmo, não havendo diferenças consideráveis” (p. 16).</p>
5) “As cotas não podem incluir critérios raciais ou étnicos devido ao alto grau de miscigenação da sociedade brasileira, que impossibilita distinguir quem é negro ou branco no país” (p. 17).	<p>“Somos, sem dúvida nenhuma, uma sociedade mestiça, mas o valor dessa mestiçagem é meramente retórico no Brasil. Na cotidianidade, as pessoas são discriminadas por sua cor, sua etnia, sua origem, seu sotaque, seu sexo e sua opção sexual. Quando se trata de fazer uma política pública de afirmação de direitos, nossa cor magicamente se desmancha. Mas, quando pretendemos obter um emprego, uma vaga na universidade ou, simplesmente, não ser constrangidos por arbitrariedades de todo tipo, nossa cor torna-se um fator crucial para a vantagem de alguns e desvantagem de outros. A população negra é discriminada porque grande parte dela é pobre, mas também pela cor da sua pele. No Brasil, quase a metade da população é negra. E grande parte dela é pobre, discriminada e excluída. Isso não é uma mera coincidência” (p. 17).</p>
6) “As cotas são inúteis porque o problema não é o acesso,	<p>“Cotas e estratégias efetivas de permanência fazem parte de uma mesma política pública. Não se trata de fazer uma ou outra, senão</p>

senão a permanência” (p. 17).	ambas. Não se trata de fazer uma escolha entre elas, senão pensa-las juntas” (p. 17).
7) “A sociedade brasileira é contra as cotas”⁸⁸ (p. 18).	“Diversas pesquisas de opinião mostram que houve um progressivo e contundente reconhecimento da importância das cotas na sociedade brasileira. Mais da metade dos reitores e reitoras das universidades federais, segundo ANDIFES, já é favorável às cotas. Pesquisas realizadas pelo Programa de Políticas da Cor, na ANPED e na ANPOCS, duas das mais importantes associações científicas do Brasil, bem como diversas universidades públicas, mostram o apoio da comunidade acadêmica às cotas, inclusive entre os professores dos cursos denominados “mais competitivos” (medicina, direito, engenharia etc.)” (p. 18).
8) “As cotas constituem uma medida inócua, porque o verdadeiro problema é a péssima qualidade do ensino público no país” (p. 18).	“É um grande erro pensar que, no campo das políticas públicas democráticas, os avanços se reproduzem por etapas sequenciais; primeiro melhora-se a qualidade da educação básica e depois democratiza-se a universidade. [...]. Ambos os desafios são urgentes e precisam ser assumidos enfaticamente de forma simultânea. A educação deve melhorar sua qualidade (em todos os níveis) e ser mais democrática (em todos os níveis)” (p. 18).
9) “As cotas são prejudiciais para os próprios negros, já que os estigmatizam como sendo incompetentes e não merecedores do lugar que ocupam nas universidades” (p. 18).	“Argumentações desse tipo não são frequentes entre a população negra e, menos ainda, entre alunos e alunas cotistas. As cotas são consideradas por eles como uma vitória democrática, não como uma derrota na sua auto-estima. Ser cotista hoje é um orgulho para estes alunos e alunas. Porque, nessa condição,

⁸⁸ Feres Jr e Daflon (2015, p. 98-99) também desmistificam essa fala, na medida em que atestam que: “Pesquisas nacionais conduzidas no Brasil têm indicado que a opinião pública está dividida no que diz respeito às ações afirmativas (Datafolha, 2008). Um *survey* realizado em 2006 mostrou, por exemplo, que a maioria dos brasileiros é favorável a essas medidas – 65% a favor das cotas raciais e 87% das cotas sociais (Uol, 2006). No entanto, a cobertura dessas políticas pela mídia dá a falsa impressão de que posições contrárias superam as favoráveis, uma vez que os detratores das ações afirmativas ocupam mais espaço do que os seus defensores (Campos, Feres Jr. e Daflon, 2011)”.

	há um passado de lutas, de sofrimento, de derrotas e também de conquistas”(p. 18).
--	--

Elaboração própria. Fonte: Cartilha *COMBATE AO RACISMO: ESSA LUTA NOS UNE!*

Portanto, trata-se de um documento importante, que buscou influenciar nos rumos dos debates sobre cotas raciais, descontruindo os seus mitos e instrumentalizando os estudantes negros para o enfrentamento ao racismo. De acordo com o ex-Diretor de Combate ao Racismo dessa gestão da UNE, a cartilha teve forte impacto na entidade. Para ele, a construção do mote que orienta a cartilha teria a capacidade de “produzir unidade na luta política da entidade”. O mote *COMBATE AO RACISMO: ESSA LUTA NOS UNE!* marcou essa gestão e influenciou na linha política das gestões e dos ENUNEs subsequentes.

Já segundo o Diretor de Combate ao Racismo da gestão seguinte, o período de discussão sobre a constitucionalidade das cotas raciais “[...] foi o momento auge da aliança entre o movimento negro e o movimento estudantil”, pois a UNE conseguiu debater nas universidades do país a necessidade de as cotas raciais serem aprovadas, muitas vezes em localidades onde o movimento negro tradicional não tinha inserção. Isso pode ser observado na citação abaixo:

[...] enquanto a turma da EDUCAFRO⁸⁹ estava no Congresso Nacional fazendo greve de fome, estava se acorrentando em frente ao Supremo, a turma da UNE estava fazendo incidência no Congresso Nacional. Enquanto você tinha organizações do movimento negro fazendo greve de fome, no Supremo a UNE também estava pedindo reunião com os ministros pra incidir sobre a constitucionalidade das ações afirmativas. Então houve um momento muito importante e a UNE cumpriu um papel muito importante. Eu acredito que tenha sido essencial pra aprovação da “Lei de Cotas” e também para a disputa desse debate na sociedade, né? A UNE tem muito mais capilaridade, o movimento estudantil tem muito mais capilaridade que o movimento negro brasileiro. E aí quando você conecta essas duas agendas, você conecta essa política, essa agenda central do movimento negro, e traz ela pra o movimento estudantil, e o movimento estudantil entende: “olha, nós só vamos ter vitória se a gente caminhar junto”. Então isso foi um dos elementos fundamentais do sucesso nesse período.

⁸⁹ De acordo com o seu site “O objetivo geral da EDUCAFRO é reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para população pobre e afro-brasileira”. Disponível em: <<https://www.educafro.org.br/site/conheca-educafro/>>. Acesso em: 08.01.2020.

Ele acompanhou parte das discussões sobre a constitucionalidade dessa política quando participou do movimento estudantil e vivenciou a aprovação da “Lei de Cotas”. O próximo tópico se dedica a explorar as ações da UNE na sua gestão.

7. Gestão 2011-2013: a realização da plenária dos negros e negras no CONUNE

Numa gestão marcada pela aprovação da “Lei de Cotas”, o então Diretor de Combate ao Racismo afirmou que geralmente não tinha recursos para viajar pelo país com passagens aéreas e não dispunha de ajuda de custo ou liberação para construir as agendas da UNE. Quando havia uma atividade para participar, ia sempre de ônibus.

Em que pese ele tenha acompanhado um momento importante para a pauta racial na sociedade, a sua gestão foi marcada por grandes problemas de estrutura para tocar a agenda negra na entidade. Devido a não prioridade política concedida à Diretoria de Combate ao Racismo tanto por parte da organização discente da qual ele fazia parte (Coletivo Kizomba) quanto pela gestão da UNE, esse dirigente não conseguiu realizar o ENUNE nesse período. Segundo ele:

Em relação ao ENUNE, a gente tinha apresentado o projeto. Nós tínhamos o projeto. A previsão era que o ENUNE acontecesse na UFRB⁹⁰, mas quando o Congresso da UNE foi antecipado [...] isso ia comprometer profundamente a nossa tiragem de delegados para o Congresso da UNE. Então a organização ela preferiu não viabilizar... não realizar esse encontro⁹¹.

A esse respeito, o mesmo entrevistado é taxativo quando se fala da não prioridade política dada às questões raciais dentro das organizações do movimento estudantil e da própria UNE. Ele observa que tais organizações podem incorporar a discussão racial nos textos e resoluções, mas do ponto de vista prático, em geral, fazem pouco caso em relação às pautas antirracistas. Segundo ele:

[...] as organizações se comprometem com a questão racial. Falam que é importante, que é central, mas não incluem os [...] negros nos espaços de poder. Não dão condições efetivas pra que esses negros atuem politicamente

⁹⁰ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

⁹¹ Entrevista realizada em 2019.

com iguais condições que os brancos. Eu acho que esse é o cerne das disputas dentro das organizações do movimento estudantil.

Por conta disso, como uma forma de preencher uma lacuna ao não realizar o ENUNE, a Diretoria de Combate ao Racismo realizou no Congresso da UNE de 2013 uma plenária que reuniu diversos estudantes para debater os rumos das políticas afirmativas e da questão racial na UNE. Na época, eu tive a oportunidade de participar desse Congresso enquanto delegado eleito pela UFBA e acompanhei as discussões feitas na plenária. A foto abaixo ilustra os objetivos dessa atividade:

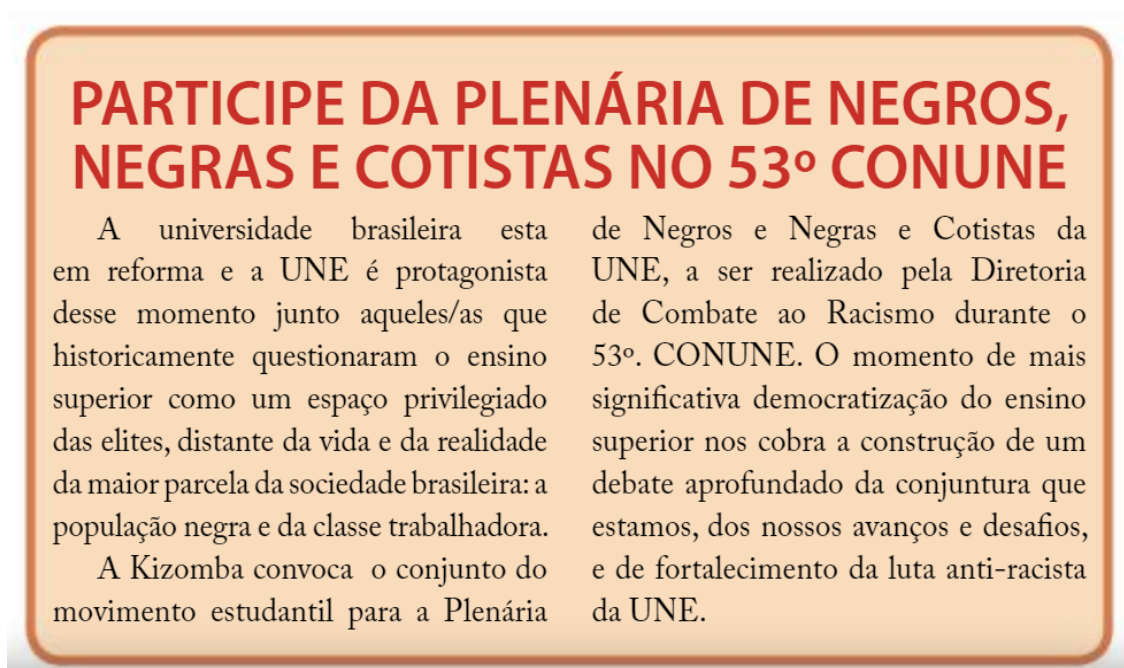


Imagem 15 – Trecho do *Jornal da Kizomba*, nº 9. Disponível em: <<https://issuu.com/marcelocoelho2/docs/jornalkizomba09>>. Acesso em: 26.12.2019.

Como não ocorreu o ENUNE nessa gestão, o entrevistado citado ajudou a coordenar a sua quarta edição, que contou com uma ampla e diversa programação, ampliando o debate racial para além das universidades e faculdades.

8. 4º ENUNE: O Genocídio da Juventude Negra na agenda da UNE

O 4º ENUNE ocorreu em abril de 2015 no bairro do Cabula, em Salvador, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e contou com a presença de mais de seiscentos participantes vindos de várias regiões do país. De acordo com o seu documento final⁹², o evento aconteceu em um bairro onde treze jovens foram mortos pela ação da Polícia Militar.

Chama a atenção o fato de que, no decorrer dos três dias de atividades, ocorreram diversas críticas à uma fala polêmica do Governador da Bahia, Rui Costa do PT, em relação às mortes de tais jovens. De acordo com matéria publicada no site do Jornal *Correio*, o Governador disse:

[...] é preciso, em poucos segundos, "ter a frieza e a calma necessárias para tomar a decisão certa". "É como um artilheiro em frente ao gol que tenta decidir, em alguns segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol, pra fazer o gol", comparou⁹³.

Essa fala foi feita numa coletiva de apresentação da *Operação Paz e Folia*, promovida pela Secretaria de Segurança Pública durante o Carnaval de 2015. Ela foi aplaudida por vários policiais. Contudo, os movimentos negros se posicionaram fortemente contrários a ela, ocasionando profundo desgaste do governo estadual com esses grupos. Por conta disso, a resolução do encontro fez duras críticas à política de Segurança Pública vigente naquele contexto e afirmou que a morte desses jovens foi consequência da “política de guerra às drogas” que atinge as periferias do Brasil.

Por sua vez, é interessante observar que o encontro ampliou as suas pautas para além das políticas afirmativas, abarcando um tema mais amplo: *O Brasil que queremos para a população negra*.

⁹² *Carta do Cabula*, 2015. Fonte: acervo pessoal. Acesso em: 01.01.2020.

⁹³ Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/e-como-um-artilheiro-em-frente-ao-gol-diz-rui-costa-sobre-acao-da-pm-com-doze-mortos-no-cabula/>>. Acesso em: 01.01.2019.



Imagem 16 – Banner de divulgação do 4º ENUNE. Fonte: arquivo pessoal.

A carta final do encontro realizou uma série de avaliações sobre o contexto educacional e a questão racial, a relação entre raça e classe e o papel dos movimentos negros na luta contra o racismo. Também apontou alguns encaminhamentos que são destacados na tabela abaixo:

Tabela 17 – Encaminhamentos do 4º ENUNE	
1)	Que a UNE se alie aos movimentos negros em defesa da desmilitarização da política e das polícias, contra a redução da maioria penal e se some nas reivindicações em prol da descriminalização, legalização e regulamentação das drogas.
2)	Que a entidade combata o racismo dentro e fora das universidades.
3)	Que a UNE lute, por meio de uma Constituinte Negra e Popular, contra os corruptos e corruptores e combata o financiamento privado de campanhas.
4)	Que a entidade defenda a implementação da Lei 10.639 nas escolas, como uma forma de conscientizar os estudantes sobre a importância da cultura negra.
5)	Que a UNE defenda as políticas de permanência estudantil.
6)	Em defesa das cotas na pós-graduação.

7) Garantir cotas em todas as universidades públicas estaduais, como na Universidade de São Paulo (USP).
8) Que a UNE impulsione a construção de comitês ou coletivos de pessoas negras para enfrentar o racismo e impulsionar uma Reforma Política Negra e Popular.

Elaboração própria. Fonte: *Carta do Cabula*, 2015.

Ao analisar as pautas, se observa que duas demandas aparecem com maior evidência: a necessidade de se transformar a política de Segurança Pública; e a importância de se realizar uma Reforma Política – talvez como fruto das manifestações de Junho de 2013, que questionavam a corrupção e os corruptores. Essas pautas ganharam relevo, pois aquele contexto foi marcado tanto pela “Chacina do Cabula” quanto pela realização da Campanha em prol do *Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político*⁹⁴.

Além disso, em comparação com as edições anteriores, a política de cotas raciais na graduação aparece relativamente “superada”, abrindo espaço para a defesa das cotas raciais na pós-graduação e abarcando com força reivindicações mais amplas para combater o racismo, como a luta contra o genocídio da população negra.

O 4º ENUNE marca uma transformação nos repertórios dos encontros, na medida em que também contou com a realização da primeira edição do Festival Nacional de Cultura e Juventude Negra, cujo mote foi *TUDO NOSSO, NADA DELES. NOSSA CULTURA, NOSSA IDENTIDADE*⁹⁵. A foto abaixo ilustra a chamada para o festival:

⁹⁴ Disponível em: <<https://une.org.br/2014/05/plebiscito-por-uma-constituente-exclusiva-ganha-forca-pelo-pais/>>. Acesso em: 01.01.2020.

⁹⁵ O seu manifesto de fundação foi assinado por diversas organizações, tais como “ACBANTU, MNU, UNEGRO, ENEGRECER, CEN, CMA HIP HOP, CONEN, LEVANTE POPULAR”. Isso denota a forte presença dos movimentos negros e juvenis na construção do encontro. Disponível em: <<https://democraciasocialista.org.br/publicado-no-portal-da-fundacao-perseu-abramo-www-fpabramo-org-br-os-representantes-regionais-do-pt-aprovaram-durante-a-reuniao-nesta-segunda-feira-30-o-manifesto-dos-diretorios-regionais-em/>>. Acesso em: 01.01.2020.



Imagem 17 – divulgação do Festival de Cultura e Juventude Negra. Fonte: acervo pessoal.

Esse festival dispôs de uma programação diversificada⁹⁶, abrangendo atividades de grafitti, música, Hip-Hop, Afoxé, oficina de turbante, etc. O diálogo com a cultura popular esteve presente durante todos os dias de realização dessa atividade. Por meio de um retrospecto histórico, o “Manifesto” desse encontro reconhece que os movimentos negros contribuíram decisivamente para a expressão da cultura negra e para enfrentar o racismo:

Nos anos 40 criou-se no Brasil uma experiência chamada “Teatro Experimental do negro” com arte, teatro, música e outras interações combatia-se o racismo. Nos anos 70 o surgimento do Ilê Aiyê no Carnaval da Bahia representa outra marca significativa de protesto contra o racismo dentro da maior festa brasileira. Mais recentemente, o bando de teatro Olodum tem feito um trabalho reconhecido e repercutido nacionalmente. As expressões culturais e formatos são variadíssimas⁹⁷.

⁹⁶ Para mais informações sobre a programação, acessar: <<https://une.org.br/2015/03/iv-enune-traz-programacao-diversificada-com-convidados-especiais/>>. Acesso em: 02.01.2020.

⁹⁷ Disponível em: <<https://democraciasocialista.org.br/publicado-no-portal-da-fundacao-perseu-abramo-www-fpabramo-org-br-os-representantes-regionais-do-pt-aprovaram-durante-a-reuniao-nesta-segunda-feira-30-o-manifesto-dos-diretorios-regionais-em/>>. Acesso em: 02.01.2020.

A cultura, portanto, emerge como uma ferramenta para desconstruir o racismo que se abate sob a população negra, sendo essa uma renovada estratégia adotada pelos Encontros de Negros, Negras e Cotistas da UNE.

Outra inovação importante nos repertório do ENUNE foi a realização de um protesto ao final do encontro numa encruzilhada próximo à UNEB, como objetivo de se contrapor ao Genocídio da Juventude Negra. Esse ato chamou a atenção da mídia local, como do Jornal *A Tarde*, que publicou matéria intitulada *ESTUDANTES LEMBRAM VÍTIMAS DO CABULA EM ATO CONTRA A VIOLÊNCIA*⁹⁸. De acordo com o jornal:

Cerca de 600 estudantes realizaram, na tarde deste domingo, 5, um ato pelo fim da violência contra a juventude negra e contra a PEC da Maioridade Penal, nas proximidades da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). O movimento ainda prestou solidariedade às famílias dos 12 mortos em ação policial no bairro do Cabula, em Salvador, no dia 6 de fevereiro deste ano. Eles desenharam corpos no chão e fizeram um minuto de silêncio em homenagem às vítimas.

De acordo com Rios (2012), os protestos são fonte privilegiada de análise dos movimentos sociais, constituindo-se como uma tática que compõe o repertório de ação dos movimentos negros brasileiros:

O protesto – como as marchas, passeatas, paradas, ocupações e desfiles pelas ruas –, nos ensina Tilly, assume franco objetivo de ser evento público, cuja função é chamar a atenção da sociedade e das autoridades, preferencialmente através dos holofotes ou das notícias impressas através das quais ganham mais visibilidade. Mais importante do que isso, os atos públicos são fontes privilegiadas para apreender o movimento como um todo: as alianças, as bandeiras, os oponentes, as organizações, as lideranças, os símbolos, as identidades coletivas e os discursos (RIOS, 2012, p. 41-42).

Nesse sentido, a partir das contribuições dessa autora e da análise da matéria do Jornal *A Tarde*, é possível evidenciar que a *performance* do protesto revela que os estudantes se mostraram contrários às mortes dos jovens assassinados no Cabula. Por meio de gritos de ordem contra o Genocídio da Juventude Negra, cartazes e corpos desenhados no chão, os participantes

⁹⁸ Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1671755-estudantes-lembram-vitimas-do-cabula-em-ato-contra-violencia>>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

ali presentes dialogaram com a população e as mídias locais em relação ao ocorrido. No ato, foi possível identificar diversas organizações de juventude que participaram do encontro, como o Levante Popular da Juventude, a UJS, o Coletivo Enegrecer, o RUA e o Coletivo Kizomba. A partir de então, todos os ENUNEs passaram a organizar atos de rua após as suas atividades.



Imagem 18 – Ato dos estudantes no 4º ENUNE, em 2015. Fonte: arquivo pessoal.

9. A gestão 2015-2017 e a massificação do ENUNE

O 5º ENUNE ocorreu no Centro de Esportes da UFBA, em Salvador, no ano de 2016. Com o mote *MINHA PRESENÇA TE INCOMODA? CONQUISTAR DIREITOS E AFRONTAR O RACISMO*, o evento contou com uma programação diversificada e mobilizou mais de dois mil estudantes de todo o país – sendo o maior realizado na história da UNE.

Analisando o mote, é possível afirmar que a frase “*MINHA PRESENÇA TE INCOMODA?*” é uma pergunta provocativa que se apresenta numa clara polarização com aqueles que são contrários às políticas de ações afirmativas nas universidades – como as cotas raciais. Já a frase seguinte “*CONQUISTAR DIREITOS E AFRONTAR O RACISMO*” alerta os estudantes negros e cotistas para a necessidade da ação, advogando que aqueles que entraram nas universidades via políticas afirmativas devem afrontar as práticas racistas cotidianamente.

De alguma maneira, esse mote esteve presente na programação⁹⁹ do ENUNE, que encontra-se abaixo:

“SEXTA-FEIRA [05/08]

17h – 18h30: Abertura

18:30 – Atividade Cultural

19h – Mesa de Conjuntura: CONQUISTAR DIREITOS E AFRONTAR O RACISMO: O PAPEL DA POPULAÇÃO NEGRA NA AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA E NA LUTA CONTRA O AJUSTE FISCAL

21h às 1h Atividade Cultural

SÁBADO [06/08]

7h às 8h – Café da manhã

9h às 11h – MESA: NOVAS LINGUAGENS PARA A LUTA ANTIRRACISTA

11 h às 13 h – MESA: HISTÓRIAS INVISÍVEIS: A IMPORTÂNCIA DA MULHER NEGRA PARA A SOCIEDADE

14h às 16h – GRUPOS DE DISCUSSÃO (Gds)

1 – Racismo, Segurança Pública e Guerra às Drogas: o que está por trás do Genocídio e Encarceramento da Juventude Negra?

2 – Por uma educação antirracista: políticas educacionais sob a ótica da população negra

3 – Pela afirmação da nossa ancestralidade: Comunidades tradicionais e religiões de matriz africana

4 – Divisão racial do trabalho: onde o capitalismo condiciona a população negra?

5 – Feminismo negro

6 – A luta pelos direitos LGBTs sob a perspectiva negra

7 – Enegrecimento do movimento estudantil: quais são as nossas tarefas?

8 – AFROFUTURISMO: a estética transgressora do movimento negro contemporâneo

9 – Racismo na saúde: desafios e perspectivas

10 – E se a cidade fosse nossa? A divisão racial das cidades e o papel da população negra na ocupação dos espaços públicos

16 às 17 h – jantar

17h às 20h – ATIVIDADES AUTO GESTIONADAS (programação festival)

21h às 1h: Atividade Cultural

DOMINGO [07/08]

7h às 8h – Café

⁹⁹ Disponível em: <<https://une.org.br/noticias/confira-a-programacao-do-5o-encontro-de-estudantes-negros-negras-e-cotistas-d/>>. Acesso em: 02.01.2020.

8:30h às 11h – ATO DE RUA: Ato contra o genocídio da população negra.

11h às 12h – Plenária final

12h às 13h – almoço”.

Como observado acima, o encontro dispôs de várias atividades, como a realização de três mesas principais, dez grupos de discussão e dois shows, contando com a presença das cantoras Larissa Luz e Preta Rara, e da Festa *BATEKOO*¹⁰⁰.

A mesa que mais despertou o interesse do público foi a intitulada *NOVAS LINGUAGENS PARA A LUTA ANTIRRACISTA*, cujos convidados foram Ivy Guedes, da Marcha do Empoderamento Crespo¹⁰¹; Eduardo Ribeiro, da INPPD; e Sandro Sussuarana, do Sarau da Onça¹⁰². Esses palestrantes representam diferentes formas de ativismo, que não necessariamente seguem os mesmos formatos tradicionais do movimento negro. Talvez, por conta disso, tal mesa tenha atraído mais participantes.



Imagem 19 – Público que participou da mesa *NOVAS LINGUAGENS PARA A LUTA ANTIRRACISTA*. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/une/28798874861/in/album-72157671331332972/>>. Acesso em: 02.01.2020.

¹⁰⁰ De acordo com matéria publicada no site da empresa Red Bull: “Criada em 2014, em Salvador, a BATEKOO começou como uma festa despretenhosa e acabou tornando-se um importante manifesto do movimento negro e LGBTQIA+ no Brasil. “Um movimento que se expressa através da dança, da música, da pele preta, suor, da liberdade corporal e sexual, da cultura negra, periférica e urbana”, como eles mesmos se definem”. Ou seja, trata-se de uma inovadora forma de protesto que se performa através das festas e da música negra e que o 5º ENUNE conseguiu dialogar. Disponível em: <<https://www.redbull.com/br-pt/music/rbm-sp-batekoo-inspire-the-night>>. Acesso em: 02.01.2019.

¹⁰¹ Para mais informações: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/marcha-do-empoderamento-crespo-reune-cerca-de-tres-mil-pessoas-em-salvador/>>. Acesso em: 02.01.2020.

¹⁰² Para mais informações: <<https://correionago.com.br/portal/sarau-da-onca-um-arra tao-de-informacao/>>. Acesso em: 02.01.2020.

Uma característica marcante do 5º ENUNE foi o banner da sua divulgação, veiculado na página da Diretoria de Combate ao Racismo no Facebook. Uma jovem mulher negra, com uma conta de Ogum e o cabelo *Black Power* tingido de azul e repleto de favelas, é um símbolo vibrante que reflete um novo perfil estudantil universitário. Essa arte emerge em um contexto onde o feminismo negro estava cada vez mais forte, bem como a ascensão da “geração tombamento” e as novas formas de ativismo antirracista. Em conversas com ex-participantes, esse *enquadramento* contribuiu para que as pessoas despertassem interesse em ir ao encontro.

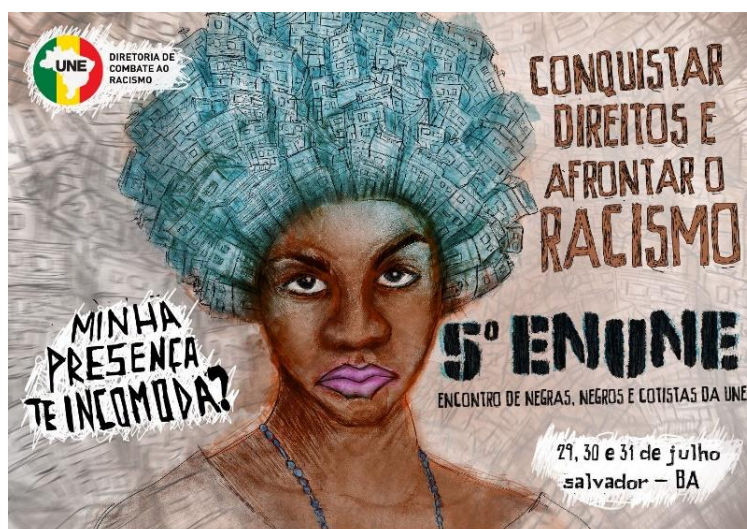


Imagem 20 – Banner de divulgação do 5º ENUNE. Fonte: Acervo pessoal¹⁰³.

Como uma herança da quarta edição, o 5º ENUNE também contou com a realização do Festival de Cultura e Juventude Negra, cujo título foi *AFROTOMBAMENTO*. O momento da luta antirracista no país estava repleto de novas iniciativas antirracistas, como as Festas da Batekoo na Bahia e a influência da cantora Karol Conka. É nesse contexto que emerge a “geração tombamento”, onde a estética é muito presente e se mostra como uma forma de protesto manifesta pelos cabelos crespos coloridos, uso de turbantes e roupas com estampas étnicas, etc.

¹⁰³ Observação: a data do encontro foi modificada para 5 a 7 de agosto de 2016 após a divulgação desse banner, que foi o primeiro. O escolhi para pôr aqui, pois ele teve mais de 280 compartilhamentos na página da Diretoria de Combate ao Racismo da UNE no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/povonegronaune/photos/a.874953605873890/1102521016450480/?type=3&theater>>. Acesso em: 02.01.2020.



Imagem 21 – Banner de divulgação do 2º Festival Nacional de Cultura e Juventude Negra. Fonte: acervo pessoal.

A plenária final do 5º ENUNE aprovou uma série de encaminhamentos que refletiram o contexto político em que o evento estava inserido, dando forte ênfase ao “Fora Temer” e ao combate ao Golpe de 2016. A tabela abaixo ilustra as preocupações do encontro, refletidas no seu documento final, chamado *Carta de Salvador*¹⁰⁴:

Tabela 18 – Encaminhamentos do 5º ENUNE
1) Contra o Golpe de 2016 e pelo “Fora Temer”.
2) Em defesa das políticas de permanência estudantil e pela ampliação do Plano Nacional de Assistência Estudantil.
3) Em defesa das cotas raciais na USP.
4) Contra o Projeto “Escola Sem Partido”.
5) Por uma maior representatividade dos negros na política.
6) Em defesa da Soberania Popular.

Elaboração própria.

¹⁰⁴ Fonte: acervo pessoal.

Ao final do evento, ocorreu um ato numa encruzilhada próxima ao Bairro de Ondina. Esse protesto saiu em marcha do Centro de Esportes da UFBA, passando pela encruzilhada de Ondina e retornando ao Centro. Com os gritos “Enegrecer a Revolução”, “Povo negro unido, é povo negro forte. Não teme a luta, não teme a morte”, esse ato levantou pautas como a luta contra o Golpe de 2016, a reivindicação em torno do Fora Temer e a luta contra o Genocídio da Juventude Negra.



Imagem 22 – Ato do 5º ENUNE. Fonte: arquivo pessoal.

Um ponto polêmico desse encontro foi a falta de estrutura financeira para custear as suas atividades. Assim, houve algumas críticas direcionadas nesse sentido, como a Nota de Repúdio ao 5º ENUNE¹⁰⁵ publicada na página do Facebook do Grupo *PORQUE A USP NÃO TEM COTAS?*, que questionou os problemas do encontro, sobretudo relacionados à falta de estrutura e organização.

A partir da observação participante nesse encontro, creio ser importante ressaltar que os ENUNEs recebem poucos recursos da UNE, sendo que a Diretoria de Combate ao Racismo muitas vezes é a responsável por estabelecer parcerias institucionais com universidades, secretarias do governo estadual ou federal a fim de captar recursos. A crítica do coletivo em questão mira na falta de estrutura do evento, mas desconhece que na própria UNE o ENUNE

¹⁰⁵ Disponível em:

<https://www.facebook.com/search/top/?q=nota%20de%20rep%C3%BAdio%20enune&epa=SEARCH_BOX>.
Acesso em: 02.01.2019.

assume um lugar periférico em termos de acesso aos recursos financeiros e organizacionais. É importante ressaltar que o sucesso ou fracasso do evento fica a cargo da Diretoria de Combate ao Racismo, não da entidade em seu conjunto.

Contudo, apesar desses problemas, o 5º ENUNE saiu com um saldo muito positivo, reunindo diversos grupos, como empreendedores negros, trançadeiras, cantores de Hip-Hop, artistas negras famosas, etc. Por conta dessa diversidade e da expressiva mobilização do evento, esse ENUNE foi palco de uma mini série documental chamada *TRAVESIAS NEGRAS*¹⁰⁶, dirigida pelo documentarista baiano Antônio Olavo¹⁰⁷.

A gestão 2015-2017 também foi marcada por outros eventos em que a pauta racial apareceu com centralidade, como o 7º Encontro de Mulheres Estudantes (EME). Nele, houve a participação de importantes lideranças do movimento social, como a Marielle Franco do PSOL, que na época ainda não era vereadora. Por conta das polêmicas relativas à questão racial nesse evento, falarei no próximo tópico sobre esse EME e as tensões raciais nele inseridas.

10. Um EME enegrecido e uma contradição colocada

O 7º EME ocorreu no ano de 2016, muito próximo à primeira votação pelo *impeachment* da Presidenta Dilma e inserido em um contexto em que o feminismo estava em grande relevo, em específico o feminismo negro. Com o tema *A CULTURA FEMINISTA TRANSFORMANDO O BRASIL*, esse evento mobilizou mais de duas mil e quinhentas mulheres para debater o machismo e os mecanismos de superação das desigualdades de gênero. Dentre as organizações de movimentos sociais presentes, destaca-se a Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Os EMEs têm uma importância muito grande para as mulheres da MMM, na medida em que reúnem diversas jovens para debater o feminismo, sendo um espaço de renovação da própria Marcha.

Uma das peculiaridades desse EME foi assumir com mais centralidade a relação entre raça, classe e gênero. A importância das mulheres negras foi ressaltada, inclusive, na própria arte de convocação do evento, colocando-as na vanguarda do feminismo, conforme a imagem abaixo:

¹⁰⁶ Para mais informações: <<http://www.abi-bahia.org.br/serie-documental-travessias-negras-retrata-historia-de-cotistas-da-ufba/>>. Acesso em: 02.01.2019.

¹⁰⁷ Para mais informações sobre a carreira de Antônio Olavo: <<http://bahiacomhistoria.ba.gov.br/?entrevista=antonio-olavo>>. Acesso em: 29.01.2019.



Imagem 23 – Arte de divulgação do 7º EME Fonte: acervo pessoal.

Por conta das polêmicas internas ao próprio feminismo no que tange a questão racial, esse também foi um espaço de inúmeras tensões. Entre elas, uma das organizadoras do encontro retrata uma situação em que teve que conversar com a Marielle Franco, que na época ainda não era vereadora, para realocá-la de uma mesa que debateria o direito à cidade para outra que falava sobre as mulheres negras em específico.

Para ilustrar como se deu esse processo, conforme essa entrevistada as organizadoras do 7º EME estavam inovando a metodologia de indicação de palestrantes para as mesas do encontro. Tradicionalmente, a indicação é feita via “forças políticas”. Isto é, cada organização de juventude que representa determinado partido indica as lideranças vinculadas ao seu próprio partido ou organização para compor as mesas. No caso desse encontro, a organização buscou realizar tanto esse formato tradicional de composição quanto inovar, indicando pessoas mais “públicas” e que representassem, em tese, todas as forças políticas e participantes. Nesse sentido, essa mesma organizadora disse que a ideia seria misturar as “figuras carimbadas” dos partidos com outras que representassem a todos, e Marielle emergiu nesse contexto. Segundo a entrevistada citada:

A Marielle foi indicação nossa, apesar de ser de um outro partido, pra fazer o debate de cidade... e no dia, no sábado, no dia do debate, uma militante branca da organização do movimento estudantil que representava ali o setor [que Marielle estava vinculada] veio e pediu pra trocar o nome de Marielle, e botar

Marielle na mesa de mulheres negras. E foi a primeira vez, a primeira e última, infelizmente, (pra mim isso é muito forte, muito forte mesmo) que eu conversei com Marielle [...] ¹⁰⁸.

Tal entrevistada, que era uma das responsáveis por coordenar o evento, questionou a dirigente de uma força política da juventude do PSOL na UNE que pediu para realocar Marielle para a mesa de mulheres negras, mas, apesar das tentativas, não obteve sucesso. Então ela conversou com Marielle, que não a culpou. A fala abaixo é elucidativa quanto a isso:

Eu acho que eu fiquei muito pior do que ela. E... mas é isso... ela foi vítima de racismo, né? Eu estava ali também naquela situação vítima de racismo. No final das contas ela foi para uma mesa de mulheres negras... uma outra figura não negra foi para o lugar dela na mesa de cidade, naquela lógica de que mulher negra só serve para falar pra mulher negra, e meses depois ela foi a 5ª vereadora mais votada pra mostrar quem é que sabe falar sobre cidade... infelizmente não está mais aqui pra isso, mas acho que foi um episódio que ilustra perfeitamente todos os tensionamentos do racismo ali naquele EME.

Trazendo mais elementos para compreender essa entrevista, em 2016 Marielle Franco foi eleita vereadora na cidade do Rio de Janeiro, tendo como uma das suas principais bandeiras a luta contra o genocídio da juventude negra. Infelizmente, dois anos depois, em 2018, ela foi brutalmente assassinada com quatro tiros na cabeça, conforme matéria do portal G1 ¹⁰⁹:

A vereadora Marielle Franco foi morta a tiros dentro de um carro na Rua Joaquim Palhares, no bairro do Estácio, na Região Central do Rio, por volta das 21h30 desta quarta-feira (14). Além da vereadora, o motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes, também foi baleado e morreu. Uma outra passageira, assessora de Marielle, foi atingida por estilhaços. A principal linha de investigação da Delegacia de Homicídios é execução.

Após a sua morte, Marielle tornou-se um símbolo de resistência na luta contra o racismo e as desigualdades sociais. No episódio citado no EME, ela ainda não era vereadora e sofreu tensões no seio do próprio movimento estudantil, inclusive no partido que ela fazia parte.

Trouxe esse forte e triste episódio para que a leitora possa ter mais elementos para

¹⁰⁸ Entrevista realizada em 2019.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghml>>. Acesso em: 01.10.2019.

compreender as tensões e os desafios que a pauta racial se deparou em um importante evento da UNE, bem como para revelar os mecanismos do *racismo institucional* que marginalizam as lideranças negras na entidade.

11. Quando a primeira mulher negra assume a presidência da UNE

Após um a realização de um EME enegrecido e de um ENUNE massificado, a vice-presidenta à época, Moara Correia (militante do Coletivo Enegrecer e da Democracia Socialista do PT), assumiu interinamente a presidência da UNE por três meses, em 2016. Esse fato ocorreu, pois Carina Vitral, então presidenta da UNE, foi disputar a prefeitura de Santos, em São Paulo, sendo que ficou a cargo da vice-presidência assumir a liderança da gestão somente durante o processo eleitoral. De acordo com matéria¹¹⁰ publicada no *Portal Vermelho*:

Por consequência do licenciamento da presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carina Vitral, devido a compromissos eleitorais como candidata à prefeitura de Santos, a entidade será presidida pela primeira vez por uma mulher negra.

Ainda que não tenha sido eleita em Congresso, esse fato representou um gesto de que a questão racial estava se tornando mais forte no interior da UNE. No entanto, nas gestões subsequentes, foram indicados pela UJS dois presidentes não negros: Maiana Dias (2017-2019), da Bahia; e Iago Montalvão (2019-2021), de Goiás. Isso demonstra que, no funcionamento “normal” da entidade, segue-se o padrão de indicação de presidentes não negros ao longo da história, revelando que a instituição reproduz a lógica do *racismo institucional* nas suas dinâmicas de funcionamento.

Conforme demonstrado, houve uma evolução gradativa da questão racial na entidade. Contudo, ela não foi isenta de tensões e divergências. O que pretendi ilustrar neste capítulo foi que a democratização da UNE em relação à questão racial envolveu uma variedade de atores,

¹¹⁰ Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2016/09/19/conheca-moara-correa-primeira-mulher-negra-a-presidir-a-une/>>. Acesso em: 28.01.2020.

tendo os movimentos negros em intersecção com os partidos e organizações estudantis como protagonistas nesse processo. Esse processo ganha inteligibilidade quando associado às *oportunidades políticas* representadas pela ascensão das políticas afirmativas no país, que contribuíram para a transformação do *repertório organizacional* da UNE, como o surgimento dos ENUNEs e a influência da pauta racial no EME citado. Todavia, a inserção da pauta racial na entidade também foi marcada por obstáculos e tensões ao longo da história.

Considerações finais

Como apresentado na introdução deste trabalho, esta pesquisa teve como objetivo geral responder *quando, como e porque* a União Nacional dos Estudantes (UNE) incorpora no seu *enquadramento* discursivo e no seu *repertório organizacional* o combate ao racismo, no período de 1995 até 2016. Especificamente, buscou reconstruir o processo político em que a pauta racial emergiu no interior da UNE, tendo em vista contribuir para o estudo das relações raciais nos movimentos sociais.

Por meio da leitura dos capítulos desta dissertação, é possível identificar, sobretudo, dois grandes momentos de abertura de *oportunidades políticas* que proporcionaram a inserção da pauta racial na União Nacional dos Estudantes. Elas foram aproveitadas sob distintas formas e perspectivas, por meio da interrelação estabelecida entre organizações estudantis, partidos políticos e organizações do movimento negro. Como demonstrado, essa interrelação operou como um *mecanismo* para levar a pauta racial para a UNE, sendo que os ativistas negros inseridos nessa teia agiram com “relativa autonomia” para construir as agendas antirracistas na entidade em questão. Entretanto, os ENUNEs são os espaços onde tais ativistas conseguiram imprimir com mais força a pauta racial, mas os encontros deliberativos, como os CONUNEs, são pouco permeáveis à essa pauta. Isso pode ser observado, como já demonstrado, quando os Congressos da UNE não acolheram a proposta do III ENUNE de implementação das cotas raciais de 30% de pessoas negras nos seus cargos de direção.

O primeiro momento de abertura de *oportunidades políticas* foi em 1995, quando ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares em Brasília. Esse episódio representou um ponto de inflexão não apenas na postura dos movimentos negros com relação à uma maior aproximação com o Estado (LIMA, 2010), mas também foi o período em que a UNE elegeu o seu primeiro presidente negro e, na gestão seguinte, aprovou uma resolução onde a Plenária dos Negros decidiu pela criação da Diretoria de Assuntos Antirracistas. Essa diretoria tem o seu primeiro dirigente na gestão seguinte, em 1999, quando muda-se o nome desse cargo para Diretoria de Combate ao Racismo (RICHER, 2017). Nesse sentido, a ação dos movimentos negros naquele contexto repercutiu positivamente para a ascensão da questão racial tanto na sociedade civil quanto nas instituições políticas. Em pleno governo FHC, o movimento negro brasileiro tensionou o Estado e, de certa forma, influenciou outras organizações de movimentos sociais a encarar com mais centralidade a questão racial. Ou seja, as ações dos ativistas negros abriram *oportunidades políticas* para o aparecimento da pauta antirracista na UNE.

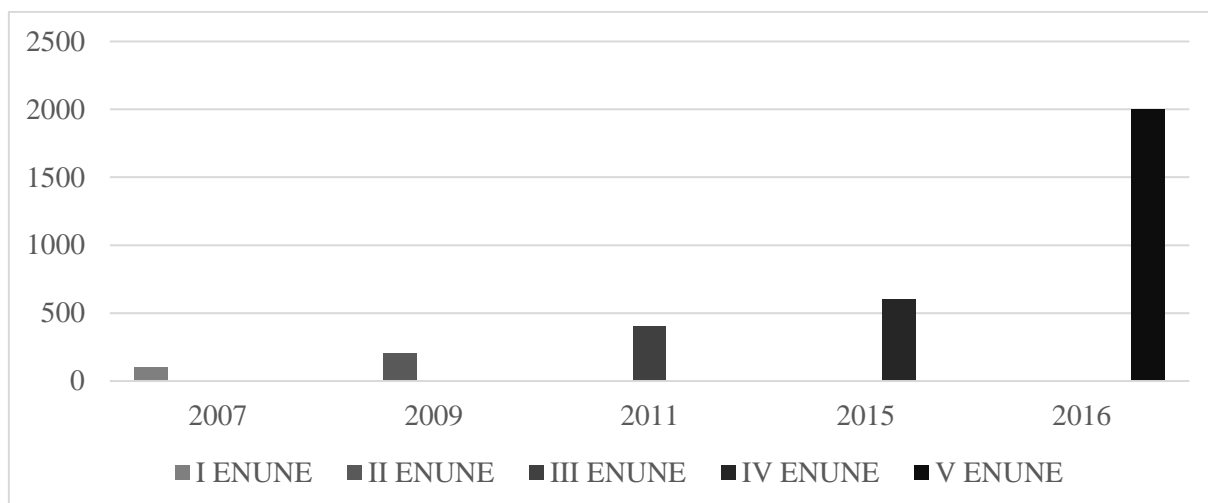
Logo após esse período, em 2001, ocorreu a Conferência de Durban, sendo que o Governo Federal assinou a declaração desse evento, comprometendo-se a criar políticas afirmativas (FERES JR, DAFLON e CAMPOS, 2012). Nesse mesmo ano, inicia-se o processo de adoção de cotas raciais nas universidades, sendo a pioneira a UERJ. Entretanto, foi a partir dos governos petistas que se observa a criação de mais estruturas institucionais voltadas para combater o racismo, como a SEPPIR, fundada em 2003.

O governo Lula dispôs de uma maior permeabilidade estatal entre os movimentos sociais, como o negro e o estudantil; e permitiu que esses atores colaborassem para a construção de políticas públicas a partir da absorção dos seus quadros na esfera governamental e da sua participação em Conselhos e Conferências. Refletindo ainda que indiretamente a demanda dos movimentos negros em defesa da sua inclusão no ensino superior, criou-se, em 2005, o PROUNI; em 2007, o REUNI; e durante o governo Dilma sancionou-se a “Lei de Cotas”. É possível observar estatisticamente um crescimento considerável da presença de estudantes negros no ensino superior, conforme visto no Capítulo 2.

Por conseguinte, elegi esse período com o segundo momento de abertura de *oportunidades políticas* para a inserção da pauta racial na UNE, na medida em que as universidades e faculdades brasileiras passam a dispor de uma maior presença estudantil negra. A pesquisa empírica revelou que as organizações do movimento negro em diálogo com as estudantis e os partidos políticos contribuíram para *enquadrar* esse contexto político como um período fértil para a construção de ações voltadas ao combate ao racismo na UNE. A partir desse *enquadramento* e da agência dos estudantes negros nessas organizações, a entidade atualizou o seu *repertório organizacional* (CLEMENS, 2010), incorporando a pauta racial com mais destaque. É nesse sentido que a UNE criou o ENUNE, em 2007 e, nesse mesmo ano, realizou a BIENAL voltada para discutir a relação entre o Brasil e a África. Desde a sua fundação, os ENUNEs cresceram gradativamente até 2016, como podemos observar no gráfico que se segue:

Gráfico 1

Número de participantes dos ENUNEs



Elaboração própria. Fonte: Projeto e resolução do 5º ENUNE.

Por se tratar do principal *repertório organizacional* de combate ao racismo da UNE, lanço luz à evolução da mobilização dos ENUNEs em diálogo com o contexto político em que esses eventos estavam inseridos. A intenção é demonstrar que nos governos Lula e Dilma aprofundaram-se inéditas *oportunidades políticas* para a ampliação da organização estudantil negra na UNE. Porém, esse “ineditismo” não surgiu do nada, como “ordem do acaso”. A atuação do movimento negro após a redemocratização – principalmente a partir do ano de 1995 –, construiu um “caldo político” favorável para que essas oportunidades fossem abertas e aproveitadas. Como exemplo, a UNE passou a organizar os ENUNEs depois da adoção das cotas raciais nas universidades públicas; da aprovação do PROUNI; do REUNI e da “Lei de Cotas”; aproveitando esse ambiente político fértil para encampar as discussões referentes às desigualdades raciais no seu interior.

Para que fique mais nítida essa evolução dos ENUNEs, é importante ressaltar que nos governos Lula (2003-2010) se observou a emergência desse encontro na UNE, evidenciando-se um crescimento de mobilização: enquanto a primeira edição contou com aproximadamente cem pessoas, a segunda teve a participação de duzentas. Nos governos Dilma (2011-2016), nota-se uma maior mobilização dos ENUNEs: a 3ª edição teve trezentos estudantes; a 4ª seiscentos; e a 5ª atingiu mais de duas mil pessoas, talvez por coincidir com as mobilizações contra o Golpe de 2016, que foram bastante intensas e marcadas por protestos em todo o país.

Em relação às pautas dos encontros, observa-se que o *enquadramento* discursivo desses transforma-se conforme o contexto político em que estavam inseridos. Elaborei a tabela abaixo

elencando os períodos em que determinadas reivindicações aparecem com mais força, de forma que possamos compreender as transformações das pautas desses eventos em perspectiva processual.

Tabela 19 – contexto e enquadramento dos ENUNEs

Período	Principais bandeiras
2007 a 2009	<p>Esse é o momento em que ocorreram o primeiro e o segundo ENUNE, respectivamente. A principal demanda desses espaços estava voltada para a consolidação dos encontros enquanto ambientes relevantes para a UNE.</p> <p>A agenda central desse período foi a discussão sobre as políticas afirmativas, em especial as cotas raciais.</p>
2009 a 2011	<p>Talvez seja esse o período onde a pauta racial aparece com mais força no conjunto da UNE.</p> <p>O 3º ENUNE reivindicou a constitucionalidade da política de cotas, que na época estava em discussão no STF. Por conta disso, as cotas raciais estavam fortemente presentes no debate público nacional.</p>
2011-2013	<p>Em que pese estivesse marcada pela discussão sobre a legitimidade das cotas raciais e pela aprovação da “Lei de Cotas”, em 2012, a Diretoria de Combate ao Racismo dessa gestão não realizou o ENUNE devido à falta de prioridade da própria UNE. Mesmo assim, foi realizada uma Plenária dos Estudantes Negros no Congresso da UNE, onde permanecia a reivindicação em torno das cotas raciais e das políticas afirmativas, trazendo mais elementos referentes às políticas de permanência.</p>
2013-2015	<p>Essa gestão foi caracterizada pela ampliação da pauta racial para além das políticas afirmativas – talvez por já estarem mais consolidadas em termos de convencimento. Nesse sentido, dialogando com o contexto estadual das mortes dos 13 jovens na Vila Moisés, em Salvador, Bahia, o 4º ENUNE pautou principalmente o combate ao genocídio da juventude negra. Ele também inovou o seu repertório ao criar o Festival de Cultura e Juventude Negra, incorporando manifestações artístico-culturais como uma forma de fazer política.</p>
2015-2016	<p>Essa gestão realizou o maior ENUNE da história, mobilizando mais de duas mil pessoas em Salvador. A agenda central foi a luta contra o golpe de 2016 e os seus efeitos nas políticas de igualdade racial, como as cotas raciais.</p> <p>O evento também dialogou com as novas formas de luta antirracista, como as festas da <i>Batekoo</i> e a “geração tombamento”. O feminismo</p>

	<p>negro e a discussão sobre a representatividade dos negros na política foi um dos carros chefe do evento.</p> <p>Nessa gestão, também se observou a realização de um EME bastante enegrecido e que refletiu algumas tensões raciais na sua dinâmica, como a ocorrida com Marielle Franco; bem como a vice-presidenta da entidade assumiu interinamente a presidência da UNE durante três meses, sendo a primeira mulher negra a assumir o cargo (ainda que em um curto espaço de tempo).</p>
--	--

Elaboração própria.

Portanto, não há dúvidas de que houve uma abertura de *oportunidades políticas* para o aparecimento da pauta racial na UNE durante esses governos, e essas oportunidades foram aproveitadas pela intersecção entre o movimento estudantil-negro-partido para levar a pauta racial para a UNE e atualizar o seu *repertório organizacional* e os seus *enquadramentos discursivos*. Segundo as entrevistas, esse não foi um processo automático. A agência dos atores em identificar esse momento político como favorável certamente contribuiu para a ampliação da pauta racial na entidade, apesar das tensões.

Reflexo dessas inovações nos *repertórios organizacionais* e nos *enquadramentos discursivos* da UNE, a *identidade coletiva* dessa União tem se transformado gradativamente, incorporando entre os seus quadros dirigentes pessoas negras e nas suas bandeiras a questão racial. Porém, a pauta racial ainda encontra-se muito segmentada na realização dos ENUNEs e nas ações coordenadas pela Diretoria de Combate ao Racismo, não estando presente com centralidade na gestão da UNE em seu conjunto. Há potência, mas também existem fortes limites. Entre eles, cito as tensões raciais que Marielle Franco sofreu no EME citado anteriormente; além do fato de a UNE não dispor de cotas para negros para os cargos de direção.

Após 2016, foi realizado o 6º ENUNE, que ocorreu em 2019 na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, no Rio de Janeiro. Com o mote foi *MEU QUILOMBO, MEU LUGAR*, esse evento esteve inserido em um contexto político marcado pela gestão do Governo Bolsonaro – um opositor às políticas afirmativas, como demonstrado no Capítulo 4 desta dissertação. Logo, o ambiente político estava desfavorável para a organização negra e, em consequência, o 6º ENUNE apresentou uma queda brusca de mobilização em comparação com

a última edição, chegando ao total de aproximadamente quinhentos¹¹¹ participantes. Além disso, as reivindicações estavam mais “na defensiva”, como a defesa da existência das cotas raciais nas universidades públicas, que encontram-se em cheque.

Em que pese seja um momento importante, esse período foge ao escopo analítico desta dissertação, pois analiso os anos de 1995 até 2016. Contudo, faço algumas perguntas que podem instigar futuras pesquisas: após o governo Bolsonaro, a questão racial na UNE e em outras organizações de movimentos sociais diminuiu? Quais são as restrições políticas que esse novo contexto nacional apresenta? Como as organizações de movimento negro e estudantis estão lidando com essa conjuntura? Trata-se de uma promissora agenda de pesquisa que certamente poderá render bons frutos analíticos para compreendermos o momento atual.

¹¹¹ Tive a oportunidade de estar presente neste evento e a quantidade de participantes pude notar a partir da minha participação.

Referências bibliográficas

ABERS, R; SERAFIM, L; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: REPENSANDO ATORES E OPORTUNIDADES POLÍTICAS. **Lua Nova**, v. 105, p. 15-46, 2018.

ALIMI, Eitan Y. Repertoires of Contention. In: **The Oxford Handbook of Social Movements**. Edited by Donatella Della Porta and Mario Diani, 2015, 01-16.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

BAUER, Martin W. e AARTS, Bas. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. In: BAUER, W. Martin e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 39-63.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, 26, 2000, pp.611–39.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil. **EcoS – Rev. Cient.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 97-121, jan./jun. 2009.

CAMPOS, Luiz Augusto; GOMES, Ingrid. Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013). **Sinais Sociais**, v. 11, n. 32, p. 85-116, 2016.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316.

CLEMENS, Elisabeth. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 161-218, 2010.

CRAIG, Jenkins; KLANDERMANS, Bert. The Politics of Social Protest. **Comparative Perspectives on States and Social Movements**, v. 3, 1995.

DAGNINO, Evelina. Sociedad civil, participación e ciudadanía: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: **FACES, Universidad Central de Venezuela**, p. 95-110, 2004.

DAGNINO, Evelina; PANFICHI, Aldo. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Unicamp, 2006.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 219-250.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007.

ESTATUTO DA UNE. Disponível em: <http://www.une.org.br/material_2/documentos/>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

FERES JR, João; DAFLON, Verônica Toste. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. **Sociologias**, v. 17, n. 40, p. 92-123, 2015.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luiz Augusto. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. **Revista de Ciências Humanas** (Viçosa), v. 2, p. 399-414, 2012.

FIRMIN, Joseph-Anténor. **Igualdad de las razas humanas: antropología positiva**. Editorial de Ciencias Sociales, 2013.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**: jun, 2011.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, W. Martin e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013p. 64-89.

GOLDSTONE, Jack A. (ed.). Introduction: bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In: **States, parties, and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 1-26.

GOLDSTONE, Jack A. More social movements or fewer? Beyond political opportunity structures to relational fields. **Theory and Society**, 33, p. 333-365, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Cadernos ANPAE**, v. 1, p. 1-13, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 33, p. 727-744, 2012.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO. **Revista Brasileira de Educação**, SÃO PAULO, v. 15, n.15, p. 134-158, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo social**, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

JASPER, Jim, MORAN, Kevin, TRAMONTANO, Marisa. Strategy. In **The Oxford Handbook of Social Movements**. Edited by Donatella Della Porta and Mario Diani, 2015.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: lutas por redistribuição e reconhecimento. **Paidéia** (Belo Horizonte), v. VIII, p. 151-173, 2012.

KLANDERMANS, Bert; MAYER, Nonna. **Extreme right activists in Europe: Through the magnifying glass**. Routledge, 2005.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos; SILVA, Marcelo Kunrath. Institucionalização e contestação: as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970-1990). **Política & Sociedade**, v. 16, n. 37, p. 315-347, 2017.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos CEBRAP**, n. 87, p. 77-95, 2010.

LIMA, Márcia. Políticas Afirmativas e Juventude Negra no Brasil. **Cadernos adenauer xvi** (2015) nº1.

MCADAM, Doug. Orígenes terminológicos, problemas actuales y futuras líneas de investigación. In: **Movimientos sociales, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales**. Ediciones Istmo, 1999. p. 49-70.

MCADAM, Doug. **Political Process and the Development of Black Insurgency 1930-1970**. Chicago/London: Chicago Press, 1982, p. 36-59.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; e TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76, 2009, pp.11-48

MCCARTHY, John D. and ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, Vol. 82, No. 6, May, 1977, p. 1212-1241.

MELUCCI, Alberto. The process of collective identity. In:__. **Challenging codes. Collective action in the information age**. Cambridge Press, 1996, p. 68-88.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n.17, 1989, p. 4966.

MENEGUELLO, Rachel et al. Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. 2012.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, Outubro, 2003: 117-149.

MEYER, David S.; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. **American journal of sociology**, v. 101, n. 6, p. 1628-1660, 1996.

MEYER, David. Protest and political opportunity. Annu. **Rev. Sociol.** 2004. 30:125-45.

MILLÁN, Mariano Ignacio. Movimiento estudantil y procesos políticos em Argentina y Brasil (1964-1973). **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, v. 2, p. 73-112, jul./dez. 2012.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação. **Revista Brasileira de Educação/ANPED**. Pós Graduação e Pesquisa em Educação, n. 5, 1997.

MISCHE, Ann. **Partisan publics: Communication and contention across Brazilian youth activist networks**. Princeton University Press, 2008.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**, São Paulo, v. 117, p. 197-218, 2002.

MOORE, Carlos. **Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte, MG: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude-usos e sentidos**. Autentica, 2015.

ODAQ, Honerê Al-amin. ENJUNE: Encontro Nacional de Juventude Negra. In: **Juventudes Negras do Brasil – Trajetórias e Lutas**. Articulação Política de Juventudes Negras. São Paulo. 1ª ed. 2012.

OLSON, Mancur; FERNANDEZ, Fábio. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Edusp, 1999.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia ao governo Lula**. 5. Ed. il. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POLLETTA, Francesca, JASPER, James. Collective identity and social movements. *Annu. Rev. Sociol.* 2001. 27:283–305.

PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria, 1918-1938**. 1978.

POUPART, Jean. **A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas**. In: _____. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 215-253.

RESOLUÇÃO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL APROVADA NO 55º CONGRESSO DA UNE. Disponível em: <<http://www.une.org.br/noticias/resolucao-de-movimentoestudantilaprovada-no-55o-congresso-da-une/>>. Acesso em: 16 de agosto de 2017.

RICHER, Rodger. **A negritude e a UNE: a presença negra e sua influência no movimento estudantil brasileiro (2007-2017)**. Salvador, BA: UFBA, 2017. (monografia)

RIOS, F. Political Process and the development black insurgency (1930-1970). *Sankofa (São Paulo)*, v. 2, n. 4, p. 112-117, 6 dez. 2009.

RIOS, Flavia Mateus. **Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, n. 85, 2012.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 401-422, maio/ago. 2012.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 2-9, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 25, n. 61, mar. 2017, pp. 143-164.

SINHORETTO, Jacqueline. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretaria Nacional da Juventude, 2015.

SNOW, David. Identity Dilemmas, Discursive Fields, Identity Work, and Mobilization: Clarifying the Identity–Movement Nexus, In: Jacqueliën van Siekelenburg, Conny Roggeband, and Bert Kiandermans, editors. **The future of social movement research. Dynamics, mechanisms and process**. London: University of Minnesota Press Minneapolis, 2013, p. 263-280.

TARROW, Sidney. Contentious Politics. In **The Oxford Handbook of Social Movements**, edited by Donatella Della Porta and Mario Diani, 2015, 1-27.

TARROW, Sidney. **El poder em movimento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madrid: Alianza Editorial, 1997 [1994], p.155-178.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles, TARROW, Sidney. **Contentious politics**. London: Paradigm Publishers, 2007, p.01-44.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, 2010.

TILLY, Charles. Repertoires of contentions. In:____. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006, p. 30-60.

TÜNNERMANN BERNHEIM, Carlos. La reforma universitaria de Córdoba. In: **Educación Superior y Sociedad**. Caracas: Unesco, vol. 9, no.1, 1998.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mortes matadas por armas de fogo: mapa da violência, 2015**. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015.

Anexo 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Perfil pessoal

Nome:

Data de nascimento:

Identidade de gênero:

Orientação sexual:

Raça (conforme as classificações do IBGE):

Escolaridade:

Local de nascimento:

Cidade em que reside atualmente:

Religião:

Profissão:

A – TRAJETÓRIA POLÍTICA

1. O que te motivou a participar da União Nacional dos Estudantes e/ou do movimento estudantil? Você possui alguma tradição de militância na família?
2. Você participa de algum partido político? Se sim, qual campo político ele compõe na UNE? No movimento estudantil, você compõe(compôs) qual organização?
3. Além do movimento estudantil, você participa de outros movimentos sociais? Quais?
4. Que cargo você ocupou na UNE? E na rede do movimento estudantil, você já assumiu algum outro cargo?

B – RAÇA E MOVIMENTO ESTUDANTIL

1. Quando a pauta do combate ao racismo aparece com mais força na UNE? Atualmente, qual avaliação você faz sobre a questão racial na entidade?
2. Como você enxerga a inserção do seu partido político na UNE quanto a pauta racial? E a organização estudantil que você faz(fez) parte?

3. Na sua avaliação, quais são as principais agendas coordenadas pela UNE no que tange a questão racial? Cite eventos, principais conquistas e ações voltadas para essa causa.

4. Qual o papel que as organizações do movimento negro exerceram em relação a discussão sobre o racismo na UNE? Quais são aquelas que você considera mais importantes?

C – POLÍTICAS AFIRMATIVAS/EDUCACIONAIS E ESTADO

1. Qual avaliação você faz sobre as cotas raciais nas universidades públicas?

2. A UNE foi uma das organizações protagonistas na aprovação desta política? O que ela fez para que isso fosse possível? O que ela deixou de fazer?

3. Qual avaliação você faz do PROUNI, do REUNI e da “Lei de Cotas” na transformação do perfil estudantil universitário?

4. Quais impactos você acredita que essas políticas geraram no movimento estudantil, especificamente na UNE? Você acredita que as organizações do movimento estudantil aproveitaram bem esse momento para incorporar a pauta racial na UNE?

5. Como você avalia o cenário atual no que toca aos Projetos de Lei que pretendem acabar com a Lei de Cotas?

D – ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DOS MOVIMENTOS E AS SUAS INTERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES E PARTIDOS

1. Na sua avaliação, quais foram as principais táticas adotadas pela UNE para encampar a luta contra o racismo?

2. Durante o período de 1995 até 2016, como a UNE se articulou com partidos políticos, organizações do movimento negro e o Estado? Você acredita que tal articulação foi positiva para a demanda do combate ao racismo na entidade?

3. Você acredita que existe uma autonomia entre as organizações políticas do movimento estudantil e os partidos políticos quanto a essa questão? Na sua opinião, quais são as potencialidades e os limites da relação com o partido político em relação à essa pauta?

4. Você acredita que a relação estabelecida entre o seu partido, a sua organização do movimento estudantil e do movimento negro (se houver) serviu como uma forma de potencializar a presença negra na UNE? Justifique.
5. Exerceu ou atualmente exerce uma função profissional em alguma esfera de governo ou assessoria parlamentar? Quando e em qual função?

E – CONTEXTO POLÍTICO DO COMBATE AO RACISMO

1. Durante os governos Lula e Dilma, quais foram os obstáculos e incentivos para o aparecimento do combate ao racismo na UNE?
2. Na sua avaliação, quais foram as principais influências internacionais para a emergência do enfrentamento ao racismo na UNE?
3. Em que contexto nacional você entende que a questão racial aparece com mais força na UNE?
4. No contexto político atual, você acredita que a questão racial vem se ampliando ou diminuindo na UNE? Justifique.

**Anexo 2 – CARTA FINAL DO 1º. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES NEGROS
E COTISTAS DA UNE
POR UMA UNIVERSIDADE SEM RACISMO!**

As condições de desvantagem da população negra nas mais diversas dimensões e setores da vida social não são desconhecidas nem pela academia, nem pela sociedade em geral. A população negra brasileira continua mais pobre que a branca, morre mais cedo, tem a escolaridade mais baixa, menor acesso à saúde. Esta condição social em que se encontram os negros brasileiros é o reflexo de uma sociedade que ainda não conseguiu se livrar dos resquícios de seu passado escravista. Segundo dados do PNUD, “os negros representam, ainda, 60% dos pobres do País e 70% dos indigentes. Na contagem geral da população, 50% dos brasileiros negros ou pardos são pobres, enquanto apenas 25% dos brancos estão nessa condição. A pobreza tem reflexo nos demais indicadores, piorando a condição de saúde e escolaridade dessa população”.

A discriminação racial afasta este contingente populacional das instâncias ou espaços de poder e decisão em nossa sociedade, sejam eles o parlamento, as universidades, a mídia, etc. No que se refere ao contexto educacional as universidades brasileiras são o verdadeiro retrato da desigualdade racial. Mesmo que em linhas gerais o conjunto da juventude brasileira, principalmente aqueles jovens de classes mais baixas, tem dificuldades de acesso ao ensino superior, esta segregação ainda atinge mais os jovens negros que os brancos. Com a adoção das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras para estudantes negros e indígenas o debate sobre o combate às desigualdades raciais ganhou mais visibilidade na pauta política brasileira, isto tem provocado discussões e reações em diversos campos e segmentos sociais.

Estas ações provocam uma mudança no perfil dos estudantes universitários que não mais serão uma maioria esmagadora de brancos e da classe média, e consequentemente transformarão as nossas universidades em espaços mais populares. Entretanto, estas mudanças na cultura e na vida universitária nos trarão novos desafios. Agora, além do grande desafio de assegurar a implantação das políticas de ações afirmativas nas instituições de ensino superior que ainda não adotaram esse sistema, temos novos desafios: como a implementação das políticas de permanência, da efetivação de políticas de assistência estudantil, da construção de currículos não eurocêtricos, do embate público com aqueles que já demonstram o quanto se incomodam com a democratização da universidade, entre outros.

Todos estes desafios nos exigirão muita disponibilidade para continuar a luta pela construção de uma universidade a serviço do povo brasileiro. Muit@s estudantes brasileir@s já se organizam nas universidades em núcleos ou grupos e através deles impulsionam estas lutas. Alguns espaços já existem no âmbito nacional onde a juventude negra vem se organizando para enfrentar o racismo. Nossa proposta é que o ENUNE – Encontro Nacional de Estudantes Negros e Cotistas da UNE se some ao conjunto destas iniciativas já existentes e seja mais um espaço que aglutine na luta contra a desigualdade racial. Por isso, lançamos ao final deste encontro, a campanha UNIVERSIDADE SEM RACISMO. Nossa expectativa é envolver nesta campanha cada executiva de curso, DCE, centro acadêmico, enfim, cada estudante espalhado pelo país. Pretendemos com esta campanha desmascarar o racismo, dissimulado sob o véu da democracia racial existente em nossas universidades. Casos, como o ocorrido na UNB, nos demonstram que estamos longe de alcançar uma verdadeira democracia racial e nos exige medidas urgentes de combate à intolerância. A UNE já se lançou neste desafio de organizar o ENUNE e com isso ajudar a fortalecer a luta anti-racista dentro das universidades brasileiras, a partir deste encontro nos comprometemos a consolidar o diálogo com o movimento negro e os movimentos sociais que constroem a luta contra o racismo na sociedade brasileira.

Propostas aprovadas na plenária final do 1º. Encontro Nacional de Estudantes Negros e Cotistas da UNE:

O Encontro de Estudantes Negros e Cotistas da Une será incorporado ao calendário da União Nacional dos Estudantes, assumindo a UNE a responsabilidade de realizar o ENUNE em todas as suas gestões;

A União Nacional dos Estudantes se compromete em valorizar os debate em torno da temática das relações raciais nos fóruns (CONUNE, CONEG, CONEB, etc.).

A UNE se compromete em fortalecer todas as ações e iniciativas que visem combater toda e qualquer forma de intolerância religiosa;

A Une se soma na luta pela garantia da implementação da lei 10.639 – que assegura o ensino da história da África nas escolas;

É tarefa da União Nacional dos estudantes incentivar o intercâmbio cultural entre os estudantes africanos residentes no Brasil e estudantes brasileiros nas universidades;

A Une terá uma efetiva participação na Marcha Zumbi dos Palmares;

A União Nacional dos estudantes encampa a luta Contra a Redução da Maioridade Penal, compreendendo que medidas desta natureza intensificam o processo de criminalização da

pobreza, atingindo majoritariamente a juventude negra; A UNE terá participação efetiva da no ENJUNE – Encontro Nacional de Juventude Negra, por compreender que este como um espaço fundamental de organização da Juventude Negra Brasileira na luta contra o Racismo.

1º. Encontro Nacional de Estudantes Negros e Cotistas da UNE Salvador - Ba, 14 de abril de 2007.

Anexo 3 – RESOLUÇÃO POLITICA DO III ENUNE

terça-feira, 24 de maio de 2011



Combate ao Racismo: Esta luta nos UNE

Entre os dias 20, 21 e 22 de maio, estudantes negros e negras de diversas Universidade Públicas e Privadas do Brasil estiveram reunidos na Universidade Federal da Bahia em Salvador participando do III ENUNE – Encontro de Negros e Negras Cotista da UNE.

O III ENUNE se propôs a discutir os avanços, desafios e perspectivas das políticas de ações afirmativas para o acesso da população negra no ensino superior brasileiro. Ainda que, a partir desse balanço, identifiquemos que o acesso desta população no ensino superior tenha avançado as políticas de permanência não seguem o mesmo ritmo. Precisamos criar mecanismos que garantam em sua totalidade condições necessárias para uma trajetória sustentável até a formação dos estudantes negros/as e cotistas. Para que os desafios colocados possam ser superados é necessário compreender o papel estratégico de uma aliança com o movimento negro brasileiro e demais setores progressistas da sociedade.

O avanço das políticas afirmativas no Brasil tem mobilizado também os setores conservadores da sociedade brasileira que iniciaram mais uma ofensiva contra o povo negro combatendo a democratização do ensino superior a partir da perspectiva de inclusão de estudantes negros e negras. A UNE repudia e combate ações como as conduzidas pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) e pelo partido Democratas (DEM) que alega a inconstitucionalidade das ações afirmativas adotadas pela UNB e UFRGS no Supremo Tribunal Federal e tentam mais uma vez suprimir a população negra do espaço da educação superior.

A UNE deve aprofundar uma campanha que exija “Ações Afirmativas Por Inteiro”, colocando em debate o aprimoramento e ampliação do acesso, permanência e pós-permanência dos estudantes atendidos pelas mesmas. Para tal, é importante investir também em espaços institucionais para a consolidação dos programas, como a criação de Observatórios das Ações Afirmativas em todas as IES que possuem políticas nesse sentido, permitindo o mapeamento dos dados dos programas, estimulando o desenvolvimento de pesquisa sobre esse conjunto de dados, estipulado assim novas metas para o aprofundamento dos programas e que ainda sirva de espaço para denúncia e assessoramento de casos de racismo, machismo e homofobia nas IES.

O exercício pleno da vida universitária pela juventude negra inclui ações voltadas para além do ensino regular em sala de aula. O processo de descolonização do conhecimento que desejamos construir na universidade exige-nos a produção de uma cultura emancipatória, que dê relevância à contribuição afro-brasileira, atualize as matrizes que referenciam a produção de saber dentro das universidades, no sentido de incorporar os saberes populares e ancestrais. É preciso investir em espaços que dialoguem com a produção e difusão da arte e da cultura produzida por esses/as estudantes. Neste sentido propomos a organização de circuitos universitários de cultura negra nas universidades com o intuito de dialogar com a perspectiva de auto-organização dos jovens negros/as universitários/as e promover atividades artísticas-culturais concatenadas com uma dinâmica afrocentrada de pensar e produzir cultura.

Propomos que a UNE desenvolva no próximo período uma campanha visando combater a homofobia nas IES.

Propomos que a diretoria de combate ao racismo da UNE e as/os estudantes negras/os se somem a campanha pela legalização do aborto que vem sendo desenvolvida pela diretoria de mulheres estudantes compreendendo esta ação como um importante instrumento na luta das mulheres pela auto-determinação de seus corpos e no combate ao machismo que tem como suas principais vítimas as mulheres negras.

Propomos que nossa representação no CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas defenda uma mudança radical de postura na política de drogas hoje vigente, visando o fim da

violência associada ao tráfico e o encarceramento em massa da juventude negra levando em conta a redução de danos sociais e a saúde associado ao uso indiscriminado de Drogas.

Propomos a adoção de reservas de vagas com percentual de 30% do corpo dirigente da nossa entidade para estudantes negros e negras, a ser aprovado em nosso 52º CONUNE que será realizado no mês de julho na cidade de Goiânia - GO.

A UNE deverá incorporar no centro do seu debate estratégico a necessidade de mudanças radicais no quadro de violência à qual está submetida à juventude negra. Esse cenário coloca para a UNE a tarefa de somar-se às lutas contra o genocídio da juventude negra, ora colocada por outros segmentos dos movimentos de juventudes, entendendo que este genocídio impede a entrada desta grande parcela de jovens nas universidades.

Que o Movimento Estudantil Brasileiro em conjunto com o movimento negro, de juventudes e outras organizações populares articule em território nacional ações civis públicas denunciando o genocídio da juventude negra.

Convocamos a participação de todos/as estudantes negros/as na construção do II ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE NEGRA – ENJUNE, que será realizado no mês de dezembro em Goiás, como forma de estreitar relações com as organizações de juventude do movimento negro organizado.

Convocamos ao 52º CONUNE um ato que reúna a juventude brasileira em repúdio ao Genocídio da Juventude Negra.

Salvador, 22 de maio de 2011.

Anexo 4 – 4o Encontro de Estudantes Negros, Negras e Cotistas da UNE

Carta do Cabula

Os gritos de "povo negro unido, povo negro forte", ecoam por toda a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) em Salvador, durante a realização do IV Encontro de Estudantes Negros, Negras e Cotistas da UNE - ENUNE. Com mais de 600 participantes vindos de todas as partes do país e uma extensa programação realizamos o maior ENUNE da história da União Nacional dos Estudantes.

O IV ENUNE se realizou no bairro do Cabula onde ha poucas semanas 13 jovens pobres e negros foram brutalmente exterminados pela policia militar, na Vila Moisés, consequência da política de guerra as drogas que atinge as periferias do nosso país cotidianamente.

A realização do ENUNE coincide com uma intensificação, sem precedentes, do cerco político impulsionado pelas forças conservadoras que utilizam todo o aparato dos grandes meios de comunicação para construir uma cultura do medo em toda a sociedade brasileira, a fim de naturalizar o extermínio da juventude negra. O atual conceito/modelo de segurança pública não condiz com os moldes de uma sociedade verdadeiramente democrática. Modelo o qual, só será alcançado quando tiver em seus marcos a priorização da manutenção da vida do povo preto.

A UNE compreende o racismo como um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que acometem a sociedade brasileira e que, conseqüentemente, é a chave para entender as desigualdades sociais ainda existentes no país. Mais da metade da população brasileira é negra e a maior parte dela é pobre, se apresentando enquanto reflexo histórico do escravismo na formação da sociedade brasileira, apropriado pelo capitalismo. As inaceitáveis distâncias que ainda separam os e as negras dos e das brancas, são frutos desse processo histórico de exploração que faz com que o racismo e o machismo se apresentem estruturalmente nas relações sociais.

A população negra é a mais vulnerável à pobreza. Sete em cada 10 casas que recebem o benefício do Bolsa Família são chefiadas por mulheres negras, segundo dados do estudo Retrato das desigualdades de gênero e raça, do Ipea.

Entre a população negra, a taxa de desemprego é maior que entre a branca. Segundo dados do estudo Retrato das desigualdades de gênero e raça, do Ipea, enquanto o desemprego atinge 5,3% dos homens brancos, entre os negros, o índice chega a 6,6%. Entre as mulheres, a diferença é ainda maior. Entre as brancas, o desemprego é de 9,2% enquanto entre as mulheres negras, ultrapassa os 12%. Já sobre a média salarial, os homens brancos recebem mais que as mulheres brancas, que recebem mais que os homens negros, que apresentam salário mensal maior que o das mulheres negras.

Em 2013, a população branca tinha 8,8 anos de estudo em média, já a negra, 7,2 anos. A diferença, no entanto, já foi maior. Em 1997, as e os brancos chegavam a estudar por 6,7 anos em média enquanto que as e os negros chegavam apenas aos 4,5 anos, isso seria o equivalente ao primeiro ciclo do ensino fundamental. Mesmo assim, a taxa de analfabetismo entre os negros (11,5) é mais de duas vezes maior que entre os brancos (5,2).

No Brasil, o movimento negro tem sido o principal protagonista da luta contra o racismo e contra as enormes distâncias que separam as e os negros das e dos brancos. Trata-se de um conjunto de organizações, fóruns, redes e grupos (formais e informais) de negros e negras, que embora muito diverso e plural, tem como objetivo central a luta antirracista e anticapitalista na busca pela superação das desigualdades raciais.

O principal papel do movimento negro, para além de despertar a consciência na população brasileira dos efeitos e das causas do racismo, é o de lutar, mobilizar nas favelas, periferias, escolas e universidades reivindicando um modelo de sociedade e Estado em que seja central a implementação e o fortalecimento de medidas concretas de superação das desigualdades raciais. Nesse sentido é fundamental que a UNE esteja alinhada aos movimentos negros na luta pela desmilitarização da política e das polícias, contra a redução da maioridade penal e fortalecendo os movimentos sociais pela descriminalização, legalização e regulamentação das drogas,

entendendo que a política de combate as drogas é o principal fator de extermínio da população negra, jovem e pobre.

Nos somamos a este esforço de lutar contra o racismo e de estender nossas intervenções para além dos muros universitários que por tantas vezes segregaram e seguem excluindo a população negra.

Precisamos fortalecer as forças políticas e as organizações que buscam implementar um novo modelo de desenvolvimento para o nosso país, na qual a luta por uma alternativa democrática e popular fica então caracterizada como uma política de acumulação de forças, necessária para a consolidação da experiência de poder dos trabalhadores e trabalhadoras negros e negras iniciado em 2003.

Por outro lado, esta mesma correlação de forças tem que ser solida o suficiente para pavimentar a realização de reformas estruturais de cunho antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias e de democratização radical dos meios de comunicação e da esfera pública, articulado com a negação da ordem capitalista que tem no racismo um forte elemento estruturante para a sua manutenção.

O Brasil é um dos países que mais matam no mundo, e assassina principalmente sua população negra e jovem. Setenta e sete por cento das e dos jovens assassinados no Brasil são negros e apenas 8% dos casos chegam a ser julgados pelo judiciário. Esses dados alarmantes nos possibilitam dizer que casos não investigados como os de “autos de resistência”, aborto ilegal e inseguro, e a LGBTfobia, é resultado de um congresso

conservador e de um sistema político corrupto e racista que quer retirar os mínimos direitos já garantidos.

As estruturas de criminalização do nosso povo são reproduzidas, reinventadas e aperfeiçoadas. No passado, nós negras e negros aquilombados, ex-escravizados e adeptos às religiões de matriz

africana éramos os alvos; e continuamos sendo, nos bairros populares/periféricos, onde a juventude negra em sua maioria é a “bola da vez”.

Os dados do mapa da violência de 2014 revelam a guerra velada em que o país está imerso, os índices de homicídios são maiores que em países que estão em guerra declarada, também confirmam o genocídio do povo negro, a seletividade da morte violenta e do perfil de criminoso. Segundo o mapa, em 2002 já morriam proporcionalmente 73% mais negros que brancos. Em 2012 esse índice sobe para 146,5%. Logo, percebe-se que enquanto o número de mortes de jovens negros aumenta, o número de jovens brancos mortos diminuiu cerca de 30% no mesmo período.

Nos últimos anos, em um nítido contraste com a melhoria geral das condições de vida da população e o crescente ativismo de segmentos antes excluídos da sociedade, no sistema político brasileiro, são os setores de maior poder econômico que têm conseguido ampliar crescentemente o seu poder de influência sobre partidos, candidatos e, por essa via, sobre os próprios órgãos do Estado, em todas as esferas, federal, estadual e municipal.

Desde a redemocratização, e apesar da consolidação das nossas instituições democráticas, os principais problemas identificados no sistema político brasileiro são o racismo institucionalizado, personalismo e o abuso do poder econômico, responsáveis diretos pelas distorções da democracia brasileira e origem da maioria dos casos de corrupção no país.

Mais de 500 entidades e movimentos organizados conclamaram uma luta pela reforma política e realizaram em 2014 o plebiscito pela convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político entre os dias 1 a 7 de setembro, com mais de 7.8 milhões de votos. Em conjunto ao Movimento Coalizao pela Reforma Política Democrática, coordenado pela OAB, CNBB, UNE, CUT e fortalecido por cerca de mais de 100 entidades encaminharam projeto de reforma política ao Congresso Nacional acumulando um patamar inicial importante de mobilização e organização. Precisamos estabelecer, de forma mais nítida, uma relação com a luta do povo negro contra corruptos e corruptores, contra o financiamento privado de

campanha, a fim de que o congresso nacional seja um reflexo das mobilizações populares, através de uma Constituinte NEGRA E POPULAR.

Se avançamos na Constituição de 1988 no direito público do voto, o mesmo não se deu em relação ao direito de voz. Esta contradição está no centro do impasse na democracia brasileira. Formada em uma cultura do silêncio, com o passado colonial, uma tradição autocrática de Estado e a formação de um dos sistemas empresariais mais concentrados do mundo, as grandes maiorias jamais tiveram direito à voz pública no Brasil. Há um

grande contraste entre o caráter monocrático do poder de voz da direita liberal e conservadora, dos ricos, dos homens brancos, dos adultos, e da heteronormatividade e o pluralismo social, religioso, étnico e cultural do povo brasileiro.

A academia, ao tempo em que ostenta o pretexto oficial de difundir conhecimento, vem atuando muito mais como sufocadora de outros conhecimentos possíveis, valorizando concepções elitistas e coloniais, a partir de imaginários totalizantes, em detrimento de compreensões de mundo historicamente marginalizadas, como o conhecimento popular, a cosmovisão e a cultura das comunidades tradicionais, indígenas e negras.

É importante destacar que, enquanto a política de cotas sociais é implementada para amenizar a profunda desigualdade social em nosso país, a política de cotas raciais é, prioritariamente, instaurada para criar ambientes mais plurais, ou seja, fomentar a diversidade. A reformulação de um currículo que tenha um cunho antirracista, principalmente nas licenciaturas, é necessária para conscientizar as e os estudantes de graduação e também para formar professores orientados para o combate a desigualdade a partir da aplicação da Lei 10.639/11.645 nas escolas de ensino médio, com isso contribuindo para que estes estudantes desenvolvam uma consciência social, e a ampliação da aplicação das citadas leis também no ensino universitário.

As cotas para a graduação são insuficientes para neutralizar as diversas opressões que se operam na própria dinâmica da graduação e, também, devem orientar uma política acadêmica de formação de professores/as negras/os e indígenas. Precisamos garantir a permanência e

diminuir o nível de evasão que é protagonizada por mulheres e pelas e pelos negros. É fundamental a preocupação com a implementação de um ambiente acolhedor e inclusivo além da oferta de cursos por turno e diminuição da carga horária mínima da bolsa permanência e a garantia de 2,5 bilhões do PNAES.

As cotas são também uma tentativa de superação do epistemicídio, pois tem o objetivo de incentivar a pluralidade e a diversidade na produção acadêmica que permite a proliferação de conhecimentos distintos na academia. Garantir as cotas em todas as universidades públicas estaduais, a partir da lei estadual de cotas, significa avançar na consolidação da política onde já foi disputado e conquistado, como também enfrentar as instituições mais atrasadas e conservadoras do estado brasileiro que ainda, suprimem a possibilidade de entrada do povo negro nas universidades brasileiras, vide a Universidade de São Paulo (USP) a universidade brasileira mais bem conceituada no que tange a ciência brasileira, que se fecha no reduto elitista, conservador e racista.

Ressaltamos que as cotas para Pós-Graduação, além de intensificar o processo de pluralidade e diversidade na Universidade, com a participação de sujeitos antes excluídos desses espaços, funda novas e criativas formas epistêmicas, a partir de setores que historicamente foram alijados da produção/aplicação, remodelando a própria perspectiva acadêmica a partir desses conhecimentos.

Nós negras e negros organizados, no IV ENUNE, apontamos a necessidade da União Nacional dos Estudantes, impulsionar mobilizações massivas, comitês/coletivos de negras e negros para enfrentar o racismo e pela Reforma Política Negra e Popular, contra todo e qualquer ataque a educação brasileira e as tentativas de retirada de direitos da população negra.

CABULA, 5 DE ABRIL DE 2015.

Anexo 5 – Carta de Salvador

O 5º Encontro de Negros, Negras e Cotistas da União Nacional dos Estudantes (ENUNE) realizado em Salvador – BA reuniu cerca de 2000 jovens negras e negros de todo o país.

O Enune aconteceu em uma conjuntura altamente adversa caracterizada por um golpe em curso no país, conduzido pelas elites econômicas, que visam cassar a nossa soberania, reduzir nossas liberdades, padronizar os costumes e criminalizar a luta social.

O golpe foi iniciativa de uma ampla aliança entre partidos da direita, reacionários que pretendem implementar retrocessos em matéria de direitos, políticos corruptos querendo escapar de processos judiciais, entidades empresariais na busca de emplacar medidas contra a classe trabalhadora, que durante os 14 anos de governo Lula e Dilma, avançou em reivindicações históricas dos movimentos sociais, mas que por outro lado garantiram o desenvolvimento capitalista no Brasil, baseado na reprimarização da economia e exportações.

O programa do governo golpista de Michel Temer é um atentado à democracia e traz consigo o retorno do desemprego estrutural, radicalização da exclusão social e política. Um modelo econômico que prevê “Estado mínimo para o trabalhador e máximo para o patrão” é sinônimo de desigualdade social. Logo no início do governo ilegítimo, o deputado federal Mendonça Filho (DEM/PE) foi indicado como ministro da educação. Mendonça encabeça o PL do “Escola sem Partido”, apoiado pelo setor mais conservador da sociedade. Esse projeto de lei representa na realidade a despolitização das escolas e a retirada da

liberdade de expressão e senso crítico dos estudantes, além de defender a privatização do ensino público.

Este processo resultará em uma atuação cada vez mais coercitiva do Estado e do seu principal órgão repressor: a polícia, estrutura criada no período colonial para proteger patrimônio e perseguir e aprisionar negras/os insurgentes.

O golpe chega em um momento em que o Brasil debate os limites do atual sistema político e do modelo de segurança pública, do quanto foi necessário aprofundar a democracia para que ela chegasse ao povo negro. O aumento da militarização da sociedade está diretamente ligado ao projeto de genocídio do povo negro.

Em números atualizados, a juventude negra representa a lamentável estatística de 34 mil mortos por armas de fogo ao ano. Entre 2005 e 2012 houve um crescimento de 74% de encarcerados no Brasil, 58,4% e 60,8% de negros nos respectivos anos; destes, 56% do total são jovens. Se

pegarmos a faixa da juventude de 18 a 29 anos, estima-se que existam mais jovens negros presos do que em liberdade no país. Um hiper encarceramento que atinge em cheio nossa capacidade de viver a democracia e alimenta os cofres das multinacionais de construção civil e do trabalho terceirizado. O recorte de gênero no sistema carcerário também é assustador. Entre 2000 e 2014 o crescimento do encarceramento feminino cresceu 567%.

Se de um lado existe o aumento da violência contra o povo negro, do outro, nossa juventude conquistou o acesso a universidade através das cotas raciais. As cotas nas universidades federais fizeram com que uma parcela de nós chegasse ao ensino superior, mas é preciso ainda mais e a luta persiste pela implementação nacional, nas estaduais, como na Universidade de São Paulo, que continua com altos muros para o povo negro.

Com a crise política e econômica e os cortes de mais de 10 bilhões no investimento da educação, ainda no último governo, os números de evasão só cresceram e na maioria das universidades públicas, o programa de bolsas atendem apenas à 5% dos estudantes, fazendo com que a juventude negra tenha que adotar uma dupla ou tripla jornada de trabalho para se manter na universidade. As mulheres negras ainda são as que mais sofrem pela falta de

permanência e a ausência de políticas que atendam suas demandas, como as creches universitárias. Por conta disso, muitos jovens negras e negros, sofrem com a falta de perspectiva de se manter, gerando o crescimento de transtornos mentais, como depressão, crises de ansiedade, etc.

Nesse sentido é extremamente necessário que os coletivos negros em conjunto com a UNE, organizem jornadas de lutas pela permanência da juventude negra na universidade. Nosso acesso à universidade não pode ser uma porta para o abismo da evasão e reafirmamos a luta pela expansão do investimento no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Por isso convocamos os estudantes de todos o Brasil a ocuparem as ruas, escolas e universidades no dia 11 de agosto, pelo Fora Mendonça e Fora Temer!

Se nos últimos anos lutamos e resistimos por avanços de direitos nos marcos da democracia, os próximos serão ainda mais duros. Não temos nada à "Temer" e não podemos aceitar os retrocessos, que colocam em cheque a vida do povo negro.

O racismo é estrutural no Brasil e se reproduz em todas as relações sociais e institucionais de nossa sociedade, inclusive em organizações políticas, sejam de direita ou de esquerda. Sempre foi uma tarefa difícil fazer o debate antirracista no interior das organizações. O sentido da auto-

organização negra não consiste, para nós, no isolamento de nossa luta diante das demais. A experiência da auto-organização nos permite perceber os limites da construção nas organizações mistas, o que contribuiu para nossa luta por representatividade no interior da UNE e no conjunto dos movimentos sociais. Nossa busca por representatividade não é vazia ou superficial, ela carrega um projeto coletivo, uma nova cultura política.

A juventude negra em seu desafio de combate ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia a partir de novas formas organizativas tem conseguindo importantes conquistas. Estar na rua com nossos cabelos crespos coloridos, usar pinturas que resgatam elementos da cultura africana, ouvir música negra já é por si só uma atitude transgressora que tem impacto sobre este tempo histórico.

O debate da estética negra aliada a uma dimensão política não é novidade para o Movimento Negro: nossa juventude hoje desenvolve linguagens de resistência e tem se tornado referência por todos os cantos.

Nós jovens negras e negros reunidos no 5º ENUNE estamos convictas/os que para derrotar o golpe e pôr fim ao genocídio da população negra, será necessário um nível maior de unidade política e ação dos diferentes setores da esquerda brasileira. Precisamos constituir um bloco histórico enraizado na sociedade brasileira, capaz de articular um projeto político alternativo à ofensiva neoliberal que se reinicia com o governo interino de Temer.

Em uma conjuntura complexa e muito dinâmica como a que estamos vivendo, a saída pra crise e o caminho para derrotarmos o golpe e seus operadores somente se dará com a radicalização da democracia, à esquerda, com maior participação popular, com o exercício cotidiano da nossa cidadania e suas aplicações mais práticas como a ocupação da cena pública, dos espaços coletivos, da nossa presença nas ruas e nas redes a partir de um enfrentamento direto, ideologicamente consistente e com abertura para a diversidade que nos compõe.

O debate sobre a nova estratégia passa pela síntese necessária entre os setores populares e historicamente marginalizados. O momento é de acúmulo, luta e resistência, e será fruto das ocupações das escolas, dos escrachos aos poderosos, das plataformas em rede, da desobediência civil de ordens diversas, do afrontamento direto as práticas racistas em nossa sociedade.

A soberania popular democratiza o Estado lutar por ela é parte da nossa estratégia para combater o genocídio da população negra e construir um Brasil mais justo, garantindo os direitos do povo negro. A busca por um Brasil mais justo será resultado da convocação dos

trabalhadores e da juventude para decidir os rumos do país na busca por conter a crise e derrotar Michel Temer.

Salvador, 7 de agosto de 2016.

Anexo 6 – PRESIDENTES DA UNE¹¹²

Observação: os presidentes homens não negros não coloco entre parênteses a sua classificação racial e de gênero, pois são a grande maioria. Para os casos em que as presidentas são mulheres ou quando são negras, coloco entre parênteses.

1938-1939: Valdir Ramos Borges

1939-1940: Trajano Pupo Neto

1940-1941: Luiz Pinheiro Paes Leme

1941-1942: Hélio de Almeida

1943-1944: Hélio Mota

1945-1946: Ernesto da Silveira Bagdocimo

1946-1947: José Bonifácio Coutinho Nogueira

1947-1948: Roberto Gusmão

1948-1949: Genival Barbosa Guimarães

1949-1950: Rogê Ferreira

1950-1950: José Frejat

1950-1952: Olavo Jardim Campos

1952-1953: Luis Carlos Goelver

1953-1954: João Pessoa de Albuquerque

1954-1955: Augusto Cunha Neto

1955-1956: Carlos Veloso de Oliveira

1956-1957: José Batista de Oliveira Júnior

1957-1958: Marcos Heusi

¹¹² Disponível em: <<https://une.org.br/presidentes/>>. Acesso em: 22.01.2020.

1958-1959: Raymundo do Eirado Silva

1959-1960: João Manoel Conrado Ribeiro

1960-1961: Oliveiros Guanais

1961-1962: Aldo Arantes

1962-1963: Vinícius Caldeira Brant

1963-1964: José Serra

1965-1966: Altino Dantas

1966-1967: Jorge Luís Guedes

1967-1969: Luís Travassos

1969-1971: Jean Marc Von der Weid

1971-1973: Honestino Guimarães

1979-1980: Ruy César Costa Silva

1980-1981: Aldo Rebelo

1981-1982: Javier Alfaya

1982-1983: Clara Araújo (MULHER)

1983-1984: Acildon de Matos Paes

1984-1986: Renildo Calheiros

1986-1987: Gisela Mendonça (MULHER)

1987-1988: Valmir Santos

1988-1989: Juliano Coberllini

1989-1991: Claudio Langone

1991-1992: Patricia de Angelis (MULHER)

1992-1993: Lindberg Farias

1993-1995: Fernando Gusmão

1995-1997: Orlando Silva Junior (**HOMEM NEGRO**)

1997-1999: Ricardo Garcia Cappelli

1999-2001: Wadson Ribeiro

2001-2003: Felipe Maia

2003-2007: Gustavo Lemos Petta

2007-2009: Lúcia Stumpf (**MULHER**)

2009-2011: Augusto Chagas

2011-2013: Daniel Iliescu

2013-2015: Virgínia “Vic” Barros (**MULHER**)

2015-2017: Carina Vitral e Moara Correa Saboia (Interina de Agosto a Outubro) (**DUAS MULHERES, SENDO QUE MOARA É UMA MULHER NEGRA**)

Anexo 7 – Relação dos Entrevistados

Número de identificação	Ano de nascimento	Identidade de gênero	Orientação sexual	Raça	Grau de instrução	Local de nascimento	Religião	Profissão	Partido Político	Coletivo Estudantil que fez/faz parte	Organização do movimento negro que fez/faz parte	Tempo de entrevista
1	1984	Mulher	Heterossexual	Preta	Doutoranda	Petrópolis-RJ	Batista não praticante	Estudante	PT	DCE UERJ	Fórum Nacional de Juventude Negra	60 min e 56 seg
2	1990	Mulher Cis	Bissexual	Parda	Superior completo com pós-Graduação em andamento	Salvador	Candomblé	Jornalista	PT	Kizomba	Enegrecer	58 min e 56 seg
3	1984	Masculino	Heterossexual	Preta	Superior completo	Salvador	Candomblé	Professor e Diretor de Organização da Sociedade Civil	PT	Quilombo	Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas	44 min e 46 seg
4	1981	Mulher Cisgenero	Bissexual	Preta	Doutorado	Recife	Candomblé	Professora	PT	Juventude Revolução	Núcleo de Consciência Negra da Unicamp/Frente de Mulheres Negras de Campinas	64 min e 88 seg
5	1981	Homem Cis	Heterossexual	Preta	Mestrado	Itabira - MG	Candomblé	Pesquisador	PT	Kizomba	Enegrecer / MNU	51 min e 57 seg
6	1979	Mulher	Heterossexual	Preta	Ensino Superior Completo	Salvador	Agnóstica	Servidora Pública	PCdoB	UJS	UNEGRO	1 hora e 16 min
7	1992	Feminino	Heterossexual	Preta	Superior Completo	São Paulo	Umbanda	Jornalista	PSOL	RUA Juventude Anticapitalista	MNU	2 horas e 15 min
8	1989	Feminino	Heterossexual	Preta	Superior Incompleto	Aracaju	Candomblé	Educadora Popular	Consulta Popular	Levante Popular da Juventude	Acompanha politicamente o setor de negras e negros do Levante e compõe a comissão de ética que lida com os casos de opressão envolvendo militantes do Levante	52 min e 5 seg
9	1991	Masculino	Heterossexual	Preta	Superior Completo	Santa Maria, RS	Sem religião	Advogado	PT	Kizomba	Enegrecer	1 hora e 17 min

Anexo 8 – Relação dos sites consultados

Nº	SITE	ASSUNTO
1	http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo	PROUNI
2	http://reuni.mec.gov.br/o-quee-o-reuni	REUNI
3	< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/112711.htm >	LEI DE COTAS
4	https://une.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Estatuto-UNE.pdf	ESTATUTO DA UNE
5	https://www.institutolula.org/dia-20-de-novembro-viva-zumbi-e-a-consciencia-negra	FOTO DA MARCHA ZUMBI DE 1995
6	http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/136-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/272-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial	CNPIR
7	https://undime.org.br/noticia/i-conferencia-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial	CONAPIR
8	< https://www.noticias.unb.br/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos >	APROVAÇÃO DAS COTAS RACIAIS NA UNB
9	https://portal.ufba.br/ufba_em_pauta/acoes-afirmativas-15-anos-das-cotas-ao-sucesso-profissionais-contam-suas-historias	APROVAÇÃO DAS COTAS NA UFBA
10	http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042	DISCUSSÃO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DAS COTAS RACIAIS NO STF
11	< http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042 >	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, em 2009
12	https://une.org.br/dicionario-do-me/page/3/	DICIONÁRIO DO ME
13	< https://anelondrina.wordpress.com/e-fundada-a-anel/ >	FUNDAÇÃO DA ANEL
14	< https://www.pstu.org.br/anel-faz-sua-primeira-assembleia-nacional-em-setembro/ >.	FUNDAÇÃO DA ANEL

15	https://epoca.globo.com/como-foi-primeiro-encontro-dos-jovens-conservadores-que-querem-se-contrapor-une-23529036	FUNDAÇÃO DA UNECON
16	https://une.org.br/movimento-estudantil/foruns-e-congressos	FÓRUMS DO ME
17	https://une.org.br/dicionario-do-me/eme-encontro-de-mulheres-estudantes-da-une	EME
18	https://ujs.org.br/sobre-a-ujs/nossa-historia	FUNDAÇÃO DA UJS
19	https://www.consultapopular.org.br/quem-somos	FUNDAÇÃO DA CONSULTA POPULAR
20	https://www.youtube.com/watch?v=8ivnr09RM_Y	FUNDAÇÃO DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE
21	https://movkizomba.wordpress.com/?fbclid=IwAR014WpsaTVUWEog09-HnzQs2Y0MeVSk4UzDpTf-mHOwhFOheLnEUtQ6AU	FUNDAÇÃO DO COLETIVO KIZOMBA
22	https://www.movimentorua.org/movimento	FUNDAÇÃO DO RUA - JUVENTUDE ANTICAPITALISTA
23	https://www.geledes.org.br/unegro-30-anos-de-luta-pela-igualdade-racial-de-genero-e-de-classe	UNEGRO
24	http://enegrecer.blogspot.com/2006/08/quem-somos.html	FUNDAÇÃO DO COLETIVO ENEGRECER
25	https://mnu.org.br/quem-somos	MNU
26	http://www.cenbrasil.org.br/quem-somos	CEN
27	http://www.conen.org.br/	CONEN
28	https://anelondrina.wordpress.com/2011/06/20/rompendo-amarras-manifesto-ao-46%C2%BA-congresso-da-une-30-de-junho-a-04-de-julho-de-1999	ROMPENDO AMARRAS
29	https://levante.org.br/blog/?tag=campo-popular	CAMPO POPULAR
30	https://www.stevebiko.org.br/single-post/2018/11/23/Militantes-negros-celebram-25-anos-do-Senun	I SENUN

31	https://issuu.com/imprensaune/docs/revista_fechada_pagina_a_pagina >	ENTREVISTA COM ORLANDO SILVA NA REVISTA MOVIMENTO
32	https://www.ufmg.br/online/arquivos/004851.shtml >	BIENAL DA UNE BRASIL-ÁFRICA
33	: < http://www.palmares.gov.br/?p=1980 >	MATÉRIA SOBRE O I ENUNE NO SITE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
34	http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/brasilsemracismo.pdf >	DOCUMENTO "BRASIL SEM RACISMO"
35	http://quilombosnews.blogspot.com/2007/05/encontro-nacional-da-juventude-negra.html >	LOGO DO ENJUNE
36	http://unecombateaoracismo.blogspot.com/2009/04/enune-une-promove-2-encontro-nacional.html >	MATÉRIA SOBRE O II ENUNE NO BLOG DA DIRETORIA DE COMBATE AO RACISMO
37	http://unecombateaoracismo.blogspot.com/2011/05/resolucao-politica-do-iii-enune.html	RESOLUÇÃO DO III ENUNE
38	https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/deputada-do-partido-de-bolsonaro-propoe-lei-para-acabar-com-cotas-raciais.html >	MATÉRIA SOBRE O PL CONTRA AS COTAS RACIAIS A NÍVEL FEDERAL
39	https://oglobo.globo.com/sociedade/deputado-que-quebrou-placa-de-marielle-quer-acabar-com-cotas-raciais-nas-universidades-do-rio-23650410 >	MATÉRIA SOBRE O PL CONTRA AS COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADE S ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO

40	<u><https://www.flickr.com/photos/_une/5758474899/in/album-72157626679316341/></u>	FOTO DOS PARTICIPANTES DO III ENUNE
41	<u><https://iniciativanegra.com.br/quem-somos/apresentacao></u>	INICIATIVA NEGRA POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS
42	<u><https://www.educafro.org.br/site/conheca-educafro/></u>	EDUCAFRO
43	<u><https://issuu.com/marcelocoelho2/docs/jornalkizomba09></u>	PLENÁRIA DE NEGROS, NEGRAS E COTISTAS NO 54º CONUNE
44	<u><https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/e-como-um-artilheiro-em-frente-ao-gol-diz-rui-costa-sobre-acao-da-pm-com-doze-mortos-no-cabula/></u>	MATÉRIA SOBRE A CHACINA DO CABULA NA BAHIA, PUBLICADA PELO JORNAL CORREIO 24 HORAS
45	<u><https://une.org.br/2014/05/plebiscito-por-uma-constituente-exclusiva-ganha-forca-pelo-pais/></u>	PLEBISCITO POR UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA
46	<u><https://democraciasocialista.org.br/publicado-no-portal-da-fundacao-perseu-abramo-www-fpabramo-org-br-os-representantes-regionais-do-pt-aprovaram-durante-a-reuniao-nesta-segunda-feira-30-o-manifesto-dos-diretorios-regionais-em/></u>	MANIFESTO DO I FESTIVAL NACIONAL DE CULTURA E JUVENTUDE NEGRA
47	<u>https://une.org.br/2015/03/iv-enune-traz-programacao-diversificada-com-convidados-especiais/</u>	PROGRAMAÇÃO DO IV ENUNE

48	https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1671755-estudantes-lembram-vitimas-do-cabula-em-ato-contraviolencia	MATÉRIA SOBRE O ATO DOS ESTUDANTES NEGROS CONTRA A CHACINA DO CABULA, REALIZADO AO FINAL DO IV ENUNE
49	https://une.org.br/noticias/confira-a-programacao-do-5o-encontro-de-estudantes-negros-negras-e-cotistas-d/	PROGRAMAÇÃO DO V ENUNE
50	https://www.redbull.com/br-pt/music/rbm-sp-batekoo-inspire-the-night	MATÉRIA SOBRE A FESTA BATEKOO
51	https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/marcha-do-empoderamento-crespo-reune-cerca-de-tres-mil-pessoas-em-salvador/	MARCHA DO EMPODERAMENTO CRESPO EM SALVADOR
52	https://correionago.com.br/portal/sarau-da-onca-um-arra tao-de-informacao/	SARAU DA ONÇA
53	https://www.flickr.com/photos/une/28798874861/in/album-72157671331332972/	FOTO DAS PARTICIPANTES DO V ENUNE
54	https://www.facebook.com/povonegronaune/photos/a.874953605873890/1102521016450480/?type=3&theater	BANNER DE DIVULGAÇÃO DO V ENUNE
55	https://www.facebook.com/search/top/?q=nota%20de%20rep%C3%BAdio%20enune&pa=SEARCH_BOX	NOTA DE REPÚDIO AO V ENUNE
56	http://www.abi-bahia.org.br/serie-documental-travessias-negras-retrata-historia-de-cotistas-da-ufba/	DOCUMENTÁRIO O TRAVESSIAS NEGRAS
57	https://une.org.br/presidentes/	LISTA DOS PRESIDENTES DA UNE

58	<u><https://vermelho.org.br/2016/09/19/conheca-moara-correa-primeira-mulher-negra-a-presidir-a-une/></u>	QUANDO A PRIMEIRA MULHER NEGRA ASSUME A PRESIDÊNCIA DA UNE
59	<u><http://bahiacomhistoria.ba.gov.br/?entrevista=antonio-olavo></u>	CARREIRA DE ANTÔNIO OLAVO

Anexo 9 – Relação dos documentos consultados

Nº	Tipo de documento	Nome	Gestão/ano de publicação	Número de páginas	Organização responsável	Análise
1	Cartilha	MUDE O BRASIL: FORME UMA ENTIDADE E FORTALEÇA A REDE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA SUA UNIVERSIDADE	2015-2017	22	UNE	X
2	Cartilha	Combate ao Racismo: Essa Luta nos UNE	2009-2011	22	Diretoria de Combate ao Racismo da UNE	X
3	Revista	Balanço de Gestão em Revista (2005, 2006, 2007)	2005-2007	38	UNE	X
4	Cartilha	Universidade: Democratizar Sim, Privatizar Não! Kizomba "Universidade Pública Para Todos"	2004	38	Coletivo Kizomba	X
5	Revista	MOVIMENTO nº 7	2003	40	UNE	X
6	Estatuto	Estatuto da UNE	2009	13	UNE	X
7	Tese	Refazendo	46º CONUNE (não informa a data de publicação)	9	UJS	X
8	Resolução	1º ENUNE	2007	2	1º ENUNE	X
9	Tese	NÓS NÃO VAMOS PAGAR NADA. POR UMA NOVA CULTURA DE MOVIMENTO ESTUDANTIL! TESE AO 50º CONUNE.	50º CONUNE	35	FRENTE DE OPOSIÇÃO DE ESQUERDA DA UNE	X
10	Tese	SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM. TESE AO 44º CONUNE.	1995	9	UJS	X

11	Revista	MOVIMENTO: EDIÇÃO ESPECIAL DE 80 ANOS	2017	196	UNE	X
12	RESOLUÇÃO	Resolução do 45º CONUNE	1997	10	UNE	X
13	ATA	ATA DE POSSE DO 46º CONUNE	1999	7	UNE	X
14	RESOLUÇÃO	3º ENUNE	2011	3	3º ENUNE	X
15	JORNAL	JORNAL KIZOMBA nº 9	2013	4	Coletivo Kizomba	X
16	Resolução	Carta do Cabula	2015	5	4º ENUNE	X
17	Resolução	Carta de Salvador	2016	5	5º ENUNE	X
18	Caderno de Teses	46º CONUNE	1999	48	UNE	X
19	Regimento	54º CONUNE	2015	11	UNE	X
20	RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO DE EDUCAÇÃO APROVADA NO 54º CONUNE	2015	2	UNE	X
21	RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL DO 54º CONUNE	2015	1	UNE	X
22	RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA DO 54º CONUNE	2015	2	UNE	X
23	Tese	Reconquistar a UNE	50º CONUNE	17	JUVENTUDE DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA	X
24	JORNAL	JORNAL MUDANÇA É MOVIMENTO Nº 1	50º CONUNE	16	MUDANÇA	
25	REGIMENTO	REGIMENTO DO 55º CONUNE	2017	7	UNE	X
26	Planejamento de gestão	PLANEJAMENTO DE GESTÃO (2015-2017)	2015	21	UNE	
27	REVISTA	BIENAL EM REVISTA	1999	8	UNE	X
28	MANIFESTO	QUEREMOS MAIS TRANSFORMAÇÕES. MANIFESTO DA JUVENTUDE DO PT AO XI CONEB DA UNE	2006	9	JUVENTUDE DO PT	

29	MANIFESTO	DA UNIDADE VAI NASCER A NOVIDADE. MOVIMENTO AO 3º EME/51º CONUNE	51º CONUNE	4	UJS	
30	TESE	TESE AO 50º CONGRESSO DA UNE. KIZOMBA: POR UMA NOVA CULTURA POLÍTICA	50º CONUNE	32	Coletivo Kizomba	X
31	TESE	KIZOMBA: TESE AO 47º CONUNE (OPOSIÇÃO)	50º CONUNE	14	Coletivo Kizomba	X
33	CADERNO DE TESES	54º CONUNE	2015	52	UNE	X
34	RESOLUÇÃO	PROPOSTAS APROVADAS EM CONSENSO NO 54º CONUNE	2015	2	UNE	X
35	REGIMENTO	REGIMENTO DO 53º CONGRESSO DA UNE	2011	9	CONEG DA UNE	X
36	RELATÓRIO	RELATÓRIO FINAL ENJUNE	2007	111	ENJUNE	X
37	PROJETO	PROJETO DO 5º ENUNE	2016	11	Diretoria de Combate ao Racismo da UNE	X